



Instituto Superior de Economia e Gestão  
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

## MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

### **As Tecnologias de Informação e Comunicação e a Inclusão dos Jovens no Processo de Globalização: Proposta de Cooperação Portugal – PALOP**

Ana Cristina Gonçalves Pereira Vaz

Orientação: Professora Doutora Maria Rita Duarte Raposo

Júri:

Presidente: Professor Doutor João António Ramos Estêvão

Vogais: Professor Doutor João Carlos de Andrade Marques Graça

Professora Doutora Maria Rita Duarte Raposo

Novembro de 2010

## **ÍNDICE**

<b>Ficha Técnica</b>	<b>4</b>
<b>Agradecimentos</b>	<b>5</b>
<b>Resumo/ Abstract</b>	<b>7</b>
<b>Introdução</b>	<b>9</b>
<b>1. As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação e a Globalização</b>	<b>16</b>
<b>1.1. A Revolução Tecnológica da Informação</b>	<b>17</b>
<b>1.1.1. O surgimento da internet</b>	<b>17</b>
<b>1.1.2. A rede como uma nova forma organizacional da sociedade</b>	<b>21</b>
<b>1.1.3. A sociedade em rede e o paradigma informacional</b>	<b>23</b>
<b>1.2. A Divisão Digital</b>	<b>29</b>
<b>1.2.1. Exclusão <i>versus</i> inclusão</b>	<b>29</b>
<b>1.2.2. A topografia digital</b>	<b>30</b>
<b>1.2.3. As barreiras de ligação à rede global</b>	<b>36</b>
<b>1.3. A Globalização</b>	<b>39</b>
<b>1.3.1. Perspectiva económica</b>	<b>40</b>
<b>1.3.2. Perspectiva político-cultural</b>	<b>41</b>
<b>1.3.3. Perspectiva histórica</b>	<b>43</b>
<b>2. A Inclusão dos Jovens no Processo de Globalização: o Contributo da Teoria de Amartya Sen</b>	<b>45</b>
<b>2.1. A Abordagem da Capability</b>	<b>45</b>
<b>2.2. Os Jovens e a Globalização</b>	<b>50</b>

2.2.1. Jovens: delimitação conceptual	50
2.2.2. A sociedade global: uma nova filosofia humanista?	52
2.2.3. A inclusão na globalização: as TICs como ferramenta	55
3. Cooperação Portugal – PALOP para a Inclusão Digital: uma Proposta	61
3.1. O exemplo do Projecto MYTecC: Mediterranean Youth Technology Club	61
3.2. Proposta de uma Rede PALOP	68
Conclusão	75
Bibliografia	79
Anexos	85

## FICHA TÉCNICA

**ALUNA:** Ana Cristina Gonçalves Pereira Vaz

**MESTRADO:** Desenvolvimento e Cooperação Internacional

**ORIENTADOR:** Professora Doutora Maria Rita Duarte Raposo

**PAÍSES DE ESTUDO:** Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

**TEMA GERAL:** As Tecnologias de Informação e Comunicação e a Inclusão dos Jovens no Processo de Globalização

***Subtemas Específicos/Objecto de Estudo:***

- As TICs e a Globalização
- O processo de inclusão dos jovens: contributo da teoria de Amartya Sen
- Cooperação Portugal – PALOP

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço do fundo do meu coração a todos os que estiveram ao meu lado, de uma forma ou outra, ao longo de todos estes anos dedicados à busca de enriquecimento pessoal e intelectual.

Esta dissertação, para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, tornou-se uma realidade por força de um conjunto de circunstâncias e motivações que me foram permitindo superar cada momento de desalento ou dúvida. A maior parte da força veio da confiança que todos os que acompanharam este percurso depositaram em mim.

Começo por agradecer a todos os responsáveis e elementos envolvidos no projecto MYTecC, pelo apoio que me deram no decurso da pesquisa. Agradeço, em particular, ao Dr. Pedro Calado, ao Dr. Rui Dinis, a Joana Barbosa, a Mariana Loureiro e aos formandos do Programa MYTecC.

Agradeço também e naturalmente:

À inspiradora turma de DCI, na qual reaprendi que a solidariedade pode estar acima de qualquer motivação competitiva ou diferenças de perspectiva.

À Sandra e a Samori N'tchasso, pela confiança e generosidade genuína na nossa amizade que ainda dava os primeiros passos, quando me ajudaram a lançar a primeira pedra desta obra.

À Professora Doutora Maria Rita Duarte Raposo, minha orientadora, que confiou mais do que eu nas minhas próprias capacidades e não hesitou em esgotar todas as possibilidades para eu concluir o projecto que lhe propus.

Às queridas primas, Lina e Ivone, do fundo do coração, agradeço as longas e calmantes horas ao telefone, de onde me passam a força e a calma nos momentos mais desoladores deste desafio.

Aos meus queridos irmãos, pela força e coesão que sempre nos proporcionamos, mesmo em momentos mais áridos marcados pelas distâncias e

ausências. A minha paz é saber que sempre estivemos uns com os outros. Jaky, minha mana e melhor amiga, não haverá palavras para tudo quanto fizeste por mim. Sem ti, nada teria sentido.

Aos meus pais, pelos valores e a força que sempre me transmitiram. Embora distantes sei que me desejaram sempre o melhor e de tudo tentaram para que o meu percurso fosse honrado e admirado.

Ao meu amor e amigo de sempre, Anaxore Casimiro, pelo desafio incansável do conhecimento que sempre me colocou, pelos esforços desmedidos em tornar esta caminhada possível. Dedico este trabalho a todos os desafios que vencemos juntos.

***Ao meu pequeno Lucas!  
Nunca esquecerei o desafio que senti  
ao ter-te nas minhas mãos. Quero que saibas  
que não há nada de que me não sinta capaz para que te orgulhes de mim.  
E esta é apenas a primeira prova!***

***Obrigado***

## RESUMO

É notável o relevo que os jovens têm vindo a obter no contexto da globalização, destacando-se em movimentos de várias naturezas, de forma organizada ou por meio de inúmeras actividades informais (desde campanhas de protestos até à intervenção directa nas comunidades), por intermédio do voluntariado e de muitas outras estratégias de acção. Por sua vez, as Nações Unidas, após o reconhecimento em 1985 do papel dos jovens no actual paradigma do desenvolvimento, têm vindo a estimular políticas e estratégias regionais ou nacionais que permitam aos jovens ganhar um espaço cada vez mais alargado nas discussões dos principais desafios de desenvolvimento dos seus países ou a nível mundial.

Com o desenvolvimento e difusão das novas TICs, os jovens, nomeadamente nos países industrializados, souberam tirar partido das suas potencialidades, passando a utilizar este instrumento como ferramenta fundamental das suas acções e movimentos de protesto em todo o mundo. No entanto, a maior parte da população jovem vive nas regiões mais pobres, não podendo, por isso, beneficiar das inúmeras oportunidades e potencialidades que estas tecnologias vieram trazer à sociedade global.

A abordagem da relação entre os jovens e a globalização e a importância das TICs para a sua inclusão nesta nova era é o principal objectivo desta dissertação. Partimos da abordagem da capability de Amartya Sen e com base num exemplo de cooperação para a inclusão, o projecto MYTecC (levado a cabo em oito países mediterrânicos, do qual Portugal também participa), delineamos uma proposta de futura cooperação entre Portugal e os PALOP nesse âmbito.

**Palavras-chave:** TICs, Globalização, Jovens, Inclusão, Cooperação, PALOP.

## **ABSTRACT**

Young people acquired a remarkable distinctiveness in the context of globalization, standing out in several kinds of movements in an organized manner or through numerous informal activities, ranging from campaigns of protest to a direct intervention in the communities, through volunteering and other action strategies. In turn, the United Nations, after the recognition, in 1985, of role of youth in the current paradigm of development, has been stimulating strategies and policies national and regional to enable young people gain an higher increasingly importance in discussions of the main challenges development of their countries and worldwide.

With the development and diffusion of ICTs, young people, mainly in industrialized countries, were able to take advantage of its potential and began to use this instrument as the main tool in developing their activities and protest movements around the world. However, the majority of young people lives in poorer regions, therefore, cannot benefit from the many opportunities and possibilities that these technologies have introduced to the global society.

The approach to the relationship between youth and globalization and the importance of ICTs for their inclusion in this new era is the purpose of this dissertation. We adopt the capability approach of Amartya Sen and based on an example of cooperation to inclusion, the MYTecC project, undertaken in eight Mediterranean countries (Portugal is one of these), we outline of a future cooperation proposal between Portugal and the PALOP.

Keywords: ICTs, Globalization, Young People, Inclusion, Cooperation, PALOP.



## INTRODUÇÃO

*Knowledge increasingly defines the line between wealth and poverty, between capability and powerlessness and between human fulfillment and frustration. A country able to mobilize and diffuse knowledge can rapidly raise its level of development, help all its citizens to grow and flourish and take its proper place on the 21st century global stage.*

Rima Khala  
(Director do departamento regional da UNDP para os estados árabes –  
UNDP ICT para o desenvolvimento no mundo árabe)

### Enquadramento geral do tema

A recente revolução tecnológica, centrada nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), veio fornecer uma nova base material para a reestruturação das sociedades. Ela trouxe novas formas de organização, cujo primeiro impacto se verificou no seio do sistema capitalista, conduzindo a processos de integração económica, política e geográfica que funcionam como um todo e em tempo real. O novo paradigma tecnológico, que Castells apelida de a Era da Informação, constitui um dos principais eixos do processo de Globalização em curso.

Apesar de ter contribuído em larga escala para a melhoria das condições de vida da população mundial, a globalização despoletou novos processos de exclusão, relacionados com a nova base organizacional das sociedades – a Rede – baseada sobretudo nas TICs<sup>1</sup>, cujo acesso ainda é vedado em várias regiões do mundo. Esta exclusão revela-se não só através da privação da maior parte dos benefícios provenientes da Globalização, mas principalmente através do seu impacto nos países

---

<sup>1</sup> “Houve também a acentuação de desenvolvimento desigual, desta vez não apenas entre o Norte e sul, mas entre segmentos e territórios dinâmicos das sociedades em todos os lugares e aqueles que correm o risco de se tornarem irrelevantes sob a perspectiva lógica do sistema. Na verdade, observamos, por um lado a libertação de forças produtivas consideráveis da revolução da informação e, por outro, a consolidação de buracos negros da miséria humana na economia global, quer no Burquina Faso, South Bronx, Kamagasaki, Chiapas ou La Courneuve” (Castells, 2007: 2).

ou regiões onde as suas transformações se impuseram, levando em muitos casos à deterioração das estruturas socioeconómicas, culturais e ambientais, que constituem a base integradora das populações locais.

Os jovens têm sido apontados como um dos protagonistas do novo paradigma, quer pela sua natural capacidade de inovar e interagir com as novas Tecnologias de Informação e Comunicação, adaptando-se ao conjunto das transformações que este novo contexto encerra, quer pelas múltiplas oportunidades que se oferecem aos que se encontram ligados na rede global.

Porém, a maior parte deste grupo populacional vive à margem do novo processo de desenvolvimento em curso, cuja inclusão e participação exige novas competências e ferramentas que são cruciais para a conquista do novo mercado de trabalho, assim como para a potenciação das oportunidades postas ao alcance dos jovens.

Portugal, na qualidade de membro da União Europeia, integra a respectiva política de valorização e capacitação dos jovens europeus para a diversidade do mercado europeu e global, tendo dado sinais de progresso ao pôr em prática as principais directivas do Programa Europeu para a Juventude, 'Juventude em Acção'. Para além dos jovens portugueses, esta dinâmica alarga-se ainda a jovens de diversas nacionalidades residentes em Portugal, entre as quais as dos Países de Língua Oficial Portuguesa, PALOP, com os quais existem parcerias formais e informais em diversas áreas de acção. É no âmbito destas parcerias instituídas com a diáspora PALOP em Portugal que, nesta dissertação, se pretende projectar uma cooperação multilateral entre Portugal e os PALOP para a inclusão dos jovens na era informacional e global.

### **Importância do tema**

A Europa e a África enfrentam desafios diversos e ao mesmo tempo comuns. A União Europeia, neste momento, debate a sua integração política. Está em causa o encontro da melhor forma de gerir a sua diversidade e, simultaneamente, a integridade

de cada Estado-Nação, num ambiente em que os movimentos de bens e pessoas se sobrepõem às suas fronteiras espaciais, sociais e culturais.

Face a esta dinâmica, verifica-se a necessidade de prestar mais atenção a um conjunto de fenómenos característicos deste contexto, tais como o emprego, as migrações, a cultura e, ainda, aos aspectos resultantes destes mesmos fenómenos, como sejam os processos de integração ou exclusão, participação e cidadania. Estes fenómenos, por sua vez, apresentam uma grande relação com a população mais jovem, na medida em que ela se encontra mais predisposta à mobilidade na procura de melhores oportunidades.

África, por seu turno, está a dar os primeiros passos no sentido da convergência económica, de modo a ganhar alguma competitividade num mercado cada vez mais alargado e integrado. No entanto, enfrenta imensos problemas e desafios (sendo, de resto, a Europa a primeira a sofrer alguns dos seus impactos indirectos por força da sua proximidade geográfica e histórica). A pobreza, o HIV/ Sida, a guerra e os conflitos internos, a relação entre zonas urbanas e rurais, as migrações, o emprego, a democracia, os direitos humanos, são alguns exemplos dos problemas e desafios que se colocam ao vasto continente africano.

Os jovens em África também estão no centro das preocupações, não só porque constituem a maior franja da população, sendo por conseguinte os principais afectados pelas adversidades referidas, mas por serem a geração que poderá garantir o desenvolvimento sustentável nesta região do mundo.

É incontestável a importância que os jovens têm conquistado no contexto da globalização, destacando-se em movimentos de várias naturezas, de forma organizada ou informal, em contestações massivas pelas causas humanitárias ou através de acções cívicas visando a inovação e o desenvolvimento comunitário e social. O seu potencial advém sobretudo da sua energia e da genuína vontade transformadora em defesa de princípios humanistas como a paz, a democracia, os direitos humanos, a justiça e outros objectivos concretos que fazem parte da sua larga agenda.

Numa sociedade cada vez mais interligada, a principal ferramenta são as TICs, nomeadamente a Internet, que assume um papel fundamental nesta rede dinâmica em que assentam as múltiplas acções levadas a cabo pelos jovens em todo mundo. No

entanto, o fosso no acesso a este instrumento fundamental da era da informação é motivo de preocupação, principalmente no que respeita à população jovem.

Neste sentido, as instituições internacionais, em particular as Nações Unidas e a UNESCO, têm apoiado as políticas nacionais de capacitação dos jovens para a inclusão na Sociedade da Informação. Aproveitando o dinamismo dos jovens face aos grandes desafios globais, estas instituições têm vindo a desenvolver programas que visam a mobilidade e o intercâmbio entre jovens de diferentes países de modo a promover a tolerância e incutir uma consciência global no seio da população jovem.

Em África, as dinâmicas juvenis não têm passado despercebidas no seio da sociedade civil e, muitas vezes, ao nível mundial, quando se trata de críticas dirigidas a instituições tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) ou o Fundo Monetário Internacional (FMI), devido às barreiras comerciais ou imposições político-económica que colocam às suas regiões ou países.

Preocupados com o futuro, tendo em conta os elevados níveis de desemprego e outros terríveis flagelos que afectam as sociedades africanas, as iniciativas dos jovens desdobram-se em actividades que vão desde o voluntariado até a campanhas de sensibilização para o ambiente, o combate às doenças, a promoção da paz, a democracia e os direitos humanos.

Contudo, em muitos países, as políticas governamentais e as estratégias institucionais de reconhecimento e incentivo aos jovens são apenas incipientes ou mesmo inexistentes. Eis algo que torna pertinente questionar a forma como os países africanos olham para este grupo populacional no contexto da Globalização e para a sua integração na era da informação.

Com base nos aspectos como a proximidade histórica, cultural e, sobretudo, linguística entre os PALOP, pretendemos esboçar uma proposta de construção de uma futura rede ou plataforma de cooperação entre estes países, visando a conjugação de esforços políticos e de estratégias e meios, para a capacitação e inclusão dos jovens dos PALOP na era digital e global.

## **Hipóteses de trabalho**

Actualmente, cada um dos PALOP segue a sua própria política e estratégia de inserção na sociedade da informação, orientados sobretudo pela necessidade de integração nas zonas económicas das respectivas sub-regiões<sup>2</sup> e de acesso ao mercado global. No entanto, esta estratégia circunscreve-se praticamente ao domínio dos bens e serviços directamente transaccionáveis, deixando de fora um conjunto de outros factores que o novo contexto global veio introduzir ou valorizar no seio das sociedades contemporâneas. Tome-se nomeadamente o exemplo de aspectos como a cultura, o conhecimento, a história, o ambiente e as particularidades/identidades de cada sociedade.

Ora, sendo a língua portuguesa um importante ponto comum entre estes vários países, ela poderá servir de eixo central da construção de um espaço económico e cultural alargado em que todos esses factores possam ser potenciados através da cooperação e de estratégias conjuntas.

Centrado nos jovens e nas novas perspectivas que as TIC lhes poderão trazer, este trabalho aponta para a hipótese de se formular uma rede de cooperação que possa proporcionar uma maior abertura à participação dos jovens de modo a contribuírem com a sua energia para a (re)construção e o reforço do espaço cultural e económico dos PALOP.

## **Metodologia**

A principal base metodológica desta dissertação consistiu na análise teórica dos principais aspectos relacionados com a recente revolução tecnológica da informação e da comunicação e o desenvolvimento da sociedade global. Neste contexto, foi dado particular destaque à bibliografia relativa ao novo paradigma do desenvolvimento humano fundado por Amartya Sen, nomeadamente a sua abordagem da *capability*. A perspectiva da inclusão na Globalização, defendida neste trabalho,

---

<sup>2</sup> Ver em anexo as figuras 'The African Galaxy' e 'Regional trade and preferential trading agreements' que indicam as sub-regiões que cada país integra no seio da União Africana.

baseia-se essencialmente na respectiva teoria, se bem que também se tenha recorrido a outros autores e trabalhos considerados relevantes no seu âmbito.

Na caracterização do contexto geral da nossa problemática, analisámos diversos estudos, relatórios, documentos e estatísticas internacionais, nacionais e regionais com o objectivo de melhor enquadrar as oportunidades e os desafios com que os jovens se deparam na sociedade informacional.

Por outro lado, de forma a compreender as dinâmicas e as redes sociais virtuais em que os jovens se inserem, analisámos diversas formas de acesso e utilização das novas TICs, comparando diversas páginas na Internet.

No âmbito das políticas de cooperação para o desenvolvimento, de inclusão e acesso às TIC, foram consultados vários dados de natureza institucional sobre as políticas e estratégias para a juventude na UE, em África e, mais especificamente, nos PALOP. Foram ainda genericamente revisitadas as bibliografias sobre cooperação e desenvolvimento em geral, com vista a considerar transversalmente os conceitos e conhecimentos leccionados no âmbito do nosso mestrado.

De modo a obter referências sobre possíveis objectivos, estratégias e formas de cooperação no domínio da inclusão dos jovens na sociedade global, observámos e analisámos um caso concreto, a saber, o projecto MYTeCC. Foi, em grande medida, a partir desta pesquisa que formulámos a nossa proposta de uma futura cooperação Portugal – PALOP aplicada ao referido domínio.

## **Estrutura**

Esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, 'As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação e a Globalização', abordamos alguns conceitos relacionados com o actual paradigma tecnológico, nomeadamente a Internet e o seu papel na transformação da sociedade contemporânea. Introduzimos a noção de rede de modo a enquadrar as mudanças ocorridas na organização das actividades políticas, económicas e sociais. Com base nestes conceitos, abordamos a problemática da exclusão digital e, por fim, as diferentes dimensões da Globalização.

No segundo capítulo, 'A Inclusão dos Jovens no Processo de Globalização: o contributo da teoria de Amartya Sen', começamos por introduzir a abordagem da *Capability*, na perspectiva do economista Amartya Sen, realçando a distinção entre a sua teoria do desenvolvimento e liberdade e o pensamento *mainstream* do desenvolvimento (basicamente sintetizado nas teorias que privilegiam o rendimento, a felicidade e a satisfação das necessidades básicas, como questão central).

Na análise da literatura do desenvolvimento na perspectiva de Sen, abordamos a relação entre os jovens e a globalização e a inclusão por via das TICs, sem perder de vista o contexto e o processo de reconhecimento dos jovens e do seu papel na edificação dos valores humanísticos da sociedade global.

No terceiro capítulo, 'Cooperação Portugal – PALOP para a Inclusão Digital: uma Proposta', baseamo-nos na análise do contexto económico, social, político e institucional em que os jovens dos PALOP se movem e se organizam.

Finalmente, ainda neste último capítulo, seguindo especialmente a inspiração do projecto MYTecC em curso nos países mediterrânicos (e que descrevemos sumariamente), apresentamos um conjunto de considerações sobre: 1) as características e as potencialidades de uma futura rede de cooperação Portugal-PALOPs para a inclusão dos jovens na era global e informacional; 2) a necessidade de investimento em determinados factores que permitam a concretização prática dessa rede.

## 1. AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E A GLOBALIZAÇÃO

*A tecnologia não determina a sociedade, incorpora-a. Mas a sociedade também não determina a inovação tecnológica: usa-a.*

Fernand Braudel

Este capítulo introduz um conjunto de conceitos e elementos relativos à recente Revolução Tecnológica da Informação e ao processo de Globalização em curso. Começa-se por traçar o contexto restrito do surgimento da Internet<sup>3</sup>, como um novo *medium*, e a sua disseminação social; segue-se a apresentação da noção de rede, visando clarificar a nova ordem social que Castells denomina de Sociedade em Rede. No âmbito da análise do actual paradigma tecnológico, segue-se a abordagem do tema da exclusão digital e, finalmente, a das diferentes dimensões da Globalização.

### **Conceitos-chave: TI e TIC**

Os acrónimos “TI e TIC” têm sido geralmente utilizados nas recentes discussões sobre computadores e outras tecnologias de informação e comunicação baseadas nestas máquinas. Nesta dissertação adoptaremos estes acrónimos, tendo em conta as seguintes definições:

**TI** (Tecnologias de Informação): conceito que se aplica especialmente às componentes técnica e científica no ramo das engenharias informática e da computação.

---

<sup>3</sup> Aborda-se a Internet como o principal meio da recente revolução das TIC, não só por ser o mais representativo das novas TIC, mas também pelo facto de constituir uma plataforma na qual correm todos os outros e, ainda, pela sua abrangência e possibilidade de interactividade com outros meios. Sobre esta matéria, o relatório resultante de estudos levados a cabo em África, com o objectivo de compreender o papel dos meios digitais na transformação da comunicação e intercâmbio entre culturas, aborda o potencial deste meio justamente pela sua abrangência em relação aos outros *media*.



**TICs** (Tecnologias de Informação e Comunicação): conceito que se refere a todas as tecnologias utilizadas para criar, armazenar, processar e utilizar informação de diferentes tipos (dados, voz, som, imagem, multimédia) com o objectivo de facilitar e apoiar a comunicação.

As TICs resultam da convergência entre a micro-electrónica, a informática e as telecomunicações e incluem tanto os novos como os antigos instrumentos, modos e meios através dos quais a informação e outros dados são transmitidos entre pessoas, lugares e sistemas artificiais.

Embora as TICs abranjam uma vasta gama de tecnologias, para efeitos deste trabalho utilizaremos essa designação especificamente para nos referirmos à Internet.

## **1.1. A Revolução Tecnológica da Informação**

### **1.1.1. O surgimento da Internet**

A actual Revolução Tecnológica da Informação e da Comunicação começou na década de 1960, por iniciativa do departamento da defesa dos Estados Unidos da América, que, no contexto da ameaça nuclear da Guerra Fria, se aliou aos principais centros tecnológicos e universitários do país, criando o primeiro computador em rede, a ARPANET, uma arquitectura de rede composta por milhares de redes de computadores interligados entre si, não podendo ser controlada a partir de nenhum centro (DiMaggio *et al*, 2001).

Mais especificamente, a Internet é tecnicamente definida por diversos autores como uma rede electrónica que liga redes de pessoas e informações através de computadores e de outros dispositivos digitais, permitindo o acesso à informação e a comunicação directa de e entre pessoas. No entanto, Castells, na sua obra '*A Galáxia Internet*', vai mais longe ao considerá-la um meio de comunicação de escala global, o qual terá permitido pela primeira vez a "comunicação de muitos para muitos e em tempo escolhido". Segundo este autor, vivemos num novo mundo da comunicação, a Galáxia Internet, um marco histórico equiparável à 'Galáxia Gutenberg', de Marshall McLuhan, seja ao auge da difusão da imprensa no Ocidente (Castells, 2007:16).

A evolução desta nova ferramenta que transformou a forma como comunicamos processou-se ao longo de três décadas, no seio de uma comunidade restrita de tecnólogos e sob o impulso de um conjunto de empreendedores que, desde logo, se aperceberam do potencial comercial e de inovação da tecnologia digital<sup>4</sup>.

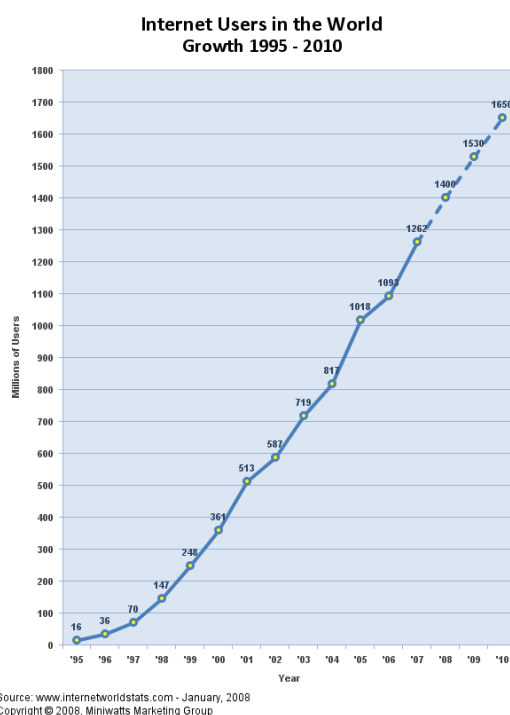
Contudo, foi apenas no final dos anos de 1990 (ver Figura 1) que a Internet se tornou numa rede de comunicação de escala global<sup>5</sup>. Com a disponibilização da interface gráfica e a autorização da sua comercialização, aquela difundiu-se rapidamente por diferentes países, organizações, indivíduos e culturas de todo o mundo, adaptando-se a múltiplas finalidades. Um outro factor que contribuiu e continua a ser crucial para a expansão desta tecnologia através da sua constante reinvenção é a possibilidade que dá aos utilizadores de participar no incremento das suas funcionalidades, conforme às suas necessidades (DiMaggio *et al*, 2001).

---

<sup>4</sup>“A Internet nasceu na encruzilhada insólita entre ciência, a investigação militar e a cultura libertária” (Castells, 2007: 34). O autor utiliza o termo libertário no contexto europeu para se referir a uma cultura de liberdade, na tradição de John Stuart Mill, ou seja, uma ideologia baseada na defesa dos princípios da liberdade individual como valor supremo.

<sup>5</sup> Em finais de 1995, o primeiro ano da utilização generalizada da *world wide web*, havia cerca de 16 milhões de utilizadores das redes de comunicação informática em todo o mundo; no início de 2001, havia mais de 400 milhões; as previsões mais fiáveis apontam para 1.000 milhões de utilizadores em 2005, sendo provável que até 2010 rondem os 2.000 milhões, mesmo tendo em conta o abrandamento da sua difusão quando se entra no mundo da pobreza e do atraso tecnológico. Estas parecem ser previsões acertadas, visto que dados estatísticos dos últimos dois anos (2009/2010) apontam para 2.000 milhões, aproximadamente (Castells, 2007: 17).

**Figura 1 – O crescimento da utilização da internet no mundo de 1995 a 2010.**



**Fonte:** [www.internetworldstats.com](http://www.internetworldstats.com)

A flexibilidade desta tecnologia deriva de um conjunto de características específicas, com destaque para o facto de ser o único meio capaz de integrar diferentes modos de comunicação e vários tipos de conteúdos (texto, vídeo, imagem fixa, áudio).

The Internet is even more pliant because it combines point-to-point and broadcast capacity within a single network. It can be a telephone; literally, or through email, chat rooms, and other forms of real-time communication between individuals. It can serve as a library: specialized Web sites "narrowcast" information to users interested enough to use search engines to find them. It can act as a soapbox for individuals expressing themselves to e-lists and discussion forums. Or it can operate as a conventional mass medium: Internet Service Providers like OAL and services like RealMedia let providers broadcast information to huge user publics simultaneously. Precisely because it can be all of the things at once - because it affords user choices among multiple modes of appropriation that coexist at any given time - the Internet is unprecedentedly malleable.

(DiMaggio et al, 2001: 327).

É incontestável o papel que este meio tem na actualidade, sendo transversal à maior parte das actividades humanas. Assim, a Internet transformou-se num dos

factores determinantes de exclusão na sociedade global e em rede, principalmente nos Países em Desenvolvimento, onde se observam profundas formas de exclusão no acesso e na capacidade de lidar com a tecnologia digital.

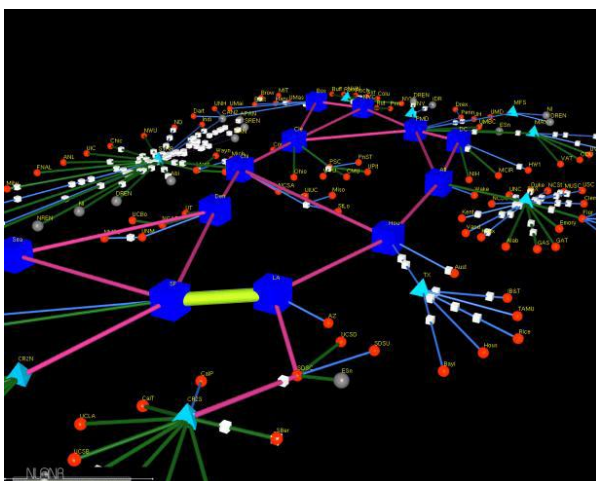
Actualmente, existe um enorme fluxo de informações com elevado valor e conhecimento que se traduz em melhorias de condições de vida e em inúmeras oportunidades para os que têm acesso à Internet. Por exemplo, grande parte das informações sobre o mercado de trabalho, as oportunidades académicas, as acções de voluntariado ou protesto, lazer, etc., está a ser transferida para a plataforma virtual, sendo que o respectivo acesso está vedado a uma grande parte da população mundial, incluindo os jovens.

Segundo Castells (2007), a revolução operada pela Internet na actual sociedade da informação equivale à histórica descoberta da electricidade na era industrial. Assim, na nossa era, poderíamos comparar a Internet com a rede eléctrica e o motor eléctrico, dada a sua capacidade de distribuir o poder da informação por todos os âmbitos da actividade humana. A Internet constitui actualmente a base tecnológica da forma organizacional que caracteriza a Era da Informação: a rede. Segundo o mesmo autor, a exclusão desta rede é uma das formas de exclusão mais graves que se pode sofrer.

### 1.1.2. A rede como uma nova forma organizacional da sociedade

Conceptualmente, uma rede é um conjunto de nós interligados, sendo que um nó é o ponto no qual uma curva se intercepta. Neste tipo de arquitectura, a distância (ou a intensidade e frequência da interacção) entre dois pontos é menor se ambos os pontos forem nós de uma mesma rede. Por outro lado, dentro de determinada rede, os fluxos não têm distâncias ou têm a mesma distância entre nós (Castells, 2007: 606).

#### Quadro 1 - Ilustração da rede no actual mapa do ciberespaço



Fonte: Atlas of Cyberspace - Topology Maps of Elements of Cyberspace.

Esta noção é apresentada por Castells na sua obra, *A Sociedade em Rede*, onde explicita que uma rede pode ser entendida como um qualquer sistema organizacional, social, económico, político, cultural, criminoso, etc., sobre o qual interage um conjunto de nós ou elementos pertencentes à mesma rede, através de fluxos contínuos de informações. Por definição, uma rede não tem centro e ainda que alguns nós possam ser mais importantes do que outros todos dependem dos demais na medida em que estão em rede (Castells, 1998).

Segundo o mesmo autor, uma das características das estruturas em rede é a sua capacidade ilimitada de expansão e de integração de novos nós, desde que consigam comunicar dentro da rede, através dos mesmos códigos, tais como valores ou objectivos de desempenho. Por isso, esta estrutura sempre existiu como forma de organização da actividade humana, nomeadamente na esfera privada, pois apresenta enormes vantagens enquanto ferramenta organizativa, graças à sua flexibilidade e adaptabilidade, características fundamentais para sobreviver e prosperar num contexto de mudança permanente (Castells, 2007)<sup>6</sup>.

Contudo, devido à sua natureza aberta e evolutiva, a partir de uma certa dimensão e complexidade, uma rede pode apresentar sérias dificuldades em coordenar as suas funções, concentrar os seus recursos em objectivos concretos e levar a cabo determinadas tarefas. Por essa razão, ao longo da história, sempre dominaram formas organizacionais centralizadas, com hierarquias rígidas e verticais, dado o elevado grau de previsibilidade e controlo que estas últimas apresentam.

Apenas a introdução da tecnologia de informação e comunicação de base informática, e em especial da Internet, veio permitir uma maior coordenação de tarefas e de gestão da complexidade. Tal resultou, assim, numa combinação sem precedentes de eficácia na realização de tarefas, na tomada de decisões coordenadas e na execução descentralizada. O autor conclui que esta combinação da tecnologia digital e da rede permitiu atingir uma forma de organização superior da actividade humana.

Esta nova organização começa com a “individualização dos arranjos de trabalho”, graças à possibilidade de tudo se processar em torno do “trabalhador individual” e de o espaço onde decorre a actividade ser irrelevante. Inaugura-se, assim, um novo espaço urbano, o espaço da mobilidade infinita, feito de fluxos de informação e comunicação, gerido em última instância pela Internet (Castells, 2007).

Estamos na presença de uma nova noção de espaço, em que o físico e o virtual se influenciam um ao outro, lançando as bases para a emergência de novas formas de socialização, de novos estilos de vida e de novas formas de organização

---

<sup>6</sup> É interessante a forma como Castells se refere à mudança organizacional das empresas face às condições de imprevisibilidade introduzidas pela rápida transformação económica e tecnológica, que se reflecte na passagem das burocracias verticais à empresa horizontal (Castells, 2007: 215).

social (Cardoso, 1998). Estas transformações tiveram lugar inicialmente na economia, difundindo-se posteriormente para outras esferas da sociedade.

Castells sintetiza estas mudanças através do conceito de paradigma tecnológico, cujas características específicas resultam da interação das novas TIC com as actuais estruturas organizacionais, baseadas na arquitectura da rede. Este novo paradigma é organizado em torno das seguintes ideias:

- 1) A informação como matéria-prima;
- 2) A elevada capacidade de penetração dos efeitos das novas TIC;
- 3) O predomínio da lógica da rede em qualquer sistema, processo ou organização;
- 4) A flexibilidade;
- 5) A crescente convergência tecnológica.

### **1.1.3. A sociedade em rede e o paradigma informacional**

Com base nas ideias já expostas, Castells estabelece um novo conceito de sociedade, “sociedade em rede”, baseado sobretudo na primazia da morfologia social sobre a acção social. Segundo o autor, a nova estrutura social em rede resulta da convergência de três acontecimentos que marcaram o final do século XX, a saber:

- 1) A expansão e reestruturação do capitalismo através das políticas de desregulamentação de mercados e de liberalização económica, implementadas pelos governos e pelas grandes instituições internacionais como o FMI e o BM;
- 2) O desenvolvimento de uma nova infra-estrutura tecnológica, propiciada pelas novas TIC;
- 3) O ênfase na flexibilidade (ideia central das transformações organizacionais) tem permitido realizar com rapidez e eficiência os processos de desregulamentação, privatização e ruptura do modelo de contrato social entre capital e trabalho, característicos do capitalismo industrial (Wertheim, 2000).

Sendo a rede um instrumento adequado a sistemas dinâmicos e abertos, com a introdução das novas TIC, esta lógica rapidamente se difundiu nos sistemas

capitalistas em todo o mundo, levando à transição para uma nova forma de sociedade, caracterizada sobretudo pela interdependência nas diversas áreas ou relações das actividades humanas.

Do ponto de vista das teorias sociais, esta nova realidade constituiu o ponto de viragem para a sociedade 'Pós-Industrial' ou 'Informacional'. As transformações em direcção à sociedade da informação, em estágio avançado nos países industrializados, constituem uma tendência dominante mesmo para as economias menos industrializadas e definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica nas suas relações com a economia e a sociedade (Werthein, 2000).

O conceito de pós-Industrial, que está na origem da 'Sociedade da Informação', remonta às análises teóricas do socialista inglês Arthur J. Penty, que, em 1914, definiu pela primeira vez o pós-industrialismo como uma "forma de sociedade que se seguirá à derrocada do industrialismo" (Masi, 1999). No entanto, é com os trabalhos de Alain Touraine e Daniel Bell<sup>7</sup> que esse termo alcançou a sua principal dimensão teórico-conceptual, a qual, de resto, ainda hoje domina as considerações sobre a sociedade da informação.

Na análise de Bell, o conceito diz essencialmente respeito às mudanças na estrutura social, às transformações que se produzem na vida económica e na estrutura profissional e, por fim, às novas relações que se estabelecem entre a teoria e a prática, entre a ciência e a tecnologia (Masi, 1999). Bell anteviu as principais alterações paradigmáticas que viriam a marcar a ruptura com a sociedade industrial, a saber:

- 1) A passagem da produção de bens para a economia de serviços;
- 2) A proeminência da classe dos profissionais e dos técnicos;
- 3) O carácter central do saber teórico gerador de inovação e das ideias directivas nas quais a colectividade se inspira;
- 4) A gestão do desenvolvimento técnico e o controlo normativo da tecnologia;

---

<sup>7</sup> Arthur J. Penty organizou uma antologia intitulada 'In Post-industrialism' e, em 1917, publicou em Londres um volume com o título expressivo de 'Old Words for New: A Study of the post industrial States'. Daniel Bell, considerado o pai desta terminologia, fala da sociedade pós-industrial pela primeira vez em 1959, lançando depois em 1973 o seu famoso livro 'The Coming of Post-Industrial Society'. No entanto, Alain Touraine entretanto já publicara a sua obra 'La Société Post-Industrielle', em 1969.



5) A criação de uma nova tecnologia intelectual.

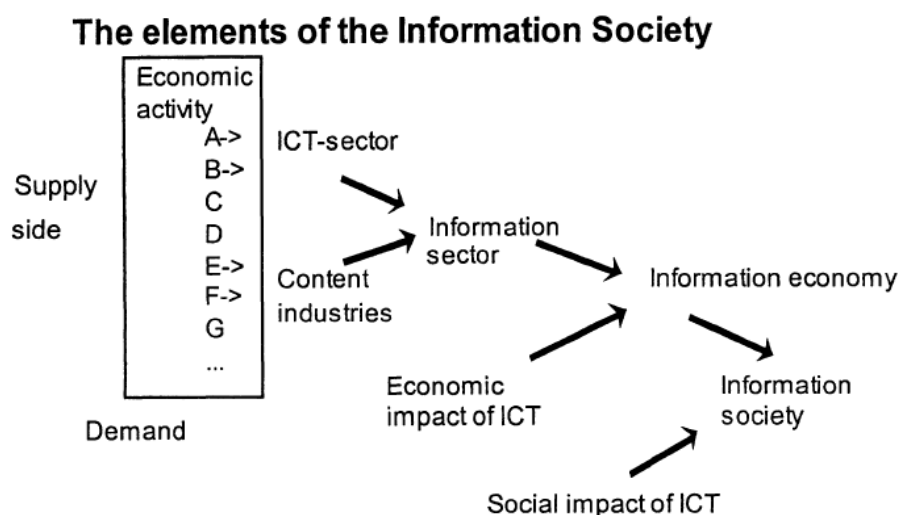
A precisão conceptual da Sociedade da Informação é de difícil apreensão, pois existem inúmeras interpretações, opiniões ou perspectivas, de acordo com o contexto em que se debate o conceito. Como afirma Jorge Werthein (2000), a “sociedade da informação” passou a ser utilizada nos últimos anos do século XX como substituto do complexo conceito de “sociedade pós-industrial” e como forma de expressar o conteúdo específico do “novo paradigma técnico-económico”.

Este último autor conclui assim que o termo ‘Sociedade de Informação’ é a expressão das transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como “factor-chave” já não os consumos baratos de energia (como na sociedade industrial) mas os consumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na micro-electrónica e nas telecomunicações.

Luís Gouveia (2004) ilustra bem a dificuldade em operacionalizar as ideias subjacentes ao novo paradigma informacional. O autor refere alguns teóricos como Castells, Gaio, Cardoso e Noam Chomsky, entre outros, na sua tentativa de delinear os contornos do conceito. As diversas abordagens vão desde o foco na transversalidade das TIC à reflexão sobre o novo paradigma espacio-temporal, à perspectiva democratizadora ou, ainda, aos alertas para a camufada estratégia neoliberal de expansão e controlo económico dos grandes grupos.

Contudo, independentemente dessa diversidade, a verdade é que assistimos hoje a um conjunto de transformações em diferentes áreas da sociedade que não se limitam a mudanças pontuais, mas cujo impacto é significativo a ponto de representarem alterações substanciais, exercendo influência sobre todo o tecido social. O quadro que se segue ilustra bem o processo de difusão das TIC em cadeia nos diferentes sectores até desembocar na actual sociedade de Informação. **Figura 2 –**

**A difusão e o impacto das TICs na estrutura económica e social**



Fonte: International Statistical Review

Segundo Cardoso (1998), do ponto de vista da construção político-ideológica desta nova realidade, a sociedade da informação existe como um conjunto de objectivos, essencialmente de carácter político, desenvolvido no contexto das instituições da União Europeia. Em seguida, terá sido apropriado pelos países membros da União e, posteriormente, incorporado no discurso de muitas organizações multilaterais de carácter político e económico global. Contudo, já antes disso, a Finlândia teria dado os primeiros passos na tentativa de promover a inclusão na sociedade da informação. Em 1994, este país formulou o 1º Plano Nacional de Inclusão, baseado em dois eixos principais: tecnologia e economia.

Contudo, com o aumento das discussões ao nível internacional sobre as rápidas mudanças ambientais e o desenvolvimento sustentável, a segunda estratégia de inclusão viria a adoptar novas metas para as TICs, desta vez centrada no ser humano e nas preocupações com a sua condição no mundo cada vez mais interdependente e multi-racial. Assim, a agenda para a inclusão na Sociedade da Informação passa a incluir temas como a melhoria da qualidade de vida, o

desenvolvimento sustentável e o ambiente, o equilíbrio da sociedade e a coesão social, como alvos cruciais (Sundström, 2003).

Um outro factor que contribuiu fortemente para a formalização e institucionalização da sociedade da informação teve a ver com o desenvolvimento de um sistema estatístico nesta área. No entanto, dada a diversidade de modelos teóricos foi difícil a sistematização geral dos dados. Assim, as primeiras estatísticas sobre a sociedade da informação basearam-se apenas em indicadores aproximativos, ou seja, aqueles que ilustrassem a produção, o uso, a difusão, as infra-estruturas, a força de trabalho, etc., relacionados com o desenvolvimento das TIC.

De acordo com Sundström, os primeiros indicadores da sociedade da informação basearam-se nas análises dos sectores de infra-estruturas técnicas, dos níveis de penetração e das ligações:

- Serviços e aplicações;
- Indicadores relativos à educação e à entrada no mercado laboral;
- Estrutura do sector das TIC, produção e comércio dos produtos TIC no estrangeiro, inovação e desenvolvimento;
- Estrutura de emprego no sector das TIC;
- Uso das TIC nos negócios e no trabalho;
- Sociedade da informação, tempo e padrão de utilização das TIC em casas.

Estes primeiros elementos estatísticos foram elaborados em finais da década de 1990 pelos países nórdicos, entre os quais a Finlândia, a Dinamarca, a Suécia e a Noruega, sendo que só no início do novo Milénio a OCDE viria a lançar as primeiras estatísticas relativas ao sector do *e-commerce*.

É interessante a forma como estes indicadores nos permitem apreender de forma imediata os principais sectores de actividade que compõem a actual sociedade da informação e, por conseguinte, o âmago da sociedade global.

Em 1999, a Comissão Europeia começou a desenvolver um conjunto de indicadores relacionados com o espaço europeu, no sentido de tirar vantagens da revolução digital e da emergente sociedade da informação.

O Conselho Europeu de Lisboa, realizado em Março de 2000, concluiu com a ambiciosa decisão de transformar a UE na mais dinâmica e competitiva economia do

mundo, “tirando vantagem das oportunidades relacionadas com a emergência da Nova Economia e especialmente da Internet”.

Em Junho do mesmo ano, a Cimeira do Porto acordou o amplo plano de acção denominado *eEuropa*, destinado a ser implementado no final de 2002. Os dez tópicos do plano *eEuropa* foram agrupados segundo três objectivos principais:

1. Internet mais barata, mais rápida e mais segura
  - a) Ligações de internet baratas e rápidas;
  - b) Internet rápida para investigadores e estudantes;
  - c) Cartões electrónicos e ligações seguras;
2. Investimento nas pessoas e competências e capacitação
  - a) Jovens europeus na era digital;
  - b) Trabalho na economia baseada no conhecimento;
  - c) Participação de todos na economia baseada no conhecimento
3. Estímulo ao uso da Internet
  - a) Acelerar o *e-commerce*;
  - b) Governação On-line;
  - c) Saúde on-line;
  - d) Conteúdo digital para ligações globais;
  - e) Sistemas de transportes inteligentes.

O Plano de Acção visava a promoção de um ambiente favorável ao investimento privado que permitisse a criação de novos empregos, o aumento da produtividade e a modernização dos serviços públicos, permitindo a todos a oportunidade de participarem na sociedade de informação global: “A *eEuropa* visa estimular serviços seguros, conteúdos e aplicações baseadas numa Infra-estrutura de banda larga largamente disponível”.

Em matéria de indicadores, e em face das rápidas mudanças que se processaram no seio da própria sociedade da informação, assistiu-se à sua progressiva transformação e diversificação. Nomeadamente, os impactos das TIC na esfera social atraem cada vez mais a atenção dos analistas, especialmente no que se refere à crescente exclusão e divisão digital que o rápido desenvolvimento tecnológico originou principalmente nos países em desenvolvimento.

## **1.2. A Divisão Digital**

### **1.2.1. Exclusão *versus* inclusão**

De acordo com a OCDE (2002), a expressão ‘divisão digital’ é frequentemente utilizada para descrever o fosso existente entre pessoas, famílias, empresas e áreas geográficas, tanto no que respeita às suas oportunidades de acesso às TICs quanto à utilização de computadores pessoais e da Internet.

Essa expressão, assim como grande parte do léxico relacionado com as TICs, encontra uma multiplicidade de interpretações, dependendo do ângulo de abordagem. No entanto, seja na reflexão sobre a sua utilização ou impacto a nível social ou económico, seja no âmbito técnico ou cultural, o foco centra-se sobretudo no acentuar do fosso entre os ricos e os pobres em informação, isto é, a info-exclusão.

Contudo, a principal questão que se levanta com esta nova ordem mundial tem a ver com a abordagem da inclusão, que, aliás, é transversal a toda a problemática do actual paradigma do desenvolvimento. Na sociedade global, o próprio conceito de inclusão digital incorpora a ideia de desenvolvimento, pois, numa abordagem mais ampla, conclui-se que a inclusão por via das TICs significa, antes de mais, melhorar as condições de vida de uma determinada região ou comunidade com a ajuda da tecnologia (Rebelo, 2005).

Como esclarece Rebelo, a inclusão digital não se resume à disponibilidade de computadores e de conexões que dêem acesso a conteúdos e conhecimentos, mas tem, antes de mais, relação com a capacitação das pessoas para o uso efectivo dos recursos tecnológicos (seja tanto em matéria de conhecimentos de informática como de uma educação que permita usufruir desses recursos de maneira plena). Desta forma, conclui o autor, o que realmente importa na abordagem do novo contexto informacional é o reconhecimento do impacto das actuais tecnologias de informação na vida de uma sociedade, na sua economia e desenvolvimento.

### 1.2.2. A topografia digital

Na prática, as determinantes do acesso à Internet têm a ver com um conjunto de competências e condições que vão desde a capacidade da sua utilização ao conhecimento das estratégias de pesquisa, passando pela capacidade de avaliar a qualidade da informação e conhecer a diversidade de usos, a existência de qualidade nas ligações técnicas, o apoio social, etc. A existência ou ausência destas condições de acesso em diferentes países e regiões está na base da actual divisão digital mundial.

As conclusões de muitos estudos e relatórios ilustram esta dicotomia com base na distribuição geográfica das novas TICs, nomeadamente a internet e o telemóvel. Os dados apresentados no relatório de 2008 da *International Communication Union*, ITU, dão-nos conta do acelerado crescimento e difusão das telecomunicações e das TICs no mundo, alertando no entanto para as persistentes desigualdades na sua distribuição.

Segundo as estatísticas desta agência, em Dezembro de 2008, em todo o mundo existiam 4 mil milhões de subscritores de telemóvel, representando um aumento de mais de mil milhões em apenas oito meses. E, no final desse mesmo ano, as estimativas desta organização apontavam para 1.27 mil milhões de linhas fixas e 1.54 mil milhões de utilizadores de Internet, sendo a Internet e os telemóveis de banda larga correspondentes a cerca de 800 e 430 milhões, respectivamente. No entanto, apesar do acelerado crescimento e penetração das TICs no mundo inteiro, o relatório salienta que ainda existe um elevado grau de disparidade na distribuição, principalmente no que se refere ao acesso à internet de banda larga, cuja grande maioria de utilizadores (cerca de três terços ou 66%) se localiza nos países industrializados.

Embora a internet de banda larga seja de vital importância para a utilização de muitas aplicações comuns da Web, como é o caso do *YouTube* ou do *Skype*, entre outras que nos permitem aceder a diversos conteúdos multimédia, esta tecnologia ainda continua vedada à maior parte dos utilizadores, nomeadamente aos jovens que são os principais utilizadores destas aplicações.

As observações de Castells sobre a nova realidade informacional já anteviam o estado assimétrico entre o que chamou de “primeiro e o quarto mundo”, resultante da

nova divisão internacional que a sociedade da informação e a nova economia vieram desencadear.

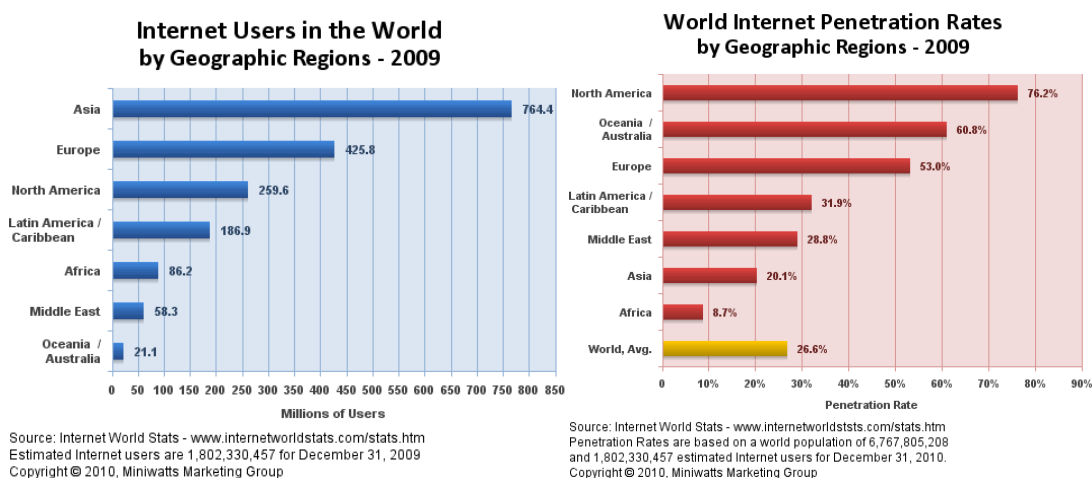
Por intermédio da tecnologia, redes de capital, de trabalho, de informação e de mercados ligaram funções, pessoas e locais à volta do mundo, conferindo-lhes valor ao mesmo tempo que alienaram as populações e os territórios desprovidos de interesse para a dinâmica do capitalismo global. Seguiu-se a exclusão social e a decadência económica de segmentos de sociedades, de áreas urbanas, de regiões e de países inteiros, constituindo aquilo a que chamo «Quarto Mundo».

(Castells, 2003: 460)

A África Subsaariana e o Sul da Ásia são exemplos da nova classificação do grau de desenvolvimento, por estarem no final da lista das regiões no que se refere à difusão das TICs e às oportunidades e prosperidade da era digital.

Os quadros incluídos na figura 2 indicam o panorama da situação actual relativamente a utilizadores e a níveis de penetração da Internet por regiões no mundo. Os dados revelam de forma bem clara o fosso existente entre as regiões mais ricas e as mais pobres, situando-se os níveis de penetração mais elevados nas regiões da América do Norte (76.2%), Austrália (60,8%) e Europa (53,0%). No extremo oposto encontram-se as regiões da Ásia e da África, cujas taxas de penetração em relação ao número de habitantes são quase residuais, ou seja, 20.1% e 8.7%, respectivamente.

**Figura 2 – A difusão e o impacto das TICs na estrutura económica e social**



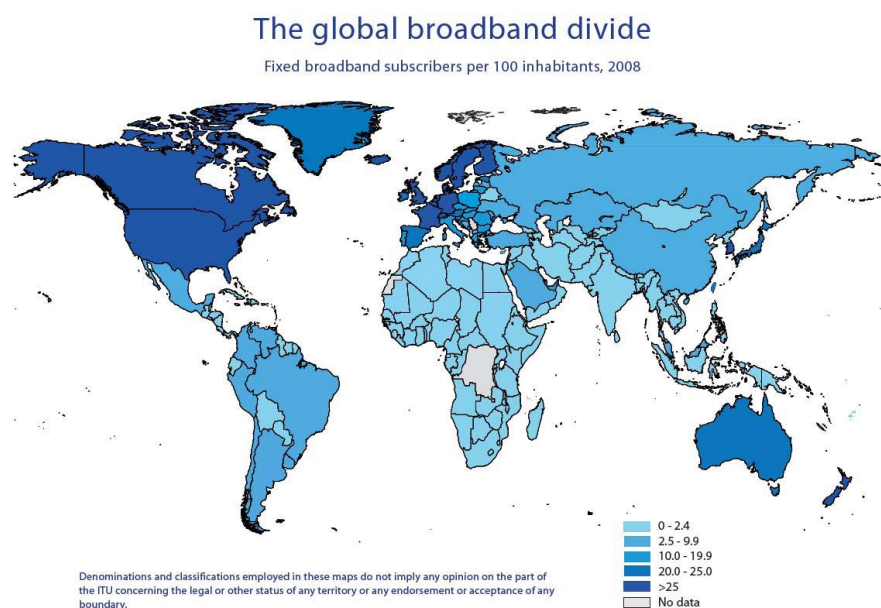
Fonte: [www.Internetworldstats.com](http://www.Internetworldstats.com)

Outra indicação que este quadro nos fornece é que somente 26.6% da população mundial tem acesso a este meio de comunicação, ou seja, praticamente um terço da população mundial está excluída ou em risco de exclusão da actual Sociedade da Informação. A nova configuração mundial, em que as infra-estruturas e as principais condições de acesso estão concentradas nas regiões mais ricas, resulta também no facto de a maior parte da população jovem do mundo estar fora desta rede, já que vive nas regiões do Sul da Ásia e de África.

A figura 3 permite uma visão ainda mais clara do actual fosso digital que separa essas duas regiões das restantes no que se refere ao acesso à banda larga fixa. Segundo dados de 2008, no máximo 2 em cada 100 habitantes africanos, neste caso, tinham acesso à banda larga fixa.



**Figura 3 – O acesso a Internet Banda Larga no mundo**

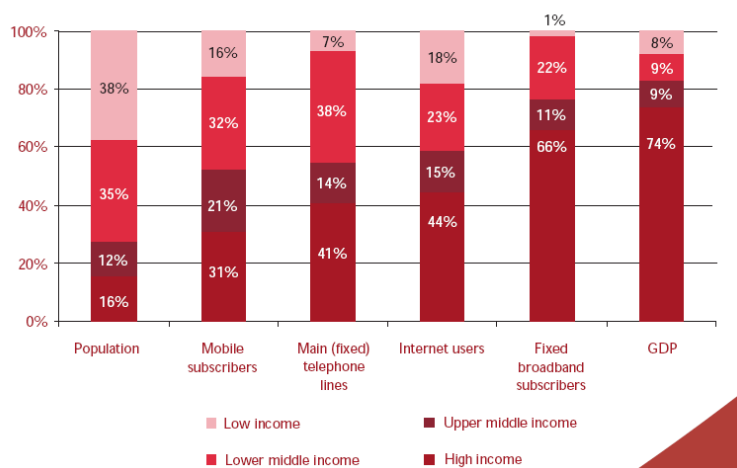


**Fonte:** *International Telecommunication Union, ITU – The World in 2009: ICT Facts and Figures*

A distância digital que separa as regiões, os países e até os indivíduos dentro da mesma sociedade, demonstra que a Internet ainda está longe de transformar o mundo e as sociedades numa aldeia global, tal como é idealizado pelos teóricos mais otimistas.

A sociedade da informação e do conhecimento veio realçar ainda mais as diferenças de desenvolvimento, tanto nos países ricos como nos mais pobres. As disparidades na difusão e na utilização das TICs nos países e no mundo fizeram emergir novos tipos de divisões sociais com base em níveis de rendimento, escolaridade, idade, género, etc. A figura 4 evidencia esta nova divisão baseada nos rendimentos.

**Figura 4 – Distribuição das TICs na população mundial em 2006. A relação entre os níveis de rendimentos – PIB – e os níveis de penetração nos países (dados de 2006)**



**Fonte:** *International Telecommunication Union, ITU*

Repare-se no contraste entre os países de baixo rendimento e de alto rendimento: **Low Income** – 30% população – (16% telemóvel; 7% telefone fixo; 18% utilizadores da Internet; 1% Banda larga fixa); **High Income** – 16% população – (31% telemóvel; 41% telefone fixo; 44% utilizadores da internet; 66% Banda larga fixa).

No entanto, apesar de as TICs colocarem a nu as principais carências já existentes no seio das sociedades, excluindo à partida todos aqueles que de uma forma ou outra não estão capacitados em face desta revolução, elas tornaram-se na principal ferramenta de inclusão e de aceleração do processo de desenvolvimento em curso.

Este último aspecto merecerá a nossa atenção mais à frente neste trabalho, nas considerações sobre o potencial das TICs, especialmente da Internet, como ferramenta de desenvolvimento sustentável e como potenciadora da acção dos jovens, não só ao nível económico mas também socio-cultural.

No que respeita à exclusão digital, a sua relação com a exclusão no processo de Globalização é evidente.

It is said on one hand that the less ICT developed countries are not able to participate effectively in the accelerated process of globalization and acceleration of growth and transformation of work and factors of production now occurring as a result of these tools. On the other hand the ICT developed countries cannot effectively and efficiently globalize capitalist expansion into new and emerging market without a minimum existence of the requisite.

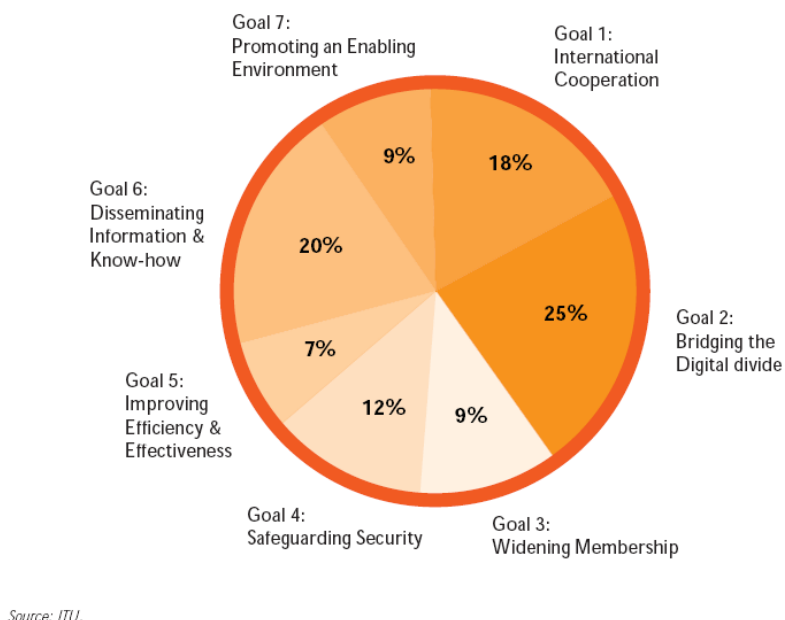
ICT For development (2003:18)

Segundo Castells, a tecnologia de informação e a capacidade de a utilizar e adaptar representam, nos nossos tempos, o factor crítico para a geração de riqueza, poder e conhecimento, bem como para o acesso a esses atributos.

Nesse sentido, têm sido largos os esforços para suplantar as barreiras nacionais e internacionais no acesso às TICs e no aproximar os países em desenvolvimento da era digital.

Independentemente das motivações e interesses subjacentes a esta preocupação em superar a divisão digital, as estratégias de cooperação entre países ou ao nível das instituições internacionais revelam a grande preocupação em superar o fosso digital entre os países mais ricos e os mais pobres, nomeadamente em África, onde esta cooperação tem resultado numa franca expansão desta tecnologia. Vejam-se, por exemplo, os objectivos estratégicos da ITU apresentados na figura 5 que se segue: dos 7 objectivos estratégicos da ITU, a maior fatia dos fundos (63%) reúne as três áreas cruciais para a inclusão na Sociedade da Informação: colmatar o fosso digital (25%); disseminação de informação e conhecimento (20%); cooperação internacional (18%).

**Figura 5 - Distribuição das despesas de 2008 por objectivo estratégico da agência ITU**



Fonte: *International Telecommunication Union, ITU*

### 1.2.3. As barreiras da ligação à rede global

Castells, na sua obra *O Fim Do Milénio* (2003: 109), dedica um capítulo ao “*apartheid* tecnológico de África no despontar da Era da Informação”, no qual retrata a grave situação de exclusão em que África se encontrava no final da década de 1990: “Por ora, África está excluída da revolução tecnológica da informação, exceptuando alguns nós de gestão financeira e internacional, directamente relacionados com redes globais que, ao mesmo tempo, desprezam as economias e as sociedades de origem”.

Em 2001, os progressos apontados em todo o continente comparavam-se aos níveis de utilização da Internet nos EUA de há dez anos atrás<sup>8</sup>, concluindo-se, assim,

---

<sup>8</sup> Entre 1995 e 2001, o acesso e a ligação permanente à rede em África passou de onze países para cinquenta e quatro (Hall, 1998; Akst e Jensen, 2001).

que em comparação com as outras partes do mundo África permanecia num estado de relativa invisibilidade na rede (Borgartz, 2001).

Alguns indicadores evidenciam os factores que influenciam a utilização da Internet nos países africanos, permitindo com isso medir os diferentes aspectos da divisão digital nesse continente:

- Escassa disponibilidade de infra-estruturas básicas de telecomunicação, nomeadamente em zonas rurais;
- Preços elevados, derivados, em parte, da estrutura do mercado de escassa concorrência e com fraco investimento;
- Fraco fornecimento de electricidade;
- Baixos rendimentos e pobreza, conduzindo a baixos níveis de literacia e educação<sup>9</sup>;
- Barreiras linguísticas<sup>10</sup>.

Embora África ainda se debata com os mesmos problemas que a mantêm longe dos principais 'nós' da sociedade de informação global, os esforços para encurtar a distância digital têm vindo a ser cada vez maiores, nomeadamente no que se refere às iniciativas mais recentes de dotar o continente de um conjunto de infra-estruturas e de ligações que permitam o acesso à Internet de banda larga ou por *wireless*, fazendo assim com que os preços baixem por via da competitividade (ITU, 2008).

O relatório anual da ITU dá-nos conta dos grandes projectos de investimento levados a cabo entre 2009 e 2010. De acordo com este documento, o crescimento da internet em África, nomeadamente no sector de Internet de banda larga, tem vindo a

---

<sup>9</sup> O Índice de Pobreza Humana (IPH) é o indicador da taxa de pobreza que existe em determinado país. Pondera três variáveis: curta duração da vida (a percentagem da população que, em cada país, não atinge os 40 anos); falta de educação elementar (a percentagem da população analfabeta); falta de acesso aos recursos públicos e privados (percentagem composta das pessoas com falta de acesso a serviços de saúde, água potável e nutrição razoável) – Fonte: Wikipédia.

<sup>10</sup> Ver em anexo o quadro sobre as 10 línguas mais faladas na Internet. A língua portuguesa ocupa o 5º lugar depois do Inglês, do Chinês, do Espanhol e do Japonês.

acelerar nos últimos anos, devido à melhoria das infra-estruturas e do acesso às tecnologias como wireless, e aos preços mais baixos.

De acordo com este mesmo relatório, a maioria dos países africanos acede à internet por via dos serviços comerciais da DSL. Contudo, este serviço é limitado pelo fraco alcance geográfico das redes fixas de telefone, fazendo com que o acesso à Internet em muitos países se concentre principalmente nas capitais. Ainda assim, a rápida disseminação de dados móveis de terceira geração (3G) e os serviços de Internet de banda larga vieram alterar esta situação. As redes móveis de acesso à Internet possibilitaram pela primeira vez o acesso em zonas rurais.

Actualmente grande parte de África tem acesso à Internet de banda larga internacional, possibilitado pelo projecto de instalação de cabos de fibra óptica por via submarina ao longo da costa africana entre 2009 e 2010, como se pode ver na figura 6. Este investimento fez com que houvesse maior concorrência num mercado anteriormente monopolizado. Houve um investimento massivo nos sistemas de fibra terrestre e nas infraestruturas de modo a suprir as necessidades das populações dos países no interior do continente. Com estes investimentos, a generalidade dos preços de Internet banda larga sofreu uma queda de mais de 90% em relação aos preços baseados anteriormente no acesso por satélite.

**Figura 6 – A ligação de África à rede mundial de internet por um sistema de cabos submarinos conduzido pelo projecto EASSY (East African Submarine Cable System)**



Fonte: *United Africa Connecting the World*, WIOCC

### 1.3. A Globalização

*The information revolution of the late twentieth century has introduced significant changes in the nature of human interaction and relation between peoples and nations. One word that optimizes the nature of the change wrought by the new order is globalization.*

*(ICT for development, 2003: 17)*

O termo globalização, como observa António Mendonça (2005), carece de precisão conceptual, pois a sua definição ainda está longe de ser consensual. Contudo, de uma forma geral, tem sido utilizado para caracterizar o processo actual de integração à escala planetária e a vários níveis das actividades humanas: económico,

social, político, cultural, etc. conforme a sua adaptação aos respectivos pontos de abordagem.

É neste sentido que se propõe uma abordagem diversificada da Globalização, procurando delimitar as diversas perspectivas ou dimensões sob as quais se aborda este fenómeno, seja no âmbito económico ou político, seja pelo seu interesse como processo histórico ou ainda como uma alteração paradigmática da experiência espaço-temporal na contemporaneidade.

### **1.3.1. Perspectiva económica**

#### ***Economia Informacional, Nova Economia, Economia Global***

A apropriação do fenómeno globalização por parte das ciências económicas é quase que imediata e intuitiva, não apenas graças à sua forte relação com a economia “informacional, ou a nova economia” (que, para muitos, permanece como o factor crucial do desencadear de todo o processo de reestruturação política, social e cultural em curso), como também pelo motivo de se tratar de um longo processo histórico cujas origens remontam ao próprio sistema capitalista.

Citando Braudel e Wallerstein, Castells (2007) explicita essa relação distinguindo duas realidades diferentes na história da economia capitalista, ou seja, a economia mundial e a economia global. Segundo o autor, a economia mundial ou industrial, na qual a acumulação de capital avança em todo o mundo, existe no Ocidente, no mínimo desde o século XVI. Por sua vez, a economia global é uma economia com capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real à escala planetária; daí também ser apelidada de informacional, pois: “o novo paradigma tecnológico mudou o objectivo e a dinâmica da economia industrial, criando uma economia global e promovendo uma nova onda de concorrência entre os próprios agentes económicos já existentes” (Castells, 2007:122).

Este ponto de viragem do sistema capitalista é realçado por Mendonça (2005), que refere que a globalização económica é um processo resultante da evolução das economias que se libertaram da produção de auto-consumo e passaram a orientar-se para o mercado: “A partir do momento em que a troca passou a comandar as decisões de produção, iniciou-se um processo objectivo de integração económica, de extensão



espacial das economias e de geração e aprofundamento de interdependências, que se auto-alimenta, que tende a abarcar a totalidade dos espaços económicos conhecidos e que se molda e transforma a partir da interacção entre as dinâmicas globais que gera e as dinâmicas locais e particulares que permanecem” (idem: 3).

Esta nova economia surge nos anos de 1990 e a sua difusão dá-se à escala global com base em estruturas de rede, num contexto e sob condições já referidas no capítulo anterior. Segundo a classificação de Castells, esta economia distingue-se graças a três aspectos:

- **É informacional** porque a produtividade e a competitividade das unidades ou agentes nessa economia dependem basicamente da sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada no conhecimento;
- **É global** porque as principais actividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como as suas componentes (capital, trabalho, matérias-primas, administração, informação, tecnologia e mercado), estão organizados à escala global, directamente ou mediante uma rede entre os agentes económicos;
- **Em rede** porque, sob as novas condições históricas, a produtividade e a competitividade se estabelecem e desenvolvem numa rede global de interacções entre redes comerciais.

Este último autor adianta ainda que é a ligação histórica entre informação ou conhecimento, como base da economia, e o seu alcance global e a sua organização em rede que cria um novo sistema económico.

### 1.3.2. Perspectiva político-cultural

#### ***Cultural-turn, spatial-turn***

À visão da globalização como um momento de viragem na história da economia capitalista, através da liberalização política e económica, aliada ao aparecimento e desenvolvimento das TICs, veio juntar-se um conjunto de reflexões

acerca das suas dimensões social, cultural, política e espacial desde a década de 1980.

O referencial do espaço surge desde então, no seio das Ciências Sociais e de outras disciplinas afins, como decisivo para a análise de toda a vida social, contrariando a tradição analítica moderna, essencialmente centrada sobre o referente tempo.

Caracterizada pela compressão espacio-temporal, pelo domínio do instantâneo e do fragmentado e pelo nivelamento virtual e prático do mundo, a sociedade contemporânea, que também é passível de ser descrita como pós-moderna (Raposo, 2009), é também o resultado das transformações que se operaram ao nível das comunicações e da tecnologia.

A concorrência entre espaço virtual e espaço físico, entre outros aspectos, coloca em causa alguns dos fundamentos políticos e identitários das sociedades, levando inclusive ao repensar dos limites do Estado-Nação num ambiente global cada vez mais integrado e dinâmico.

Por fim, a era pós-moderna é também marcada por uma viragem cultural – o chamado *cultural-turn* (Raposo, 2009). Esta assinala uma nova importância da cultura, seja no terreno da teoria, seja no campo da prática.

### 1.3.3. Perspectiva histórica

#### Integração das sociedades e das culturas

Esta análise encara a globalização como um movimento contínuo, como um processo dinâmico que terá tido o seu início no final do século XV, com a inédita aventura de integração geográfica mundial.

A chegada de Colombo à América em 1492, de Vasco da Gama à Índia em 1498 e de Pedro Álvares Cabral ao Brasil em 1500, culminando com a viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães e Sebastian d'Elcano em 1519-1522, marcam a primeira fase da globalização (dita 'globalização primitiva ou pré-económica'), segundo Mendonça (2005).

Por seu turno, Thomas L. Friedman, na sua obra 'O Mundo é Plano' de 2006, refere-se a três grandes períodos de globalização: o primeiro período corresponde à "globalização dos países", ou seja, à época das 'descobertas' já referidas, que, segundo este autor, se prolonga até ao século XIX; o segundo, denominado de "globalização das empresas", nomeadamente as multinacionais, é impulsionado pelos "progressos tecnológicos ao nível do "hardware" que, segundo Friedman, serviram de âncora para as empresas; o terceiro marca uma era completamente nova, pela redefinição do espaço – compressão espacial – como elemento central. Por outro lado, segundo o mesmo autor, assiste-se também a uma delegação de poderes nos indivíduos, através da sua participação no próprio processo de globalização.

A globalização (3.0) está a encolher o mundo do tamanho pequeno para um tamanho reduzido e simultaneamente a nivelar o "terreno de jogo". Enquanto a força dinamizadora da Era da globalização (1.0) foi a globalização dos países e da globalização (2.0) foi a das empresas, a Era da globalização (3.0) – o que imprime um carácter único – é a recente descoberta da possibilidade dos indivíduos colaborarem e competirem globalmente. A alavanca que está a permitir que particulares e grupos se globalizem tão rapidamente e sem mácula não é a potência em cavalos, não é o hardware, mas sim o software – todo o tipo de novas aplicações juntamente coma criação de uma rede global de fibra óptica que nos tornou a todos vizinhos uns dos outros. Cada um de nós deve, e pode perguntar agora: onde é que eu me encaixo em termos de concorrência global e nas oportunidades imediatas, e de que forma posso, por mim próprio colaborar com outros ao nível global?

(Friedman, 2006:19)

Justamente, o culminar de muitas análises é a esperança de uma ‘Aldeia Global’, da integração a todos os níveis ou esferas das actividades humanas. Esta nova configuração das estruturas e relações sociais, sobretudo marcada pela alteração da forma de comunicação, seria caracterizada pela ausência de fronteiras, ou seja, por um espaço no qual a distância física enquanto elemento relevante e determinante das relações entre os homens se esbateria.

Trata-se do sonho de um mundo em que os oceanos se transformam em pequenos rios, facilmente transponíveis por intermédio de rápidos meios de transporte e em que a própria localização se torna irrelevante. O homem trocará informação, bens, serviços, afectos, com aqueles que lhe estão mais próximos, não fisicamente, mas de acordo com outros critérios de distância, que estarão relacionados com alguma forma de complementariedade que transcende fronteiras. Este é um mundo de esperança, de alargamento das possibilidades individuais e colectivas, e de reforço da dimensão social que caracteriza a humanidade (Aubyn , 2007).

## 2. A INCLUSÃO DOS JOVENS NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO: O CONTRIBUTO DA TEORIA DE AMARTYA SEN

### 2.1. A abordagem da *Capability*

A abordagem da '*Capability*' ou da 'Potencialidade'<sup>11</sup>, na análise e na avaliação do bem-estar e da justiça social, tornou-se uma questão central no novo paradigma do desenvolvimento humano, fundado pelo economista e Nobel, Amartya Sen<sup>12</sup>.

Amartya Sen e Martha Nussbaum desenvolveram aquilo que clamam ser a nova ética do desenvolvimento, a "*capability ethic*"<sup>13</sup>, resultante de inúmeras análises críticas sobre os conceitos morais e as bases informativas subjacentes às diferentes concepções do desenvolvimento que têm vindo a influenciar as acções político-económicas internacionais desde a última Guerra Mundial<sup>14</sup>.

Em face dos problemas de privação e de exclusão que se multiplicam ao nível global, nomeadamente nos Países em Desenvolvimento, estes teóricos identificaram inúmeras falhas ético-conceptuais e também políticas, científicas e técnicas, na avaliação e concepção das mais influentes teorias do desenvolvimento.

Assim, a redefinição teórica e operacional do desenvolvimento, elaborada por Sen, baseia-se na inquirição da sua fundamentação ética e moral, inspirada nos clássicos do pensamento político e económico moderno. Nomeadamente, alguns

---

<sup>11</sup> A tradução para português do termo *Capability* (capacidade, aptidão, habilidade, competência) não nos conduz directamente ao significado atribuído pelo autor que, como se poderá constatar, lhe atribui um significado mais lato, aproximando-o das virtualidades de cada ser humano. Assim, a equivalência conceptual mais próxima desta expressão é o termo 'Potencialidades', utilizado no Programa de Doutoramento em Economia – Amartya Sen, Liberdade como Desenvolvimento - Faculdade de Economia do Porto; Autor: João Oliveira Correia da Silva. Dadas as dificuldades na apreensão imediata do significado de *Capability*, optámos por utilizar o termo 'Potencialidade', assim como o 'Funciona(mento)' para as '*Function(ings)*', conceito que aparece mais a frente como um dos constituintes da abordagem da *Capability*/Potencialidade.

<sup>12</sup> Nos anos mais recentes, as três perspectivas da *capability approach* desenvolvidas por Amartya Sen, Martha Nussbaum e Elizabeth Anderson têm vindo a desempenhar um importante papel em áreas como a economia, a ética social e a filosofia política.

<sup>13</sup> Neste trabalho a abordagem sobre as *Capabilities* é restrita à perspectiva de A. Sen, não se deixando contudo de referir alguns aspectos relevantes das diversas teorizações sobre o mesmo tema.

<sup>14</sup> A avaliação crítica e moral do desenvolvimento em geral, de Sen e Nussbaum, foca-se sobretudo nas teorias *mainstream* que precederam o actual paradigma do desenvolvimento, nomeadamente as das "commodities, utilities, welfare, and basic needs".

aspectos da abordagem da ‘potencialidade’ relacionam-se com as análises de Adam Smith sobre as condições de vida e as necessidades, ou ainda com as de Karl Marx, no que se refere à emancipação e liberdade humana. Mas é na teoria política de Aristóteles e na sua análise da *eudaimonia* que Sen radica o novo paradigma do desenvolvimento, respondendo à questão sobre qual deve ser a “correcta abordagem do desenvolvimento” (Crocker, 1992: 588). Quer dizer, qual deveria ser a categoria ética básica e essencial do desenvolvimento, na qual todos os outros conceitos éticos sobre o desenvolvimento se deveriam fundar?

How should human beings live their lives? What should we mean by human and communal flourishing? What sorts of things are intrinsically good for human beings and not just instrumentally valuable? Is happiness the ultimate goal or is it only a by-product of or some evidence for intrinsic value? Are commodities such as food or income intrinsically good, or are they good only because they lead to something else? What is this something else? What are the bearers of intrinsic values? In what ethical space or spaces should we operate? Have we come to the end of the line when we talk of meeting certain needs or respecting certain rights? Or are there ethical categories that are more fundamental.

(Crocker, 1992: 589)

A proposta de Sen é a de que o desenvolvimento se deve fundar na ‘potencialidade’ de cada um para escolher o tipo de vida que realmente valoriza. A ‘potencialidade’ individual, como liberdade individual, constitui um valor humano intrínseco e deve ser a primeira base da avaliação social e da acção política.

Amartya Sen propõe, assim, uma categoria geral para as preocupações filosófico-morais do desenvolvimento, ou seja, “o espaço ético do funcionamento”<sup>15</sup> e das capacidades humanas – as duas constituintes da abordagem da potencialidade humana.

Da análise crítica sobre as bases de avaliação de algumas teorias-modelo, nomeadamente o liberalismo, o utilitarismo e a teoria da justiça de Rawls, centrada nas necessidades básicas, Sen conclui que nem a igualdade de rendimento ou das mercadorias, nem a satisfação dos desejos e a felicidade, representam adequadamente as privações ou o bem-estar do ser humano. Propõe então uma abordagem alternativa da justiça, focada nas funcionalidades e na potencialidade dos indivíduos em realizarem aquilo que dá sentido às suas vidas.

---

<sup>15</sup> De origem aristotélica, este termo acompanha diversos artigos e tratados sobre a abordagem das *capabilities*.

A abordagem da *capability* deste autor desdobra-se num conjunto de conceitos através dos quais se apreende a sua relação com a realidade, permitindo uma melhor compreensão da sua operacionalidade.

Apresentam-se agora os conceitos mais estruturantes da abordagem da *capability*, de modo a enquadrar a análise que se segue sobre esta abordagem no âmbito da problemática da inclusão dos jovens dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, PALOP, na sociedade da informação. Começemos por relacionar os conceitos: ***funcionalidades – mercadorias – potencialidade***.

De acordo com Robeyns (2003), a distinção entre os meios e os fins do bem-estar e do desenvolvimento é a chave central na análise da abordagem da *capability*. Só o fim tem valor intrínseco, enquanto os meios para atingir os objectivos de aumentar o bem-estar e o desenvolvimento são meramente instrumentais. Assim, Sen considera que a liberdade para escolher a vida que cada um estima é o fim último do bem-estar humano.

Desta forma, a abordagem da *capability* também constitui uma crítica às teorias que tradicionalmente se centram na riqueza económica (considerando o bem-estar sinónimo de abundância, de rendimento, de mercadorias) ou, ainda, na satisfação dos desejos ou na felicidade.

Segundo Clark (2005), tal como Adam Smith, Sen reconhece que o crescimento ou a expansão dos bens e serviços é de facto necessário para o desenvolvimento humano. No entanto, baseado em Aristóteles, argumenta que a riqueza não é um fim em si, mas um meio para conseguir algo; por isso, na avaliação da qualidade de vida deve-se considerar o que as pessoas são capazes de realizar.

Sen acrescenta ainda que, para esta avaliação, é necessário ter em conta as diversidades individuais e os diferentes contextos sociais, pois estes factores influenciam a capacidade de converter os rendimentos ou bens e serviços em realizações; daí que a avaliação do bem-estar baseada na informação dada pela quantidade das mercadorias não é suficiente, sendo necessário considerar o que as pessoas são capazes de fazer ou ser – funciona (mento) – com os bens e serviços que estão ao seu dispor.

Assim, o **funcionamento** corresponde a realização pessoal – o que as pessoas são capazes de ser e fazer. Realizar uma função como, por exemplo, estar bem nutrido, dado por um conjunto de mercadorias, por exemplo pão ou arroz, depende de um conjunto de factores pessoais e sociais, tais como os níveis de metabolismo, o tamanho do corpo, a idade, o género, o nível de actividade, a saúde, os serviços médicos, os conhecimentos nutricionais, a educação, as condições climáticas, etc.

Como exemplifica Robeyns (2003), funcionar inclui trabalhar, descansar, ser letrado, ser saudável, pertencer a uma comunidade, ser respeitado, entre outros aspectos.

Por seu turno, a **Potencialidade** reflecte as capacidades que cada ser humano tem de realizar uma dada função – ser e fazer. Por exemplo, a capacidade de evitar a fome ou, em vez disso, de manter-se em abstinência. Segundo Clark (2005), o termo *Capability* (que fazemos equivaler a potencialidade) adquire em Sen um sentido mais lato, equivalendo às *capacidades* intrínsecas de cada ser humano, isto é, à actual capacidade de funcionar nas suas diversas formas.

Portanto, potencialidade refere-se à capacidade de combinação dos funcionamentos (**vector de funcionamento**) que as pessoas podem realizar, sendo livres de escolher de entre um leque de alternativas, como, por exemplo, a de levar um tipo de vida ou outro.

A functioning is an achievement, whereas a capability is the ability to achieve. Functionings are, in a sense, more directly related to living conditions, since they are different aspects of living conditions. Capabilities, in contrast, are notions of freedom, in the positive sense: what real opportunities you have regarding the life you may lead.

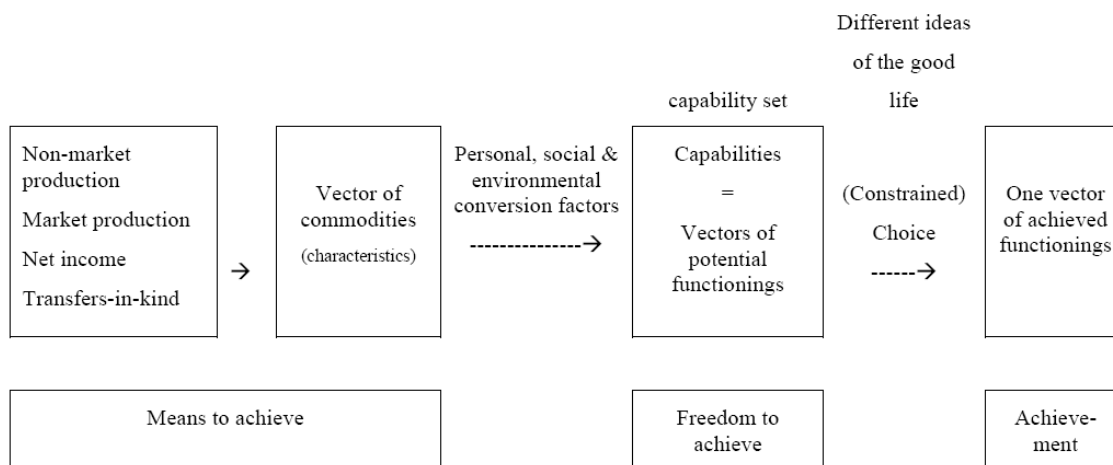
(Sen *apud* Robeyns, 2003: 36)

Os funcionamentos das pessoas e a sua potencialidade estão intimamente relacionados, embora sendo distintos, pois dependem das características pessoais que comandam a conversão dos bens ou mercadorias em capacidades de promover os próprios fins.

Como se pode verificar no quadro abaixo, Robeyns (2003) apresenta a relação entre os diferentes constituintes da abordagem da potencialidade de uma forma directa e intuitiva.



**Quadro 2 - Relação entre as mercadorias, funcionamentos e potencialidade**



**Fonte: Robeyns (2003)**

Segundo este último autor, os bens e serviços (mercadorias) têm determinadas características que fazem com que as pessoas se interessem por eles, pois essas características permitem um determinado funcionamento. Por exemplo, o interesse de uma bicicleta está no facto de ela nos permitir deslocarmo-nos mais rápido do que andar a pé; logo, ela permite o funcionamento da mobilidade. No entanto, Robeyns explica que as relações entre bens ou mercadorias e o funcionamento são influenciadas por três factores de conversão dos bens e serviços em “funcionamentos individuais”:

- 1) Características pessoais como, por exemplo, o metabolismo, o estado psíquico, o sexo, o nível de escolaridade, a inteligência, entre outras;
- 2) Contexto social, no qual importam as políticas públicas, as normas sociais, as práticas discriminatórias, o género, as hierarquias sociais, as relações de poder, etc;
- 3) Envolvente ambiental, tal como o clima, as infra-estruturas, as instituições, os serviços públicos.

Neste sentido, é importante ter em conta as circunstâncias que condicionam as capacidades de funcionar, de modo a fazer-se uma avaliação correcta do bem-estar. No entanto, os funcionamentos não constituem uma medida normativa decisiva na abordagem da potencialidade. O que realmente importa são as liberdades concretas das pessoas, ou seja, as suas capacidades de funcionar e os níveis de funcionamento realizados. Deste modo, na avaliação e concepção de políticas sociais, o foco deveria centrar-se no que as pessoas são capazes de ser e fazer, na qualidade de vida, e na remoção dos obstáculos que limitam essa liberdade de realização do tipo de vida que valorizam. Uma vez que tenham efectivamente estas liberdades, elas podem escolher agir de acordo com as suas próprias ideias do que mais valorizam na vida.

Robeyns concluiu, assim, que o foco das políticas de desenvolvimento na capacidade de escolha das pessoas introduz uma profunda diferença teórica e conduz à concepção de políticas completamente diferentes das políticas utilitaristas e neoliberais.

## **2.2. Os Jovens e a Globalização**

### **2.2.1. Jovem: delimitação conceptual**

A definição de jovem é uma tarefa complexa, pois varia de acordo com as diversas situações ou contextos em que este grupo é considerado. No entanto, como se esclarece no relatório sobre a juventude da União Europeia (2009: 7), o estado jovem tem sido definido como a passagem da dependência infantil para a independência adulta, ou seja, uma fase de “transição para um mundo de escolhas/riscos no qual os indivíduos têm de planear a sua própria orientação e integração social”.

Com a declaração do Ano Internacional da Juventude em 1985, a Assembleia Geral das Nações Unidas definiu pela primeira vez os jovens como o grupo populacional com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. Esta definição acabou por ser universalmente aceite, embora as próprias Nações Unidas

reconheçam que o indicador etário muitas vezes varia de sociedade para sociedade (Rustam, 2004).

Embora a idade constitua um indicador prático para fins estatísticos, alguns aspectos qualitativos como a maturidade físico-mental, o género, a religião, entre outros, influenciam a percepção política, social e cultural desta fase de transição para o estado adulto (CIVICWEB, 2009:14)<sup>16</sup>.

Os direitos civis são representativos desta variação, como exemplifica o respectivo relatório da União Europeia de 2009, ao delimitar os intervalos em que se incluem os jovens nos diversos países.

The age limit of child benefits usually ranges from 15 (in the Czech Republic and Latvia) to 18, but it is often prolonged when children are still in education. The end of compulsory education may also be seen as the time when individuals are free to make their own choices. It ranges from 14 to 17 years. Considering civic rights, the voting age for national elections in the European Union is 18 in all countries except Austria (16). In Italy the legal voting age is 18 but the Senate is elected only by people aged 25 and over. The age to stand for elections as a candidate varies from 18 to 40 across Member States, and may depend of the type of election.

EU Youth Report (2009: 6)

Por outro lado, referindo-se à realidade da maior parte dos jovens europeus, o referido relatório nota ainda que o aumento da participação dos jovens no ensino superior, aliado às dificuldades em obter o primeiro emprego e no acesso à habitação de baixo custo, aumentou o período de transição para a independência, ou seja, para a fase adulta.

Rustam (2004: 15) critica a definição dos jovens baseada na idade, considerando que este critério não reflecte a verdadeira realidade dos jovens, tendo em conta que as suas problemáticas muitas vezes ultrapassam o intervalo definido a nível estatístico. Exemplifica, indicando que os dados sobre o desemprego entre os jovens não reflectem a sua verdadeira situação, dado que nesta idade ainda se encontram a estudar e só entre os 21 e os 30 anos enfrentam o desafio do mercado de trabalho. De facto, este autor vai além da idade, ao caracterizar os jovens com

---

<sup>16</sup> “Young people the internet and civic participation - D17 Report: Synthesis of Results and Policy Outcomes” (www.civicweb.eu).

base nas suas qualidades e considerando três aspectos principais: juventude, dinamismo, inconformismo.

- 1) **Juventude:** refere-se a uma dimensão física e mental, à qualidade ou condição de ser jovem, imaturo ou inexperiente (não existe uma idade concreta para se estar nestas condições);
- 2) **Dinamismo:** refere-se ao vigor ou à vitalidade característica dos jovens, às rápidas mudanças que experimentam no seu dia-a-dia, opiniões, atitudes, etc;
- 3) **Inconformismo:** refere-se ao facto de os jovens ainda estarem em busca de um caminho ou sentido na vida; não só em termos de realizações económicas, mas também na esfera política e social, ou seja, estão sempre à procura de uma direcção ou de algo no qual possam canalizar as suas energias ou a que dedicar o seu entusiasmo e paixão.

Nesta dissertação serão consideradas tanto as concepções de jovem com base na idade, definida a nível internacional<sup>17</sup>, como a noção mais ampla centrada no estado físico e mental e nas características que distinguem os jovens. No entanto, esta última perspectiva torna-se mais pertinente no âmbito da abordagem da relação dos jovens com a Globalização, visto que as três qualidades indicadas são justamente aquelas que os jovens melhor poderão utilizar a seu favor para os desafios que se lhes colocam na era informacional e global.

### 2.2.2. A sociedade global: uma nova filosofia humanista?

A participação dos jovens tem vindo a marcar a agenda global, quer ao nível das suas acções com vista à inclusão social, à valorização da diversidade cultural e à iniciativa empresarial, quer através de movimentos de protesto ou denúncia, no sentido de influenciar ou alertar para os impactos nefastos que a globalização tem provocado a vários níveis, nomeadamente no que respeita às questões do ambiente e às crescentes desigualdades entre países e cidadãos pobres e ricos.

---

<sup>17</sup> Neste caso, será adoptada a idade entre 15-24 anos, alertando no entanto para o facto de muitos relatórios actuais utilizarem um intervalo mais alargado, sendo a idade máxima de 35 anos.

Tratem-se de movimentos anti-globalização, alter-globalização ou da simples defesa de uma visão mais humanista da globalização (na qual os valores como a justiça, a igualdade e o intercâmbio entre os povos ganham um novo ímpeto), o que está em causa é o entusiasmo, a energia, a criatividade e o sentido crítico com que os jovens enfrentam a globalização (matéria que, de resto, tem sido amplamente reconhecida no seio da sociedade civil e ao nível das instituições internacionais).

O processo de reconhecimento institucional dos movimentos juvenis iniciou-se em 1985, com a declaração do Ano Internacional da Juventude pelas Nações Unidas, que, no despontar do novo paradigma do desenvolvimento humano, propôs aos países novos desafios de desenvolvimento: a participação, a paz e o desenvolvimento das capacidades dos jovens.

Neste contexto, as Nações Unidas estimulam os países a formarem os Conselhos Nacionais da Juventude, apoiando-os na formulação de políticas nacionais para a juventude. Assim, a paz mundial, os direitos humanos, a democracia e a participação tornam-se as palavras-chave destas políticas e no emblema dos movimentos juvenis espalhados pelo mundo inteiro (Rustam, 2004: 72).

Segundo Mattelard (2002), a nova narrativa de apelo a uma “consciência planetária” e ao recentrar do desenvolvimento nos valores humanistas resulta da “condição pós-moderna” do homem.

A «condição pós-moderna» do saber (científico) é, em linhas gerais, a incredulidade perante os grandes relatos que o legitimam. A incredulidade de finais do século é o produto da desagregação dos grandes relatos da realização do saber e da emancipação da humanidade, oriundos, ao mesmo tempo, do idealismo alemão e da Revolução Francesa. A crise desses relatos, que a época moderna inventou para se representar a si própria e para justificar ideologicamente a coesão social, confunde-se com a crise da filosofia da história como progresso. Já não há vanguarda ou heróis, nem na arte, nem na política ou no domínio do saber. A legitimação do saber contemporâneo dispensa o recurso à realização hegeliana do Espírito ou à sociedade marxista sem classes como critério de validação do discurso científico pós-moderno.

(Mattelard, 2002: 96)

O declínio, em finais dos anos de 1950, das grandes narrativas que marcaram a idade moderna é considerado por Rustam (2004) o fim das ideologias que muitas vezes manipularam e instrumentalizaram os jovens, aproveitando o seu ímpeto

tendencialmente idealista para propagandas que muitas vezes conduziram à destruição social<sup>18</sup>. Segundo este autor, o vazio de ideais que culminou com o colapso do Muro de Berlim em 1989 abateu o espírito combativo dos jovens, cujas esperanças tinham sido depositadas nos grandes ideais do comunismo e do socialismo, entre outros.

Contudo, deve notar-se, tanto no que respeita ao ‘fim das grandes narrativas’ como no que se refere ao suposto ‘derrube do espírito combativo dos jovens’, que nunca as coisas são tão simples quando parecem. De facto, muitos discursos actuais sobre a globalização (sejam eles pró ou anti) apontam, em grande medida, para uma grande narrativa (seja esta uma grande narrativa encapotada de denúncia de outras grandes narrativas). Também, no que respeita aos jovens, nada parece pará-los.

O contexto de crise que marcou a transição para a sociedade pós-moderna fez surgir uma onda de novas reivindicações e movimentos sociais, cuja proposta se centra essencialmente na cultura, nos hábitos e costumes, e nas mudanças científicas e éticas (Vilaça, 1994). Citando Touraine, Helena Vilaça relaciona estas tendências com o desenvolvimento de culturas diferentes e de identidades específicas: “cultura da juventude”, “cultura comunitária” ou “marginal”, “cultura homossexual”, etc.

Segundo a mesma autora, a perda de uma “ordem objectiva de valores” originou um estado de incerteza e insegurança que conduziu ao questionar das principais crenças da modernidade – crescimento, progresso e razão: “Os valores tradicionais como a “liberdade e segurança do consumo privado e do progresso material” vão sendo secundarizados face ao aparecimento de novos valores, como os da autonomia e da identidade, em sinal de oposição ao controlo centralizado” (idem:52).

É neste cenário que se vislumbra uma “oportunidade para a concretização da verdadeira democracia” (idem: 53-54) e que o recentrar do discurso na importância do bem-estar humano face às forças opressoras da tecnocracia e do mercado ganha uma nova dimensão com as contribuições do economista Amartya Sen e a sua redefinição do desenvolvimento humano com base em liberdades concretas.

---

<sup>18</sup> O autor fala da relação dos jovens com as principais forças políticas que dominaram o mundo na era moderna – Fascismo, Nazismo, Comunismo, Socialismo – realçando a vulnerabilidade dos jovens à manipulação e canalização da sua vitalidade e vontade transformadora. Naturalmente, o mesmo argumentário é susceptível de ser estendido indefinidamente ou quase: ao liberalismo, ao ideário dos direitos humanos, ao próprio globalismo, ao “alter-globalismo”, etc.

### 2.2.3. A inclusão na globalização: as TICs como ferramenta

*Os bits de comando desse futuro digital estão, mais do que nunca, nas mãos dos jovens. Nada me poderia fazer mais feliz.*

*Nicholas Negroponte, Ser Digital (1995: 242)*

Os jovens têm demonstrado uma grande capacidade em tirar partido das oportunidades proporcionadas pela globalização. O acesso às TICs veio revolucionar a sua visão do mundo, passando a intervir de uma forma mais activa na sua transformação, ao mesmo tempo que alargou o leque de oportunidades e as capacidades de transformarem as suas vidas e o meio que os rodeia.

No seu *best-seller*, Nicholas Negroponte (1995) proclamava entusiasticamente a chegada de uma era em que os jovens escapariam à limitação da proximidade geográfica como única base de amizade, de colaboração, de entretenimento e de vizinhança, argumentando que a emergência de uma linguagem comum, anteriormente inexistente, permitiria que as pessoas se entendessem para além de quaisquer fronteiras. Com o desenvolvimento da Internet assistiu-se, de alguma forma, à materialização desta visão global da comunicação, na qual os jovens assumem um lugar cimeiro na rede informacional.

O protagonismo dos jovens no processo de globalização remete-nos para a relação entre dois aspectos que vale a pena realçar: a convergência entre a condição de ser jovem – juventude, dinamismo e inconformismo – e o desenvolvimento da sociedade informacional, na qual estas qualidades se integram em perfeita sintonia. Dito de outra forma, dado o seu perfil dinâmico, criativo e inconformista, os jovens parecem encontrar-se em melhores condições para interagir com a nova estrutura social em constante transformação.

A estreita relação entre as potencialidades das TICs e as recentes dinâmicas juvenis tem sido o expoente máximo desta sintonia. Como se constata no relatório da juventude de 2005, as TICs permitiram aos jovens o acesso, em tempo real, às informações sobre o rumo dos acontecimentos nos quatro cantos do mundo, tal como

o conhecimento sobre todos os aspectos envolvidos nesses mesmos acontecimentos, como por exemplo, as suas causas, implicações, vítimas, responsáveis, etc.

Por outro lado, para fazer face aos problemas resultantes destes acontecimentos, são utilizadas as mesmas tecnologias para comunicar e coordenar acções conjuntas e potenciar virtualmente a consciência de solidariedade entre diferentes grupos de indivíduos com objectivos diferentes.

Contemporary media have also facilitated the development of shared reference points for the world's youth. Young activists often incorporate globally recognized images and symbols from popular culture and commercial capitalism into their activism as elements of political protest and satire, expressed through political theatre, art, music, or dress.

(World Youth Report, 2005: 123)

A mobilidade, a visibilidade e a capacidade de transformação são alguns dos aspectos que fazem com que as TICs sejam consideradas o principal instrumento de '*empoderamento*' dos jovens na sociedade actual.

De acordo com Borgartz (2001), os novos media, nomeadamente a Internet, transformaram a forma como as diversas culturas e sociedades são apresentadas no exterior. Dados os seus atributos comunicacionais, a plataforma Internet tornou a pluralidade visível ao permitir que indivíduos sejam vistos e ouvidos.

The radical potential of the Internet lies in the fact that people can 'participate in creating interactive forms of communication that act as a countervailing force to the one-way flows inherent in commercial media'. Thus, the Internet can be seen to provide a potential space for alternative representations, and empower those that have been made invisible by the mainstream media to find a voice. Indeed, the Internet represents 'the first medium through which individuals and independent collectives throughout the globe may hope to communicate, in their own voices, with an international audience of millions'.

(Borgartz, 2001: 18)

De facto, a Internet e as outras tecnologias de informação converteram-se na principal ferramenta de inclusão dos jovens no processo de globalização, seja no âmbito da sua participação em movimentos juvenis ou outras actividades interventivas, seja do ponto de vista da sua inserção individual nas esferas económica, social e cultural.



Cada vez mais se constata que os grandes movimentos de contestação contra os efeitos nocivos da globalização ocorrem, na maioria das vezes, no seio de grupos já integrados neste mesmo processo, na medida em que as denúncias dos inúmeros desequilíbrios existentes no sistema global requerem o prévio conhecimento ou consciência global que, por sua vez, é obtida através da interacção com o próprio espaço globalizado.

Contudo, tal não implica que os jovens que se encontram à margem deste processo não participem nos movimentos de protesto que visam uma globalização mais justa e focada no desenvolvimento humano sustentado. Mas, do ponto de vista do alcance das suas acções, estas são tão mais significativas, quanto mais integrados e mais capacitados os jovens estiverem para utilizar as próprias ferramentas do novo sistema.

Como se pode constatar, actualmente o conhecimento, o trabalho, a cultura, o lazer e tantos outros aspectos que compõem as diversas formas das relações humanas, estão a ser transferidos para a plataforma digital que não é mais do que a própria rede global, na qual se ligam pessoas, empresas, países e diversas instituições, com o objectivo de trocar ou produzir informações e conhecimentos com valor.

Neste sentido, muitos autores têm defendido que a Internet constitui um instrumento fundamental para o desenvolvimento social. Veja-se, por exemplo, a opinião de Castells, a par da de muitos outros influentes pensadores contemporâneos.

Acredito que a Internet é um instrumento fundamental para o desenvolvimento do Terceiro Mundo, opinião que partilho com algumas das pessoas que têm realmente capacidade para mudar as coisas, como Kofi Annan, Thabo Mbeki e Ricardo Lagos. Mas isso não quer dizer que ao difundir a internet sem alterar o contexto da sua utilização, se consiga transformar a situação actual, em que 50% da humanidade sobrevive com menos de dois dólares por dia.

(Castells, 2007: 20)

Embora se reconheça a importância deste meio de comunicação como ferramenta crucial para a promoção do desenvolvimento económico e social, é tentador o confronto entre a realidade de pobreza extrema existente em muitos países, por um lado, e o elevado investimento material e humano que a difusão da Internet requer, por outro. Volta-se, assim, à anterior questão sobre a prioridade dos bens ou das reais necessidades destas sociedades face a esta tecnologia que, na verdade, é o produto de um longo processo de desenvolvimento ocorrido nos países ricos.

Na prática, estas necessidades parecem ser concorrentes, ou mesmo incomparáveis, sendo que muitas vezes o acesso às TICs acaba por ser considerado um 'luxo' face às profundas carências de condições mais básicas, tais como a alimentação, a educação, a saúde, a paz, os direitos humanos e a democracia.

Todavia, a utilização das TICs para a inclusão dos PDE no processo de globalização tem sido amplamente encorajada, quer pelas diversas instituições de cooperação bilateral, quer ao nível da cooperação Norte-Sul, ou mesmo Sul-Sul. No entanto, no caso dos PALOP, estes estímulos têm sido dirigidos sobretudo ao nível das estruturas governativas e da expansão do mercado relacionado com as telecomunicações em geral.

Eis um facto que nos leva a crer que, face às prioridades referidas anteriormente, a difusão social ou a democratização das TICs nestes países ainda constitui uma preocupação secundária e, muitas vezes, justificada pela ideia de que as TICs constituem um bem supérfluo num contexto de pobreza e de falta de condições mínimas para a introdução desta nova tecnologia.

Contudo, se analisarmos os desafios dos PALOP no contexto de um mundo cada vez mais integrado, a abordagem da inclusão na sociedade informacional por via das TICs torna-se uma questão incontornável. É assim fundamental olhar para a inclusão não só do ponto de vista político e económico, mas, também, do ponto de vista sociocultural, o qual, aliás, constitui o foco do actual paradigma do desenvolvimento.

Neste sentido, a abordagem das TICs na inclusão global requer alguma clarificação, com vista a uma melhor avaliação do valor e do lugar que tem na análise do bem-estar e do desenvolvimento, nomeadamente dos jovens dos PALOP. Assim, argumentação que se propõe baseia-se num exercício intuitivo de inquirição acerca do verdadeiro valor das TICs no actual contexto global.

Com base na anterior distinção de Amartya Sen entre valores intrínsecos e valores instrumentais, tentaremos encontrar a resposta sobre o valor que as TICs podem assumir nos Países em Desenvolvimento e, em particular, nos PALOP.

### **Análise do valor das TICs na inclusão global**

Retomando a abordagem da ‘Potencialidade’, comecemos por relacionar os seguintes conceitos: Inclusão na Sociedade da Informação (SI) e Funcionamento, por um lado, e Globalização e Potencialidade, por outro. Assim, qual poderá ser a equivalência entre o grupo de conceitos {**Funcionamentos** / **Potencialidade**} e os processos de {**Inclusão na SI** / **Globalização**}?

**A inclusão na SI** tem a ver com o acesso às TICs, ou seja, o conhecimento e a capacidade de lidar com estas tecnologias, seja a capacidade de usufruir dos benefícios que ela proporciona. Assim, intui-se que esta capacidade ou habilidade seja o “*funcionamento*” humano que Sen refere.

**A Globalização** corresponde a uma nova ordem social mundial caracterizada pela convergência económica política e cultural e pela interdependência das relações entre pessoas, empresas, nações, etc. Neste caso, o que importa nesta nova ordem mundial é a virtualidade das realizações humanas nela inscrita, ou seja, o conjunto das opções e oportunidades que ela oferece aos indivíduos, permitindo-lhes a capacidade de intervir nas suas vidas com vista a atingirem a realização pessoal ou o bem-estar. Esta condição de liberdade de escolha entre diversas oportunidades pode-se traduzir no conceito de “*potencialidade*”.

Assim, o acesso ao leque destas opções só possível pela **inclusão na SI**, «**o funcionamento informacional**» e a possibilidade de escolha entre a combinação de opções que verdadeiramente interessam para o bem-estar de cada um corresponde à liberdade ou **potencialidade**, que não é mais do que as virtualidades inscritas na era global<sup>19</sup>.

As conclusões que se podem retirar destas conexões podem ser as seguintes:

- 1) Por constituir um meio através do qual se pode inserir na sociedade global, a inclusão na SI figura como um direito individual básico, mesmo nos PDE, e

---

<sup>19</sup> Note-se que a *potencialidade* na acepção de Sen constitui um estado intrínseco ao próprio ser humano, ao passo que a Globalização, enquanto contexto ou ambiente no qual o ser homem se insere, constitui uma virtualidade que emana do exterior; é um agente provocador por via das oportunidades que concede aos indivíduos, permitindo-lhes “*florescer/flourishing*”. Portanto, o sentido que se propõe aqui é ligeiramente diferente do de Sen, visto que a Globalização não é mais do que um espaço de interacção e de participação que potencia as virtualidades inscritas em cada ser humano.

portanto equivalente aos outros direitos reconhecidos como fundamentais para o bem-estar humano.

- 2) Sendo a globalização um potencial espaço de participação e, por conseguinte, de liberdade, fazer parte dela constitui um direito e um fim em si. Portanto, os objectivos do desenvolvimento devem centrar-se na superação das principais barreiras que impedem os indivíduos de participar, de interagir ou de trocar bens materiais, conhecimentos, informação, cultura, etc.
- 3) A participação na sociedade, economia, política e cultura global deve ser um direito ao qual todos os indivíduos devem ter acesso, mesmo que esta participação possa ser a da oposição ou da contestação, ou, mesmo, a da auto-exclusão.
- 4) O facto de a globalização ser um processo interdependente acaba por afectar tanto os que nela participam como os que ainda estão de fora ou não beneficiam das oportunidades que ela oferece. No entanto, a minimização ou a capacidade de se proteger dos seus impactos (sociais, económicos, ambientais, culturais) requer um mínimo de consciência sobre a condição global em que vivemos, de modo a permitir a própria liberdade de não participar do mesmo processo.
- 5) Por fim, a importância das TICs, como ferramenta desta inclusão, advém do conjunto de bens, serviços e oportunidades que lhes estão subjacentes. Portanto, elas permitem a realização de determinados fins ou objectivos, como, por exemplo, o estabelecimento de laços de amizade ou amor, a realização profissional, o acesso à informação e ao conhecimento, oportunidades de lazer, criatividade, cultura, participação cívica e política, etc. Isto implica que, na sociedade global, as TICs constituem um instrumento fundamental para a realização pessoal e para a capacidade de auto-determinação.

### **3. COOPERAÇÃO PORTUGAL – PALOP PARA A INCLUSÃO DIGITAL: UMA PROPOSTA**

Este capítulo visa traçar possíveis vias de cooperação entre Portugal e os PALOP com base na análise de um dos exemplos de inclusão dos jovens na globalização por via das TICs: o projecto MYTeCC.

Neste exemplo de cooperação para a inclusão, salientamos alguns elementos que poderão servir de orientação nas reflexões sobre a possibilidade de cooperação entre Portugal e os PALOP, no âmbito da problemática que aqui nos ocupa. De seguida, delineamos os contornos gerais de um projecto de cooperação, tendo por base a língua portuguesa, a envolvente político-institucional neste espaço e os principais valores culturais que esses países partilham entre si.

#### **3.1 O exemplo do Projecto MYTecC – *Mediterranean Youth Technology Club***

##### **Breve apresentação**

O projecto MYTeCC é um modelo de cooperação para a inclusão digital dos jovens entre os 15 e os 18 anos<sup>20</sup>, desenvolvido no âmbito do programa Cisco Networking Academy<sup>21</sup>, em parceria com ONGs locais, instituições governamentais e internacionais, a saber: o PNUD/CTDAR (programa das Nações Unidas para o desenvolvimento das TICs nas regiões Árabes), o Peres Centre for Peace e o TWB (Professores sem Fronteiras).

Este projecto surgiu no âmbito da Cimeira do Milénio, realizada em Setembro de 2000 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e com base na declaração dos 8 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) traçados para 2015.

---

<sup>20</sup> Nalguns casos este limite etário foi ultrapassado em face de factores tais como a motivação, a maturidade, o sentido de oportunidade, etc. e também tendo em conta os diferentes contextos em que o programa foi desenvolvido.

<sup>21</sup> Cisco Networking Academy Program: uma parceria público-privada entre a Cisco, os governos, instituições educacionais e ONGs, criada para ensinar os alunos a projectar, construir e manter redes de computadores (a Cisco é uma empresa mundial de redes de computadores).

Depois da primeira experiência, a *AjialCom-Regional Youth Empowerment* (implementada em 2004 nos países árabes) e o PNUD / ICTDAR, o principal mentor do projecto inicial, lançam, em parceria com a Cisco, o MYTecC nos países mediterrânicos.

Iniciado por fases em 2008, o projecto decorre actualmente em 8 países do Mediterrâneo: Chipre, Egipto, Iémen, Israel, Marrocos, Palestina, Portugal e Turquia. Portugal participa através do Programa Escolhas, um projecto de inclusão social que está sob a alçada do Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI).

De carácter multidimensional, este projecto visa a redução do fosso digital, a promoção do acesso à informação e a criação de uma comunidade intercultural, baseada na tolerância e no entendimento entre os jovens da região do Mediterrâneo e do mundo árabe. Por outro lado, o compromisso com os grupos sociais mais desfavorecidos constitui a base da sua estratégia de acção, que se centra no fornecimento das principais ferramentas que permitam aos jovens moldar o seu próprio futuro, transformando-se em cidadãos de sucesso ao nível global. Em suma, este projecto tem o objectivo de proporcionar aos jovens a aprendizagem das novas TICs, ampliar os seus conhecimentos da língua inglesa e desenvolver as suas competências pessoais e sociais, criando uma rede de jovens de países e culturas diferentes.

Os valores que orientam o programa MYTecC enquadram-se no actual contexto global e nas principais linhas orientadoras das estratégias de desenvolvimento ao nível internacional, levadas a cabo sobretudo pelas Nações Unidas, através das suas agências, com destaque para o PNUD. Também se pode dizer que este projecto é influenciado pelo espírito comunitário da União Europeia, na medida em que nele se inscrevem as preocupações com a multiculturalidade e a coesão social, para além da própria ideia de “cultivo de boa vizinhança” com os países mais próximos (árabes e Norte de África), tendo em conta as preocupações com eventuais conflitos religiosos, as migrações e o próprio processo de alargamento em curso.

A visão do projecto MYTecC é informada por um espírito humanista que, aliás, é partilhado por inúmeros movimentos juvenis. Precisamente, nesta apresentação

salientamos os seus principais valores e a sua visão da globalização e das TIC enquanto via para o desenvolvimento humano.

Verily far-reaching, MYTecC is determined to endow technology with a vivid human spirit. It seeks to empower youth with a well-founded social education, and give them insight into human rights, intercultural dialogue, tolerance, democracy, equity and respect for the other. It further aims at raising their awareness of some socio-economic challenges in an ever-globalizing world. In this spirit, the project's ultimate vision is to still in our youth a sense of leadership, sharpen their critical mind, and bestow them with a global thinking and a human, democratic attitude, which will emanate into every nook and cranny of the globe. Accordingly, MYTecC stands out as a project of excellence which sets out a fertile platform for youth in the Mediterranean region and the Arab World to come all as one and build a bright future.

Portal MYTecC – *Vision*

Com base nesta visão e objectivos, o respectivo programa curricular, que tem a duração de dois anos (formação de oito horas por semana), é constituído pelos seguintes módulos: 1) *Curriculum social (Social Empowerment)*; 2) *Curriculum de Inglês (English Proficiency and Web Literacy)*; 3) *Curriculum tecnológico e virtual (ITE 1 e 2 – Information Technology Essentials 1 & 2)*.

O *curriculum* social contempla, a par de outros elementos, acções de voluntariado no seio da comunidade com a finalidade de cultivar os valores da confiança e da auto-estima, da responsabilidade comunitária e do trabalho em equipa. O que se espera é o desenvolvimento de uma consciência comunitária e de competências empresariais básicas. Por sua vez, o *curriculum* tecnológico e virtual visa a preparação dos jovens para a realização do exame “*CompTIA A +*”, conducente a um certificado da Cisco com reconhecimento internacional e ao grau de Técnico Profissional de Informática (*IT Professional Technicians*), e, por conseguinte, à capacitação para o mercado de trabalho ou à possibilidade de seguir para uma formação mais avançada.

Recorrendo às TICs, as actividades nas salas de aulas decorrem num ambiente virtual dinâmico, com base na comunidade virtual MYTecC, constituída por 17 equipas internacionais de 20 a 25 alunos cada. É esta comunidade que traz um valor acrescentado às actividades através de uma constante troca de conhecimentos, ideias, valores e experiências.

## A experiência portuguesa

A implementação do programa MYTecC em Portugal iniciou-se em Fevereiro de 2008, sendo o Programa Escolhas o principal parceiro nacional que, através da sua rede de projectos, criou duas salas em Almada e no Porto com 25 vagas cada. Ao nível local, os restantes parceiros são: 1) em Almada, no centro de formação da Escola Secundária do Monte da Caparica, envolvimento dos projectos *AGIR*, *Geração Cool*, *D.A.R. à Costa*, *Outra Geração*, *Outras Escolhas*, *XL*; 2) no Porto, no centro de formação do Colégio de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Rosário, envolvimento dos projectos *Terço em Movimento*, *Saber Viver*, *Raíz*.

### Quadro 3 – Implementação do projecto MYTecC nos países através das Instituições Internacionais Governamentais e ONGs locais

#### *“Mediterranean Youth Technology Club”*

#### Parcerias

##### Instituições Internacionais

- ICTDAR;
- Teachers without Borders;
- The Peres Centre for Peace;
- Cisco

##### Portugal

##### ACIDI: Programa Escolhas

##### *Escola Secundária do Monte de Caparica (Almada)*

-Envolvendo os projectos Escolhas: “AGIR”; “Geração Cool”; “D.A.R. à Costa”; “Outra Geração, Outras Escolhas”; “Projecto XL”.

##### *Colégio de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Rosário (Porto)*

- Envolvendo os projectos Escolhas: “Terço em Movimento”; “Raíz”; “Saber Viver”

Conforme o documento divulgado na página do Programa Escolhas, os jovens candidatos foram sujeitos a um rigoroso processo de selecção, dividido em três etapas: 1) realização de um teste diagnóstico de inglês; 2) participação num *workshop* de grupo; 3) entrevistas individuais. Após a selecção dos jovens, os seus pais foram convidados a participar numa sessão de esclarecimento que tinha por objectivo apelar ao compromisso familiar nesta oportunidade de aprendizagem.



Procurando abranger o maior número possível de localidades, o processo de selecção dos jovens para ingressar no programa MYTecC decorreu em várias escolas dos Concelhos do Porto e de Almada, com base nos critérios gerais definidos no manual do programa<sup>22</sup>, a saber:

1) Idade – aproximadamente entre os 14 e os 16 anos (segundo o projecto-piloto *NetaProject*, a idade ideal para aquisição de competências pessoais, sociais e técnicas);

2) Conhecimento de inglês – o formando deve apresentar boas competências na língua inglesa, orais e escritas (deve compreender aquilo que é dito em inglês e deve conseguir expressar-se, ou seja, fazer com que seja entendido, mesmo que sem correcção gramatical);

3) Condição Sócio-económica – o MYTecC procura jovens com competências pessoais, escolares e académicas que se encontrem numa situação económica mais fragilizada, isto é, jovens que em situação normal e por motivos financeiros não teriam acesso a uma formação deste nível (de custo considerado muito elevado);

4) Motivação – os jovens devem demonstrar sobretudo motivação em participar no programa (este é, aliás, um factor de eliminação, durante o processo de selecção), pelas seguintes razões: elevada carga horária do curso (8 horas semanais em regime pós-laboral); necessidade de se deslocarem 2 vezes por semana, muitas vezes vindos de longe e em transportes públicos, para frequentarem as aulas; participação livre (o curso é gratuito e extracurricular e, portanto, sem obrigatoriedade de frequência); dificuldade inerente aos conteúdos programáticos (e.g. ensino do currículo tecnológico em inglês);

5) Características pessoais – valorizam-se particularmente as seguintes: auto-conhecimento, auto-confiança, atitude positiva, perseverança, mente aberta, assertividade, interesse, motivação, empenho, dedicação, gosto em trabalhar em equipa, curiosidade em aprender coisas novas, procura de soluções, orientação para o sucesso.

Entretanto, a equipa MYTecC já procedeu a uma primeira tentativa de avaliação da experiência em Portugal. De acordo com o respectivo relatório provisório,

---

<sup>22</sup> A descrição dos critérios gerais resulta da entrevista com a formadora do Porto, Joana Barbosa, Técnica da Cisco e Coordenadora do Programa MYTecC em Portugal.

elaborado no final dos primeiros dois anos de formação, pode-se considerar que a realidade do projecto já está estabelecida, começando a produzir algum impacto nos jovens formandos. No entanto, o mesmo documento admite que ainda existe um enorme desafio no processo de avaliação dos resultados, relacionado sobretudo com o enquadramento técnico e metodológico e com aspectos organizacionais e de gestão, inerentes à fase inicial em que se encontra o projecto. Neste sentido, o relatório não é preciso na apresentação de resultados concretos, nomeadamente quantitativos, pois a maior parte do *curriculum* envolve competências de natureza subjectiva. Assim, a sua avaliação requer uma abordagem mais complexa e com grande dependência de factores externos ao próprio programa: social, familiar, institucional.

Nesta primeira tentativa de avaliação procurou-se medir o impacto do programa no sucesso escolar dos formandos em quatro disciplinas: Informática, Matemática, Inglês e Ciências. Contudo, essa medição realizada com base na recolha, feita por instrutores, de informações sobre o desempenho dos formandos deparou-se com um conjunto de constrangimentos, revelando-se de enorme inconsistência metodológica. As principais dificuldades deparadas foram: 1) poucos instrutores conseguiram efectuar a recolha das notas junto das escolas; 2) houve dificuldade em obter notas para os quatro temas e para todos os alunos; 3) o acesso aos dados oficiais por parte das escolas nem sempre foi autorizado; 4) o método de avaliação e de atribuição de notas não é uniforme entre os países participantes no projecto; 5) as disciplinas não são as mesmas ao longo dos vários semestres, em todos os países.

Em face destes problemas, a equipa de avaliação decidiu reavaliar a sua própria metodologia e aplicar novos procedimentos, sendo que os respectivos resultados ainda se não encontram disponíveis. De igual forma, no âmbito desta dissertação, tentámos analisar directamente a questão dos impactos, nomeadamente através de inquéritos e entrevistas dirigidos aos principais envolvidos no programa. Contudo, também não lográmos obter resultados considerados significativos ou relevantes.

Em todo o caso, e mau grado o facto de a questão da avaliação não se encontrar resolvida, cremos que a escolha do projecto MYTecC como exemplo de cooperação para a inclusão se mantém válida no essencial. As virtualidades inscritas na visão e concepção desse projecto são amplas, sendo que este se apresenta claramente à altura dos desafios da actual sociedade informacional global.

Nomeadamente, trata-se de um modelo dinâmico ajustável a diversos contextos e fiel a uma visão humanista.

A análise das bases em que assenta o projecto MYTecC, tendo em conta a sua visão e a estratégia de cooperação para a inclusão dos jovens por via das TICs, permitiu-nos apreender três aspectos centrais, que destacamos: 1) a importância da rede institucional de cooperação e de parcerias subjacente ao projecto; 2) a validade e a actualidade dos valores que norteiam o processo de selecção, capacitação e inserção dos jovens na sociedade global; 3) a vertente prática e adaptativa inerente à implementação do programa em cada país.

A estratégia de cooperação MYTecC tem por base uma rede de instituições que se distinguem pelas suas influências e operações ao nível global, regional e local, e, ainda, leva em conta as orientações ou visões políticas, económicas e sociais das instituições envolvidas, captando assim as múltiplas dimensões implicadas no processo de inclusão na globalização.

Em suma, entendemos que a combinação destes múltiplos factores fornece ao projecto MYTecC uma estrutura formal e de valores coerente e adaptável ao actual contexto global, tendo especialmente em conta os seguintes aspectos:

1) bases logísticas de nível local e global – asseguradas por intermédio de instituições locais de acolhimento e formação MYTecC e de uma empresa global da área das TICs, a Cisco, que fornece as componentes materiais (*hardware*) e as competências tecnológicas.

2) valores do projecto – prossegue valores coerentes com o novo paradigma do desenvolvimento, reconhecido e difundido pelas Nações Unidas por intermédio das suas agências de desenvolvimento, com destaque para o PNUD. Estes valores estão presentes tanto na organização curricular do programa (tendo em conta a concepção multidimensional da globalização – económica, social, cultural, etc.) como no próprio processo de selecção dos jovens, entre outros aspectos.

### **3.2 Proposta de uma rede PALOP**

Iremos então, de seguida, traçar algumas linhas que poderão servir de orientação para a construção de uma futura rede de cooperação passível de conjugar esforços políticos, estratégicos e logísticos, para a capacitação e inclusão dos jovens PALOP na era digital e global.

Com base na análise do actual contexto político, económico, social e institucional em que se inserem os movimentos juvenis dos PALOP (ver anexo III e IV), verificamos que, apesar dos constrangimentos e dos inúmeros desafios que estes jovens ainda têm pela frente, esses movimentos detêm uma estrutura institucional relativamente bem organizada e em franco processo de expansão. Isto ocorre tanto ao nível da sociedade civil e do Estado, como no que se refere à sua relação com diversas instituições internacionais (tome-se nomeadamente o exemplo da CPLP). Em todo o caso, consideramos que ainda existe um enorme potencial de comunicação e de cooperação que se encontra por explorar, nomeadamente para a sua ligação em rede.

Apesar de, já existir uma plataforma instituída e hierarquicamente organizada de associações juvenis em cada um dos PALOP, e de estar também em curso um projecto de implementação de plataformas ao nível regional (caso do Fórum da Juventude da CPLP, que agrupa os Conselhos Nacionais da Juventude dos respectivos países) (ver Anexo IV), na prática ainda são poucas as ligações e relações de interdependência ou de coordenação e cooperação com as demais organizações.

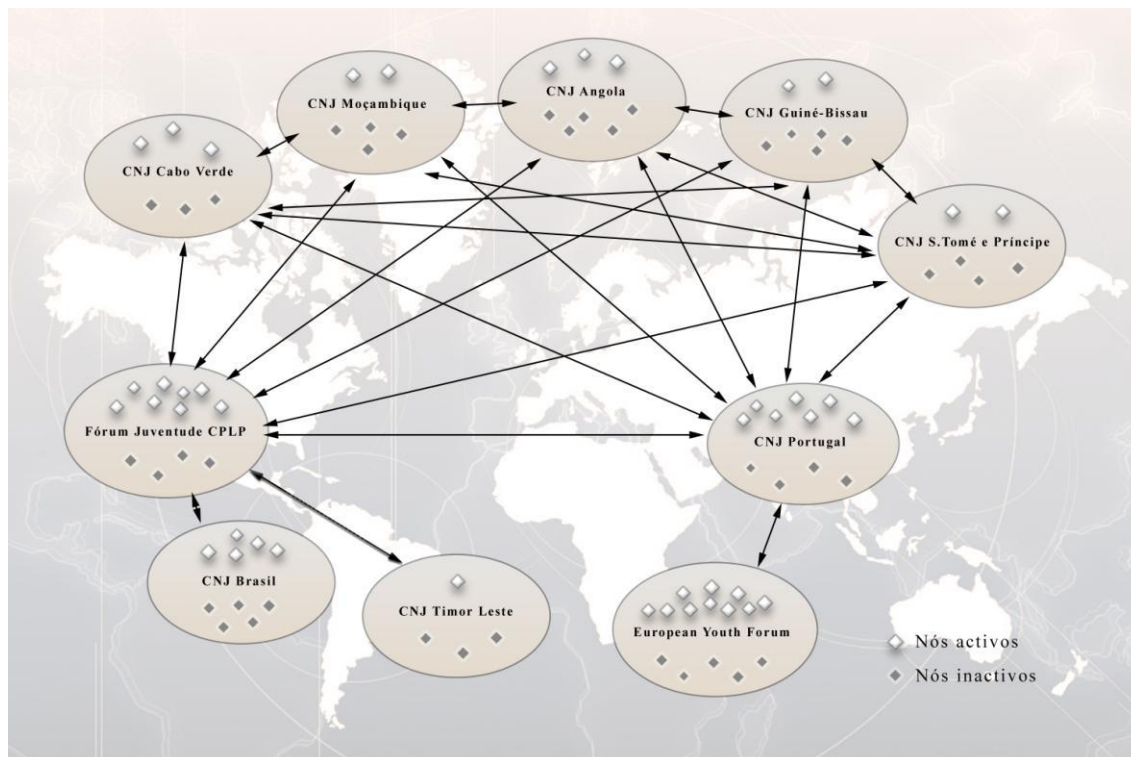
De facto, o quadro dos movimentos e redes juvenis de cada um destes países, e dos PALOP como um grupo, pode-se caracterizar como fragmentado e disperso, nomeadamente ao nível das ligações, dos objectivos e das estratégias de acção, o que se repercute nos resultados, nos meios dispendidos, na eficácia das actividades e na própria robustez e visibilidade desses movimentos. Precisamente, a visibilidade dos movimentos juvenis dos PALOP constitui um dos grandes desafios do seu processo de afirmação e expansão nacional, regional, internacional e global, e, um dos factores determinantes da eficácia das suas acções.

Ora, no contexto informacional global, a visibilidade é tanto maior quanto maior e mais forte for a ligação à rede virtual mundial. É com base nesta assunção que

propomos uma acção concreta e concertada entre os PALOP e em parceria com Portugal (o interlocutor comum) com o objectivo de capacitar os seus jovens, por intermédio das associações e organizações juvenis já existentes, para a construção e utilização de uma rede comum com base em vias de comunicação e cooperação virtual – as TICs. Isto é, propomos delinear uma estratégia de cooperação que permita fortalecer as bases de comunicação entre as organizações de jovens nos PALOP, ampliando com isso o seu espaço de oportunidades, de liberdade e de potencialidade.

A organização em rede, que aliás tem sido a tendência dos movimentos e organizações juvenis nestes países (os Conselhos Nacionais ou as Redes e Federações nacionais são exemplos disso), requer/implica uma coordenação simultânea e uma dinâmica progressiva, sem as quais não fará sentido ou produzirá efeitos significativos. Ora, ao analisar o espaço em que se inserem actualmente os movimentos juvenis dos PALOP, procurámos em primeiro lugar encontrar potenciais focos de ligação de uma futura estrutura em rede. Assim, identificámos à partida um potencial de ligações estruturadas com a seguinte forma e dimensão, conforme se pode ver no quadro 4.

**Quadro 4 – Projecção de uma potencial rede de movimentos juvenis no espaço PALOP e da sua ligação a outras redes por via de Portugal e da CPLP.**



Até agora tem existido uma fraca densidade de ligações entre as diferentes organizações juvenis representadas. No entanto, como se pode observar no quadro acima, existem múltiplas possibilidades de arranjos e de ligações de cooperação entre as organizações que se integram nos Conselhos Nacionais de cada país e entre os próprios CNJ dos PALOP. Assim, consideramos que o potencial de comunicação e de cooperação subjacente à rede virtual PALOP ainda se encontra por explorar, sendo necessário activar as ligações entre os principais órgãos juvenis dos PALOP que, por sua vez, poderão em seguida dinamizar as suas redes internas, pondo-as em contacto com o exterior.

A nossa proposta vai no sentido de (re)vitalizar as potenciais ligações da rede PALOP. Por sua vez, os nós de Portugal e da CPLP, exteriores a esta rede, poderão servir de porta de acesso a outras redes globais como, por exemplo, a da UE, a qual poderá oferecer inúmeras oportunidades de intercâmbio entre os seus jovens e os dos PALOP. Esta dinâmica permitirá a criação de um fluxo contínuo de trocas, favorecendo a progressão da rede PALOP, no sentido de obter uma dimensão e uma visibilidade significativas, ou seja, destacar-se na rede mundial (pelo menos na sua

área de influência) e alargar o seu acesso a e cooperação com outros nós exteriores à sua própria rede.

No que respeita à operacionalização desta proposta, tentámos identificar os principais elementos e factores-chave envolvidos na cooperação para a inclusão dos jovens PALOP na globalização. Começámos por definir os principais elementos constituintes da respectiva rede de cooperação para a inclusão dos jovens: 1) os países PALOP, cujas experiências e diversidade de contextos e potencialidades possibilitarão a construção de uma ampla base de parceria; 2) Portugal, que, como já explicitámos, é um parceiro ‘natural’ e uma porta de acesso a outras redes mundiais nas quais se integra (nomeadamente a rede da juventude europeia), possui experiência de cooperação e de parcerias em redes juvenis no seio da EU (exemplo MYTecC), sem esquecer a sua tradicional cooperação com a diáspora PALOP que há muito acolhe.

Portugal poderá também ter um papel preponderante ao nível da cooperação entre as instituições e as empresas potencialmente a envolver no processo de capacitação para as TICs e a inclusão global, como é o caso da empresa ‘PT Inovação’, que, com a implementação de um centro tecnológico em Angola e uma relação comercial com Moçambique, constitui um potencial parceiro ao nível do fornecimento de tecnologias e da capacitação para as TICs.

É claro que não podemos deixar de referir a CPLP como um elemento fundamental neste processo, visto que as principais vias de cooperação entre os PALOP se inserem nesta mesma comunidade, no seio da qual já existem inúmeras iniciativas de cooperação. Embora não a consideremos, por questões metodológicas, um elemento constituinte, a CPLP constitui naturalmente uma importante referência, tendo inclusive em conta a sua ligação a outras redes mundiais, como se ilustrou no quadro anterior.

Analisamos agora os principais aspectos/factores implicados na activação da rede de movimentos juvenis PALOP. Tendo em conta o contexto institucional e as condições em que vivem os jovens destes países, e atentando nos principais constrangimentos e potencialidades dos seus movimentos em face da globalização, introduzimos alguns elementos que julgamos pertinentes para a projecção de uma rede de movimentos dos jovens destes países.



Assim, o primeiro elemento que destacamos diz respeito à definição das formas de ligação ou comunicação de uma potencial rede PALOP, isto é, à forma de construir pontes entre estes países e, mais importante ainda, a como revitalizar as ligações já existentes entre as diversas organizações ou associações dos movimentos juvenis em cada país por via dos Conselhos Nacionais da Juventude. Estes, elo fundamental tanto na rede interior de cada país como nas ligações com os restantes PALOP, devem reunir-se na coordenação, orientação, apoio e dinamização das diversas organizações juvenis que representam. Para o efeito, os CNJs devem então estar operacionais. Contudo, para que isso aconteça são necessárias pelo menos as seguintes condições:

- 1) a implementação concertada de políticas juvenis ao nível dos PALOP (sendo que já existe um quadro jurídico-legal de acção e de estratégias para a juventude africana definidas na Carta Africana da Juventude);
- 2) a vontade dos países em cooperar nesse âmbito, ao nível político, económico e estratégico, com base na troca de experiências, conhecimentos e meios de implementação;
- 3) a capacitação das próprias CNJs ao nível das estratégias de coordenação, de apoio e de dinamização local e internacional dos seus movimentos juvenis;
- 4) a criação de condições para a construção de diversos canais de comunicação entre os órgãos representativos dos jovens nos países e entre os PALOP (esta condição relaciona-se com as políticas fronteiriças como, por exemplo, a livre circulação de jovens entre os PALOP);
- 5) a capacidade de atrair e de convocar parcerias de cooperação ao nível nacional e internacional, inclusive entre as organizações juvenis.

Após a apresentação das condições necessárias à revitalização das redes internas dos movimentos juvenis em cada país, coordenados pelos respectivos CNJ, que por sua vez constituem os elos entre os PALOP, analisamos agora as condições necessárias ao funcionamento desta rede, tendo por base a ligação ou a comunicação por via das TICs e a necessidade de ganhar visibilidade na rede mundial.



Tendo por referência a estrutura e o funcionamento da actual sociedade em rede e informacional (analisada no primeiro capítulo deste trabalho) e inspirados pelo exemplo MYTecC, assim como por outros projectos levados a cabo na UE e nos países da África Austral e do Sul de África, apresentamos ainda alguns aspectos decisivos para a inclusão dos jovens dos PALOP na Sociedade da Informação com base nas TICs e por intermédio da rede de movimentos juvenis a constituir.

Em primeiro lugar, destacamos a importância da capacitação para a sociedade global. Esta abordagem tem por base as diferentes dimensões que a globalização encerra e as novas problemáticas que envolve. A tomada de consciência da nova organização mundial e das implicações que esta tem em cada sociedade específica parece-nos crucial para que os jovens possam distinguir melhor tanto as potencialidades que detêm como os desafios que enfrentam.

Em segundo lugar, salientamos a capacitação para lidar com as TICs. Nesta está implicado um conjunto de novas aptidões que vão desde o conhecimento das funcionalidades mais básicas da informática (como o processamento de texto, imagens e sons ou a construção de páginas ou portais na Internet e a gestão de redes) até à sua vertente simbólica e cultural, desenvolvida ao longo dos últimos anos, em parte em resultado da intensa comunicação entre os próprios jovens em redes sociais tais como o *MySpace*, o *Facebook* ou o *Youtube*, entre outras.

Em terceiro lugar, damos destaque à capacidade de criação e dinamização de fluxos de informação. Digamos que a dinâmica da rede virtual reflecte as dinâmicas das redes reais dos movimentos juvenis, para além da capacidade que tem de potenciar estas últimas. As redes virtuais passaram a ser o principal veículo de mobilização, de informação em tempo útil e de captação de meios das diversas actividades levadas a cabo pelos jovens. A rede *Ning* do MYTecC constitui um exemplo desta estratégia de comunicação. A dinamização e a progressão de uma rede estão intimamente relacionadas com a capacidade de produção de conteúdos com base no contexto local, mas, também, com a possibilidade de interagir com as demais redes mundiais.

Para finalizar, não podemos deixar de chamar a atenção para a necessidade de convocar os principais aspectos comuns a todos os PALOP para a construção desta plataforma de cooperação. São elas a língua portuguesa e a cultura e a história comuns. Entendemos que estes factores constituem as principais bases de coesão e a

grande potencialidade da rede PALOP. Nomeadamente, a língua portuguesa, a 5ª língua mais falada na Internet, é um factor crucial para a afirmação desta rede. O seu potencial para a rede PALOP está não só na possibilidade de acesso a informação e a outras redes mundiais que também se expressam em português, como ainda na possibilidade de a rede PALOP se tornar facilmente visível. Também a partilha de histórias e de culturas parcialmente semelhantes dá aos PALOP uma ampla base de valores comuns.

Enfim, imediatamente, concluímos que o projecto de cooperação Portugal – PALOP aqui apresentado, se bem que mereça um maior desenvolvimento, se trata de uma proposta que faz sentido para os jovens destes países no contexto da sua inserção na sociedade global e para a dinâmica do desenvolvimento dos respectivos países, especialmente tendo em conta a dimensão e a importância das novas gerações.

## CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como o principal objectivo a análise do papel das TICs na inclusão dos jovens no processo de Globalização, com vista a apresentar uma proposta concreta de inclusão dos jovens PALOP por via das TICs.

Sendo a Globalização um tema amplo, procurámos circunscrever os seus aspectos mais significativos no âmbito da abordagem proposta. Assim, começámos por apresentar a Internet como um dos elementos propulsores da recente revolução tecnológica e das principais transformações que o novo paradigma informacional veio introduzir nas sociedades.

Verificou-se que a Internet, sendo uma ligação de computadores com base numa arquitectura em rede desenvolvida inicialmente no seio de um grupo restrito de académicos e com um objectivo específico na área da defesa, se tornou num dos principais eixos do processo de Globalização

As potencialidades da arquitectura em rede aliadas às múltiplas funcionalidades das TICs levaram à rápida difusão desta nova forma organizacional em vários sectores das sociedades, começando pela economia e alargando-se posteriormente para a política e a sociedade em geral. Assim, na actual sociedade em rede as principais formas de comunicação passaram a processar-se cada vez mais ao nível das plataformas digitais e virtuais e, para tal, o acesso às TICs tornou-se uma condição crucial para a integração nas dinâmicas da globalização.

Muito embora os jovens sejam considerados os mais aptos para lidar com as novas tecnologias e, por isso, os que melhor poderão beneficiar das vantagens e oportunidades do processo de globalização, uma grande parte desta população continua a estar de fora da rede por falta de acesso às TICs e, por conseguinte, excluída do processo de globalização em curso. Verificou-se que, apesar dos esforços para fazer chegar a todos as potencialidades da nova era informacional, a face mais visível e preocupante deste processo continua a ser a da persistente exclusão e do acentuar dos desequilíbrios já existentes entre as sociedades e as regiões do mundo, destacando-se a região africana como a mais excluída neste processo de integração ao nível global.

Num contexto de carência de várias ordens e de graves problemas de desenvolvimento, tais como a inexistência ou a escassa rede de infra-estruturas, os baixos níveis de escolaridade, a dificuldade de acesso à rede eléctrica, entre outros, à maior parte dos jovens africanos continua vedada a rede global por falta de oportunidade de acesso às TICs. No entanto, a conexão de África à rede mundial está em curso e os esforços para colmatar o fosso digital neste continente têm vido a ter alguns frutos, nomeadamente ao nível da instalação das redes de Internet ao longo da costa Oriental e Austral de África. Para além disso, estão também em curso inúmeros projectos de capacitação para as TICs ao nível governamental e comunitário.

Tendo em conta este panorama, conclui-se que a inclusão na globalização por via das TICs deve ser vista, antes de mais, numa perspectiva multidimensional, olhando para a questão do acesso não só ao nível das infra-estruturas mas principalmente sob o ponto de vista da capacidade que as populações têm de beneficiar das potencialidades das TICs.

Neste trabalho pretendemos também demonstrar que a inclusão na globalização constitui um direito não só dos países ou regiões mais ricas, mas, também, dos mais desfavorecidos. Em face das questões sobre a prioridade das necessidades mais básicas em face de um determinado nível de carência que se verifica nos países mais pobres, tentámos argumentar, recorrendo para isso à abordagem da *Capability* de Amartya Sen, que as potencialidades inscritas na globalização podem representar também (a par e para além de todos os novos constrangimentos que esta também impõe) uma nova via de liberdade e oportunidade, em especial para os jovens e para sua capacidade de intervir socialmente de modo a atingir a sua realização pessoal e o bem-estar colectivo.

Por outro lado, analisámos o valor das TICs como ferramenta desta mesma inclusão, concluindo que elas constituem um instrumento fundamental para a realização pessoal e para a capacidade de auto-determinação, na medida em que permitem a realização de determinados fins ou objectivos como, por exemplo, o estabelecimento de laços de amizade ou amor, a realização profissional, o acesso à informação e ao conhecimento, oportunidades de lazer, criatividade, cultura, participação cívica e política, etc.

Verificámos também que as transformações no contexto socio-político e económico mundial, impulsionadas pelo novo paradigma tecnológico, coincidiram com

as recentes mudanças do paradigma do desenvolvimento ao nível de instituições como as Nações Unidas que, por sua vez, assistiram a uma relativização da importância do crescimento económico em detrimento de novos valores humanistas, em cuja divulgação e dinamização os jovens assumem um papel preponderante. O culminar desta mudança de visão do desenvolvimento é marcado pelo paradigma do desenvolvimento enquanto liberdade, introduzida por Amartya Sen no seio desta mesma instituição.

Com base nestas análises, no terceiro capítulo, procurámos perspectivar uma via de inclusão dos jovens na globalização por intermédio das TICs no contexto específico dos PALOP, propondo para o efeito um esboço de cooperação entre estes países e Portugal, sem descurar a importância da CPLP no seu âmbito.

Ainda, com base na análise das relações de cooperação entre Portugal e os PALOP (Ver Anexo V) procurámos delinear algumas linhas de potencial cooperação no futuro para a inclusão dos jovens PALOP na rede global e digital. Portugal, um parceiro natural por razões históricas, distingue-se nesta área de cooperação por intermédio de inúmeras parcerias bilaterais entre as suas instituições e as instituições ou organizações juvenis de cada um dos PALOP. Para além disso, ainda, constitui um decisivo pólo de ligação entre os PALOP e a rede da União Europeia, em que se integra.

Inspirados num dos exemplos de cooperação para a inclusão, o projecto MYTecC, levado a cabo em oito países mediterrânicos e no qual Portugal participa, procurámos encontrar o ponto de partida para o traçar de uma proposta de cooperação no contexto específico dos PALOP. Apesar de se tratar de uma experiência relativamente recente, e ainda em fase de avaliação, o modelo MYTecC revelou algumas potencialidades susceptíveis de aplicação ao nosso caso, designadamente no que se refere à estratégia de cooperação institucional e em rede e à sua visão multidimensional da capacitação dos jovens para as TICs e para a inclusão na sociedade global.

Enfim, a nossa proposta centrou-se na procura de uma estratégia prática e eficaz de estabelecimento de uma potencial rede dos movimentos de jovens dos PALOP que pudesse, simultaneamente, obter visibilidade à escala global. Tendo em conta a natural ligação entre os PALOP e Portugal e as oportunidades que estes podem obter conjuntamente, apresentámos os factores políticos, económicos e

institucionais determinantes para a ligação e cooperação entre os CNJ de cada país dos PALOP (que, por sua vez, constituem o elo entre as diversas organizações juvenis a nível nacional) e Portugal. Por outro lado, apresentámos as condições necessárias ao funcionamento da rede digital PALOP, baseadas no processo de capacitação para as TICs e para a sociedade global.

Finalmente concluímos que, se bem que o processo de inclusão dos PALOP na globalização se demonstre ainda tímido e distante da actual sociedade em rede e informacional, a nossa proposta de uma rede de jovens PALOP poderá contribuir de forma prática para o processo de desenvolvimento destes países e, sobretudo, para a inclusão dos seus jovens na sociedade global, proporcionando-lhes as vantagens e as oportunidades de que milhares de jovens em todo o mundo já beneficiam, seja, nomeadamente, o alargamento das suas oportunidades de emprego, formação, intercâmbio cultural, auto-determinação e voluntariado, entre outros.

Para além disso, esta rede poderá proporcionar aos jovens dos PALOP uma maior visibilidade e força e, com isso, uma maior oportunidade de fazer ouvir os seus interesses ao nível nacional, regional e global. Eis algo que também poderá repercutir-se, por sua vez, em avanços nos principais desafios de desenvolvimento dos seus próprios países. Na verdade, os jovens têm demonstrado uma grande preocupação com as condições em que vivem as respectivas populações e desempenhado um importante papel na luta para a erradicação da pobreza e das doenças, e nos processos de consolidação da paz e da democracia.

Por último, esperamos que em futuras investigações possamos ter a oportunidade de aprofundar as reflexões aqui lançadas, de modo a que a proposta de rede Portugal-PALOP, aqui apenas esboçada, possa ganhar consistência prática, isto é, efectiva e inovadora.

## BIBLIOGRAFIA

- African Union (2010), *List of countries which have signed, ratified/acceded to the African Youth Charter*, Addis Ababa, Ethiopia  
[http://www.au.int/files/AFRICAN\\_YOUTH\\_CHARTER\\_0.pdf](http://www.au.int/files/AFRICAN_YOUTH_CHARTER_0.pdf)
- Asthana, Sanjay (2006), *Innovative Practice of Youth Participation in Media*, UNESCO.  
[http://portal.unesco.org/ci/en/files/22831/11593413569UNESCO\\_Innovative\\_practices.pdf/UNESCO%2BInnovative%2Bpractices.pdf](http://portal.unesco.org/ci/en/files/22831/11593413569UNESCO_Innovative_practices.pdf/UNESCO%2BInnovative%2Bpractices.pdf)
- Aubyn, Miguel St. (2007), 'A propósito de "Making Globalization Work", de Joseph Stiglitz - Textos de apoio de Globalização e Mercados Regionais' – Lisboa, Desenvolvimento e Cooperação Internacional, 2008-2010, Lisboa, ISEG.
- Borgartz Lincoln (2001), *Digital Media and Cultural Exchange: representation, self-representation and the Fiankoma Project* – Digital Media MA Report.  
[www.fiankoma.org/pdf/Digital%20Media%20and%20Cultural%20Exchange.pdf](http://www.fiankoma.org/pdf/Digital%20Media%20and%20Cultural%20Exchange.pdf)
- Burch, Sally (2005), 'Sociedade da informação/ Sociedade do conhecimento' in: *Desafios de Palavras: Enfoques Multiculturais sobre as Sociedades da Informação*, Alain Ambrosi, Valérie Peugeot e Daniel Pimienta, C & F Éditions. <http://vecam.org/article519.html>
- Cardoso, Gustavo Alberto Leitão Seabra (1998), *As causas das questões ou o Estado à beira da sociedade de informação*, ISCTE - <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cardoso-gustavo-causas-questoes.html>
- Cardoso, Gustavo (2007), *A mídia na sociedade em Rede: filtros, vitrines, notícias*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Castells, Manuel (2003), *O Fim do Milénio, Vol. III A Era da Informação: Economia, Sociedade, Cultura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel (2007), *A Sociedade em Rede, Vol. I A Era da Informação: Economia, Sociedade, Cultura* – Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel (2007) *Galáxia da Internet, Reflexões sobre a Internet, Negócios e Sociedade* – Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel (1999) *Information Technology, Globalization and Social Development*, Conference on Information Technologies and Social Development, Palais des Nations, Geneva, 22-24 June 1998 – Unit Nation Research Institute for Social Development  
[http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/\(httpPublications\)/F270E0C066F3DE7780256B67005B728C?OpenDocument](http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/(httpPublications)/F270E0C066F3DE7780256B67005B728C?OpenDocument)
- CIVICWEB, (2009), *Young People, the Internet and Civic Participation: Citizens and Governance in a Knowledge Based Society*, D17 Report: Synthesis of Results and Policy Outcomes - Institute of Education, University of London: [www.civicweb.eu](http://www.civicweb.eu)
- Clark, David A. (2005) *The Capability Approach: Its Development, Critiques and Recent Advances*, GPRG-WPS-032 Programme of the ESRC, Global Poverty Research Group, University of Oxford <http://www.gprg.org/pubs/workingpapers/pdfs/gprg-wps-032.pdf>



## As Tecnologias de Informação e Comunicação e a Inclusão dos Jovens no Processo de Globalização

---

- Crocker, David A. (1992), "Functioning and Capability: The Foundations of Sen's and Nussbaum's Development Ethic", *Political Theory*, Vol. 20, No. 4, pp. 584-612.
- DiMaggio, Paul; Hargittai, Eszter; Neuman, W. Russell; Robinson, John P (2001), "The social implication of Internet", *Annual Review of Sociology*, Vol. 27, pp. 307-336.
- De Masi, Domenico (1999), *A Sociedade Pós-Industrial*  
<http://www.google.com/books?id=ccj3TcZNW3UC&pg=PA4&lpg=PA5&ots=XPTzkUyUVV&dq=Daniel+Bell+O+advento+da+sociedade+p%C3%B3s-industrial&lr=&hl=pt-PT>
- Eban, Florence; Etta; Parvyn-Wamahiu, Sheila (2003), *ICT for development in Africa – Volume 2- The experience with community telecasters*, International Development Research Centre, CODESRIA, Dakar.
- Education for All, EFA (2009) *Overcoming Inequality: Why Governance matters* - Global Monitoring Report, UNESCO publishing & Oxford University Press.
- EU Youth Report (2009) – *Youth - Investing and Empowering*, Commission of the European Communities Brussels, 27 April 2009, SEC (2009) 549 final.
- European Commission, (2009) ICT – Information and Communication Technologies – Work Programme 2009-10 Agreed by ICT Programme Committee  
<http://cordis.europa.eu/fp7/ict/>
- Ferreira, Ennes (2009) *The African Galaxy e Regional trade and preferential trading agreements* – Textos de apoio de Economia Africana – Lisboa, Desenvolvimento e Cooperação Internacional, 2008-2010, Lisboa, ISEG.
- Friedman, L. Thomas (2006), *O Mundo é Plano, Uma História Breve do Século XXI*, Actual Editora, Lisboa.
- Fukuda-Parr, Sakiko (2002) "Operacionalizando as ideias de Amartya sobre capacidades" Textos de apoio de Sociologia Económica do Desenvolvimento – Lisboa, Desenvolvimento e Cooperação Internacional, 2008-2010, Lisboa, ISEG.
- Global Education Network Europe (GENE) (2003) – *Learning for a Global Society - Evaluation and Quality in Global Education*, Proceedings of the GENE Conference London, 23-25 September 2003.
- Gouveia, Luís (2004), *Sociedade da Informação: Notas de contribuição para uma definição operacional* [http://www2.ufp.pt/~lmbg/reserva/lbg\\_socinformacao04.pdf](http://www2.ufp.pt/~lmbg/reserva/lbg_socinformacao04.pdf)
- Information and Communications Technologies (2003) *ICT and Economic Growth: Evidence from OECD Countries, Industries and Firms*, OECD [http://www.labs-associados.org/docs/OCDE\\_TIC.PDF](http://www.labs-associados.org/docs/OCDE_TIC.PDF)
- ITU – International Telecommunication Union, (2008) *Corporate Annual Report*.
- ITU – International Telecommunication Union, Telecom World (2009), *The World in 2009: ICT Facts and Figures*, Press Briefing Geneva 5-9 October.
- ITU – International Telecommunication Union, (2008) *Use of information and Communication Technology the World's Children and Youth* - A statistical compilation.
- Jeskanen – Sundström, Heli (2003) ICT Statistics at the New Millennium: Developing Official Statistics: Measuring the Diffusion of ICT and its Impact, in: *International Statistical Review*, Vol. 71, No. 1 (Apr., 2003), pp. 5-15, International Statistical Institute (ISI).



## As Tecnologias de Informação e Comunicação e a Inclusão dos Jovens no Processo de Globalização

---

- Mattlart, Armand (2002), *História da Sociedade da Informação*, Editorial Bizâncio, Lisboa, – Tradução de Maria de Carvalho.
- Matos, Manuel (2002), “O que é a Sociedade de Informação” in *Educação, Sociedade & Culturas*, Nº18: 7-23.
- Männistö, Laura; Kelly, Tim; Petrazzini, Ben, (1997), *Internet and Global Information Infrastructure in Africa*, in: ITU Report – Challenges to the Network: Telecoms and the Internet, September 1997. [http://www.itu.int/ti/publications/inet\\_97/inet\\_97.htm](http://www.itu.int/ti/publications/inet_97/inet_97.htm).
- Mendonça, António (2005), *Globalização económica, economia global e o papel da CPLP: uma perspectiva de Cabo Verde* – Textos de apoio de Globalização e Mercados Regionais – Desenvolvimento e Cooperação Internacional, 2008-2010, Lisboa, ISEG.
- Ngwainmbi, Emmanuel K. (2005), *Globalization and Nepad's Development Perspective: Bridging the Digital Divide With Good Governance*, Journal of Black Studies, Vol. 35, No. 3 (Jan., 2005), pp. 284-309, Sage Publications.
- Nussbaum, Martha (2002), *Capabilities and Social Justice*, International Studies Review, Vol. 4, No. 2, International Relations and the New Inequality, pp. 123-135, Blackwell Publishing & The International Studies Association.
- ONU - World Programme of Action for Youth to the Year 2000 and Beyond, Resolution 1995/64, Economic and Social Council, 59th plenary meeting 2 November 1995. <http://www.un.org/events/youth98/backinfo/ywpa2000.htm>
- Pigato, Miria (2001) *Information Communication Technology, Poverty and Development in sub-Saharan Africa and South Asia*, Africa Region Working Paper Series No. 20 – The World Bank Group. <http://www.worldbank.org/afr/wps/wp20.pdf>
- PNUD – Relatório de Desenvolvimento Humano (2009), Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos [http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2009\\_PT\\_Complete.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf)
- Powell, Mike (2001), *Knowledge, Culture & the Internet in Africa: A Challenge for Political Economists* Review of African Political Economy, Vol. 28, No. 88, Africa's Future: That Sinking Feeling (Jun, 2001), pp. 241-260, Taylor & Francis, Ltd.
- Raposo, Rita, (2009), *Spacial Turn e Compressão Espaço-Temporal*, Textos de Apoio de Movimentos Sociais no Contexto da Globalização – Desenvolvimento e Cooperação Internacional, 2008-2010, Lisboa, ISEG.
- Raposo, Rita, (2009), *Antropologia, Sociologia e a Distinção Fundadora “Natureza Versus Cultura”*, Textos de Apoio de Movimentos Sociais no Contexto da Globalização – Desenvolvimento e Cooperação Internacional, 2008-2010, Lisboa, ISEG.
- Regulamento do Programa Escolhas – Despacho normativo nº7/2006 Diário da República, 2ª série – nº 154 – 10 de Agosto de 2006.
- Robeyns, Ingrid (2003), *The Capability Approach: An Interdisciplinary Introduction*, Training Course preceding the 3rd International Conference on the Capability Approach, Pavia, Italy, on 6 September 2003.
- Roycrofta, Trevor R.; Anantho Siriwan (2003) *Internet subscription in Africa: policy for a dual digital divide*, Telecommunications Policy 27 (2003) 61–74, Pergamon.
- Roverires José; Ruschel, Airton José (2009) *Sociedade em Rede* – DIR5934 – Informática Jurídica: <http://www.scribd.com/doc/16187056/ppt-Informatica-Juridica-Sociedade-em-Redes~>

## As Tecnologias de Informação e Comunicação e a Inclusão dos Jovens no Processo de Globalização

---

- Rustam, Mohammed Ali (2004) *Youth and Globalism: A Perspective* – World Assembly of Youth – 2004. [www.worldassemblyofyouth.org](http://www.worldassemblyofyouth.org)
- Sen, Amartya (1985), *Well-Being, Agency and Freedom: The Dewey Lectures 1984*, in: The Journal of Philosophy, Vol. 82, No. 4 (Apr., 1985), pp. 169-221, Journal of Philosophy.
- Sen, Amartya (1982), *Rights and Agency*, Philosophy and Public Affairs, Vol. 11, No. 1 (Winter, 1982), pp. 3-39, Blackwell Publishing.
- Sen, Amartya (1990), *Justice: Means versus Freedoms*, Philosophy and Public Affairs, Vol. 19, No. 2 (Spring, 1990), pp. 111-121, Blackwell Publishing.
- Sen, Amartya (2001) *Globalization and Global Protests* – Discurso proferido no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) em 9 de Julho de 2001, aquando do seu Doutoramento Honoris Causa pela UTL.
- Sen, Amartya, (2003) *Desenvolvimento e Liberdade*”, Lisboa, Gradiva.
- Silva, João Oliveira Correia da, (2010) *Amartya Sen: Desenvolvimento como Liberdade*, Programa de Doutoramento em Economia, Faculdade de Economia do Porto. [http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv\\_liberdade.pdf](http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf)
- Steven Dijkstra, Karin Geuijen, Arie de Ruijter, (2001) Multiculturalism and Social Integration in Europe, International Political Science Review, Vol. 22, No. 1, Management of Social Transformation (Jan.2001), 55-84, Sage Publication, Ltd.
- Tassara, Eda Terezinha de Oliveira; Damergian, Sueli (1996) *Para Um Novo Humanismo: contribuições da psicologia social*, Estudos Avançados., <http://www.scielo.br/pdf/ea/v10n28/v10n28a13.pdf>
- Teles Filipe; Pinto, Luís Castanheira (2009) *Ser Capaz de adquirir Competências: O programa Escolhas na Perspectiva das crianças e dos Jovens*, Programa Escolhas (ACIDI) – Lisboa, 3 de Julho de 2009.
- Unwin, Tim (2004) ICT& Education in Africa: Partnership, Practice & Knowledge Sharing, Review of African Political Economy, Vol.31 No. 99, ICTs 'Virtual Colonisation' & Political Economy pp. 150 – 160, Taylor & Francis Ltd.
- UNESCO – (1998) *Lisbon Declaration on Youth Policies and Programmes* Lisbon, Portugal, 12 August 1998. <http://www.unesco.org/cpp/uk/declarations/lisbon.pdf>
- UNECA – (2006) *Youth and Economic Development in Africa* – Fifth African Development Forum – Youth and Leadership in the 21<sup>st</sup> Century, 26 October 2006, Addis Ababa, Ethiopia [http://www.uneca.org/adfv/docs/Issue\\_paper\\_eco.pdf](http://www.uneca.org/adfv/docs/Issue_paper_eco.pdf)
- Vilaça, Helena (1994), “Território e Identidades na problemática dos movimentos sociais: algumas propostas de pesquisa” in *Actas do Encontro da Associação Portuguesa de Sociologia, Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, p. 401-421.
- Werthein, Jorge (2000) *A Sociedade da Informação e os Seus Desafios* - Ci. Inf. Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77 <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>
- World Bank (2008) – *Youth and employment in Africa: the potential, the problem, the promise*, Africa Development Indicators 2008/2009.
- World YOUTH Report, (2003) *The Global Situation of Young People* – United Nations publication.

World YOUTH Report, (2005) *Young People Today, and in 2015* – United Nations publication

World YOUTH Report, (2007) *Young People's Transition to Adulthood: Progress and challenges* United Nations publication.

[http://www.uneca.org/adfv/docs/Issue\\_paper\\_eco.pdf](http://www.uneca.org/adfv/docs/Issue_paper_eco.pdf)

### **Páginas na Internet:**

African Union – African Youth Charter, Addis Ababa, Ethiopia: [www.africa-union.org](http://www.africa-union.org)

An Atlas of Cyberspace (2007) *Topology Maps of Elements of Cyberspace* -  
<http://personalpages.manchester.ac.uk/staff/m.dodge/cybergeography/atlas/topology.html>

AngolaPress - [http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/portal/capa/index.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/portal/capa/index.html)

Cultura PALOP Portugal <http://www.culturapalopsportugal.com/>

CIA – The World Factbook <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>

Infopédia - [http://www.infopedia.pt/\\$países-africanos-de-língua-oficial-portuguesa](http://www.infopedia.pt/$países-africanos-de-língua-oficial-portuguesa)

Internet World Stats: <http://www.internetworldstats.com/stats.htm>

International Cultural Youth Exchange: [http://www.icye.org/eng/about\\_what.html](http://www.icye.org/eng/about_what.html)

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento - Países  
[http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=28&Itemid=59](http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=28&Itemid=59)

IST-Africa - Information Society Technologies in Africa: <http://www.ist-africa.org/home/default.asp?page=welcome>

Juventude em Acção: <http://www.juventude.pt/index.php>

Projecto de Apoio ao desenvolvimento dos sistemas estatísticos dos PALOP  
[http://www.palopstat.org/proj\\_o\\_que\\_e\\_o\\_projecto.htm](http://www.palopstat.org/proj_o_que_e_o_projecto.htm)

Programa Cisco Networking Academy - <http://www.cisco.com/br/netacad>

Programa Escolhas – <http://www.programaescolhas.pt/>

Programa MYTecC – <http://www.mytecc.com/joomla/>

POS\_Conhecimento – Programa Operacional Sociedade do Conhecimento –  
<http://www.posc.mctes.pt/>

UNECA <http://www.uneca.org/AISI/>

Youth Media Report: <http://www.youthmediareporter.org/about.html>

Wikipédia, *Capability*: [http://en.wikipedia.org/wiki/Capability\\_approach](http://en.wikipedia.org/wiki/Capability_approach)

Wikipédia, *Índice de Pobreza Humana*:  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice\\_de\\_pobreza\\_humana](http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice_de_pobreza_humana)

## As Tecnologias de Informação e Comunicação e a Inclusão dos Jovens no Processo de Globalização

---

Wikipédia, *Globalização*: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Globaliza%C3%A7%C3%A3o>

World Bank – <http://www.worldbank.org/>

World Bank – Statistics In Africa 50 Factoids about Sub-Saharan African  
<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/EXTPUBREP/EXTSTATINAFR/0,,contentMDK:21106218~menuPK:3094759~pagePK:64168445~piPK:64168309~theSitePK:824043,00.html>

World Bank – (2008) *The Little Data Book On Africa*  
<http://siteresources.worldbank.org/INTSTATINAFR/Resources/LDB-Africa-12-2-08.pdf>

World Youth Conference 2010 Mexico Concept Note  
<http://www.embamex.eu/comunicados/4813.pdf>

World Telecommunication Union: <http://www.itu.int/en/pages/default.aspx>

World Summit on the Information Society: <http://www.itu.int/wsis/index.html>

Role of Youth in Promoting Peace: [http://www.friends-partners.org/GLOSAS/Global\\_University/Guideline/Sharma's\\_paper\\_on\\_Peace.html](http://www.friends-partners.org/GLOSAS/Global_University/Guideline/Sharma's_paper_on_Peace.html)

## ANEXOS

### ANEXO I

#### As dez línguas mais faladas na Internet

<b>Top Ten Languages Used in the Web</b> ( Number of Internet Users by Language )					
TOP TEN LANGUAGES IN THE INTERNET	Internet Users by Language	Internet Penetration by Language	Growth in Internet (2000 - 2009)	Internet Users % of Total	World Population for this Language (2009 Estimate)
<a href="#"><u>English</u></a>	499,213,462	39.5 %	251.7 %	27.7 %	1,263,830,976
<a href="#"><u>Chinese</u></a>	407,650,713	29.7 %	1,162.0 %	22.6 %	1,373,859,774
<a href="#"><u>Spanish</u></a>	139,849,651	34.0 %	669.2 %	7.8 %	411,631,985
<a href="#"><u>Japanese</u></a>	95,979,000	75.5 %	103.9 %	5.3 %	127,078,679
<a href="#"><u>Portuguese</u></a>	77,569,900	31.4 %	923.9 %	4.3 %	247,223,493
<a href="#"><u>German</u></a>	72,337,310	75.0 %	161.1 %	4.0 %	96,389,702
<a href="#"><u>Arabic</u></a>	60,252,100	17.5 %	2,297.7 %	3.3 %	344,139,242
<a href="#"><u>French</u></a>	57,017,099	16.9 %	375.2 %	3.2 %	337,046,097
<a href="#"><u>Russian</u></a>	45,250,000	32.3 %	1,359.7 %	2.5 %	140,041,247
<a href="#"><u>Korean</u></a>	37,475,800	52.7 %	96.8 %	2.1 %	71,174,317
<b>TOP 10 LANGUAGES</b>	<b>1,492,595,035</b>	<b>33.8 %</b>	<b>379.2 %</b>	<b>82.8 %</b>	<b>4,412,415,512</b>
Rest of the Languages	<b>309,735,422</b>	<b>13.2 %</b>	<b>525.3 %</b>	<b>17.2 %</b>	<b>2,355,389,696</b>
<b><u>WORLD TOTAL</u></b>	<b>1,802,330,457</b>	<b>26.6 %</b>	<b>399.3 %</b>	<b>100.0 %</b>	<b>6,767,805,208</b>

(\*) NOTES: (1) Top Ten Languages Internet Stats were updated for December 31 2009. (2) Internet Penetration is the ratio between the sum of Internet users speaking a language and the total population estimate that speaks that specific language. (3) The most recent Internet usage information comes from data published by [Nielsen Online, International Telecommunications Union, GfK](#), and other reliable sources. (4) World population information comes from the [U.S. Census Bureau](#) . (5) For definitions and navigation help in several languages, see the [Site Surfing Guide](#). (6) Stats may be cited, stating the source and establishing an active link back to [Internet World Stats](#). Copyright © 2010, Miniwatts Marketing Group. All rights reserved worldwide.

Fonte: Internet World Stats

## ANEXO II

### Dados sobre a utilização da Internet em África

INTERNET USAGE STATISTICS FOR AFRICA						
<u>AFRICA</u>	Population (2009 Est.)	Internet Users Dec/2000	Internet Users Latest Data	Penetration (% Population)	User Growth (2000- 2009)	% Users in Africa
<u>Algeria</u>	34,178,188	50,000	<b>4,100,000</b>	12.0 %	8,100 %	4.8 %
<u>Angola</u>	12,799,293	30,000	<b>550,000</b>	4.3 %	1,733.3 %	0.6 %
<u>Benin</u>	8,791,832	15,000	<b>160,000</b>	1.8 %	966.7 %	0.2 %
<u>Botswana</u>	1,990,876	15,000	<b>120,000</b>	6.0 %	700.0 %	0.1 %
<u>Burkina Faso</u>	15,746,232	10,000	<b>140,000</b>	0.9 %	1,300.0 %	0.2 %
<u>Burundi</u>	9,511,330	3,000	<b>65,000</b>	0.7 %	2,066.7 %	0.1 %
<u>Cameroon</u>	18,879,301	20,000	<b>725,000</b>	3.8 %	3,525.0 %	0.8 %
<u>Cape Verde</u>	429,474	8,000	<b>102,800</b>	23.9 %	1,185.0 %	0.1 %
<u>Central African Rep.</u>	4,511,488	1,500	<b>19,000</b>	0.4 %	1,166.7 %	0.0 %
<u>Chad</u>	10,329,208	1,000	<b>130,000</b>	1.3 %	12,900.0 %	0.2 %
<u>Comoros</u>	752,438	1,500	<b>23,000</b>	3.1 %	1,433.3 %	0.0 %
<u>Congo</u>	4,012,809	500	<b>155,000</b>	3.9 %	30,900.0 %	0.2 %
<u>Congo, Dem. Rep.</u>	68,692,542	500	<b>290,000</b>	0.4 %	57,900.0 %	0.3 %
<u>Cote d'Ivoire</u>	20,617,068	40,000	<b>660,000</b>	3.2 %	1,550.0 %	0.8 %
<u>Djibouti</u>	724,622	1,400	<b>19,200</b>	2.6 %	1,271.4 %	0.0 %
<u>Egypt</u>	78,866,635	450,000	<b>16,636,000</b>	21.1 %	3,596.9 %	19.3 %
<u>Equatorial Guinea</u>	633,441	500	<b>12,000</b>	1.9 %	2,300.0 %	0.0 %
<u>Eritrea</u>	5,647,168	5,000	<b>200,000</b>	3.5 %	3,900.0 %	0.2 %
<u>Ethiopia</u>	85,237,338	10,000	<b>360,000</b>	0.4 %	3,500.0 %	0.4 %
<u>Gabon</u>	1,514,993	15,000	<b>90,000</b>	5.9 %	500.0 %	0.1 %
<u>Gambia</u>	1,778,081	4,000	<b>114,200</b>	6.4 %	2,755.0 %	0.1 %
<u>Ghana</u>	23,887,812	30,000	<b>997,000</b>	4.2 %	3,223.3 %	1.2 %
<u>Guinea</u>	10,057,975	8,000	<b>90,000</b>	0.9 %	1,025.0 %	0.1 %
<u>Guinea-Bissau</u>	1,533,964	1,500	<b>37,100</b>	2.4 %	2,373.3 %	0.0 %

As Tecnologias de Informação e Comunicação e a Inclusão dos Jovens no  
Processo de Globalização

<a href="#"><u>Kenya</u></a>	39,002,772	200,000	<b>3,359,600</b>	8.6 %	1,579.8 %	3.9 %
<a href="#"><u>Lesotho</u></a>	2,130,819	4,000	<b>73,300</b>	3.4 %	1,732.5 %	0.1 %
<a href="#"><u>Liberia</u></a>	3,441,790	500	<b>20,000</b>	0.6 %	3,900.0 %	0.0 %
<a href="#"><u>Libya</u></a>	6,324,357	10,000	<b>323,000</b>	5.1 %	3,130.0 %	0.4 %
<a href="#"><u>Madagascar</u></a>	20,653,556	30,000	<b>316,100</b>	1.5 %	953.7 %	0.4 %
<a href="#"><u>Malawi</u></a>	15,028,757	15,000	<b>316,000</b>	2.1 %	2,006.7 %	2.1 %
<a href="#"><u>Mali</u></a>	13,443,225	18,800	<b>200,000</b>	1.5 %	963.8 %	0.2 %
<a href="#"><u>Mauritania</u></a>	3,129,486	5,000	<b>60,000</b>	1.9 %	1,100.0 %	0.1 %
<a href="#"><u>Mauritius</u></a>	1,284,264	87,000	<b>380,000</b>	29.6 %	336.8 %	0.4 %
<a href="#"><u>Mayotte (FR)</u></a>	223,765	---	---	---	---	0.0 %
<a href="#"><u>Morocco</u></a>	31,285,174	100,000	<b>10,442,500</b>	33.4 %	10,342.5 %	12.1 %
<a href="#"><u>Mozambique</u></a>	21,669,278	30,000	<b>350,000</b>	1.6 %	1,066.7 %	0.4 %
<a href="#"><u>Namibia</u></a>	2,108,665	30,000	<b>113,500</b>	5.4 %	278.3 %	0.1 %
<a href="#"><u>Niger</u></a>	15,306,252	5,000	<b>80,000</b>	0.5 %	1,500.0 %	0.1 %
<a href="#"><u>Nigeria</u></a>	149,229,090	200,000	<b>23,982,200</b>	16.1 %	11,891.1 %	27.8 %
<a href="#"><u>Reunion (FR)</u></a>	812,813	130,000	<b>280,000</b>	34.4 %	115.4 %	0.3 %
<a href="#"><u>Rwanda</u></a>	10,746,311	5,000	<b>300,000</b>	2.8 %	5,900.0 %	0.4 %
<a href="#"><u>Saint Helena (UK)</u></a>	7,637	n/a	<b>800</b>	10.5 %	n/a	0.0 %
<a href="#"><u>Sao Tome &amp; Principe</u></a>	212,679	6,500	<b>24,800</b>	11.7 %	281.5 %	0.0 %
<a href="#"><u>Senegal</u></a>	13,711,597	40,000	<b>1,020,000</b>	7.4 %	2,450.0 %	1.2 %
<a href="#"><u>Seychelles</u></a>	87,476	6,000	<b>33,900</b>	38.8 %	465.0 %	0.0 %
<a href="#"><u>Sierra Leone</u></a>	5,132,138	5,000	<b>13,900</b>	0.3 %	178.0 %	0.0 %
<a href="#"><u>Somalia</u></a>	9,832,017	200	<b>102,000</b>	1.0 %	50,900.0 %	0.1 %
<a href="#"><u>South Africa</u></a>	49,052,489	2,400,000	<b>5,300,000</b>	10.8 %	120.8 %	6.1 %
<a href="#"><u>Sudan</u></a>	41,087,825	30,000	<b>4,200,000</b>	10.2 %	13,900.0 %	4.9 %
<a href="#"><u>Swaziland</u></a>	1,337,186	10,000	<b>80,000</b>	6.0 %	700.0 %	0.1 %
<a href="#"><u>Tanzania</u></a>	41,048,532	115,000	<b>520,000</b>	1.3 %	352.2 %	0.6 %
<a href="#"><u>Togo</u></a>	6,031,808	100,000	<b>350,000</b>	5.8 %	250.0 %	0.4 %
<a href="#"><u>Tunisia</u></a>	10,486,339	100,000	<b>3,500,000</b>	33.4 %	3,400.0 %	4.1 %
<a href="#"><u>Uganda</u></a>	32,369,558	40,000	<b>2,500,000</b>	7.7 %	6,150.0 %	2.9 %
<a href="#"><u>Western Sahara</u></a>	405,210	---	---	---	---	0.0 %



## As Tecnologias de Informação e Comunicação e a Inclusão dos Jovens no Processo de Globalização

<a href="#">Zambia</a>	11,862,740	20,000	700,000	5.9 %	3,400.0 %	0.8 %
<a href="#">Zimbabwe</a>	11,392,629	50,000	1,481,000	13.0 %	2,862.0 %	1.7 %
<b>TOTAL AFRICA</b>	<b>991,002,342</b>	<b>4,514,400</b>	<b>86,217,900</b>	<b>8.7 %</b>	<b>1,809.8 %</b>	<b>100.0 %</b>

NOTES: (1) Africa Internet Statistics were updated for December 31, 2009. (2) CLICK on each country name for further data on individual countries and regions. (3) Population numbers are based on data from the [U.S. Census Bureau](#). (4) For help and definitions, see the [site surfing guide](#). (5) The most recent usage information comes mainly from data published by [Nielsen Online](#), [ITU](#), [WWW](#) and other local trustworthy sources. (6) For growth comparison purposes, usage data for the year 2000 is displayed. (7) Data from this table may be cited, giving the due credit and establishing an active link back to [internetworldstats.com](#) Copyright 2010, © Miniwatts Marketing Group. All rights reserved worldwide.

Fonte: Internet World Stats

### ANEXO III

#### Caracterização dos PALOP e a sua inserção no processo de Globalização

O acrónimo PALOP, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, refere-se ao grupo dos cinco países africanos em que o português é a língua oficial. Estes países são Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Correspondem ao grupo das antigas colónias portuguesas em África que entre 1974 e 1975 proclamaram a sua independência.

Os PALOP, formados em 1996, inserem-se actualmente na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, a partir da qual estabelecem relações de cooperação com diversas instituições e países, nomeadamente a UE, Portugal e o Brasil. No entanto, este projecto de integração regional, consignado no artigo 156º, ponto 4, da convenção de Lomé, não se baseia no critério da continuidade geográfica mas, isso sim, na proximidade histórico-cultural que decorre do facto de falarem a mesma língua.

Para além das relações já referidas, estes países inserem-se também no quadro de processos específicos de integração regional em curso, estabelecendo,



assim, parcerias e cooperação ao nível de outras organizações com base na zona de influência geográfica e/ou interesses económicos, políticos e estratégicos comuns. Em seguida, apresentam-se alguns exemplos desta dinâmica em que os PALOP se inserem.

**Guiné-bissau e Cabo Verde – CEDEAO** (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental). Os restantes países são: Bénine, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

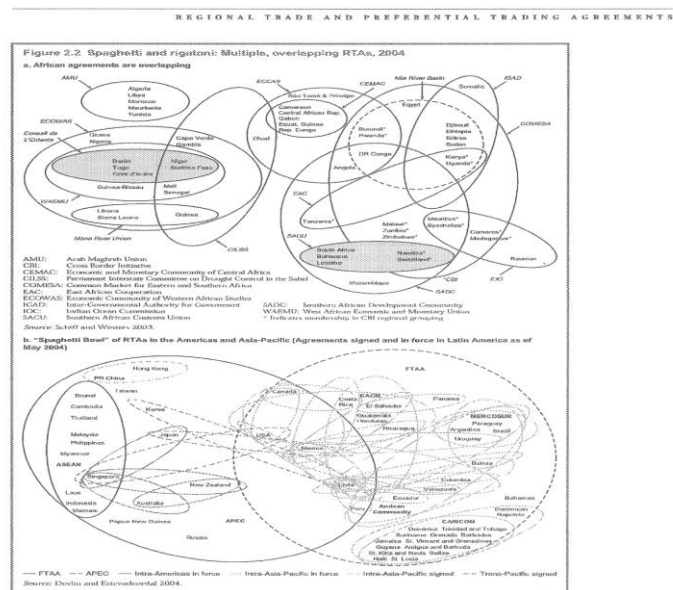
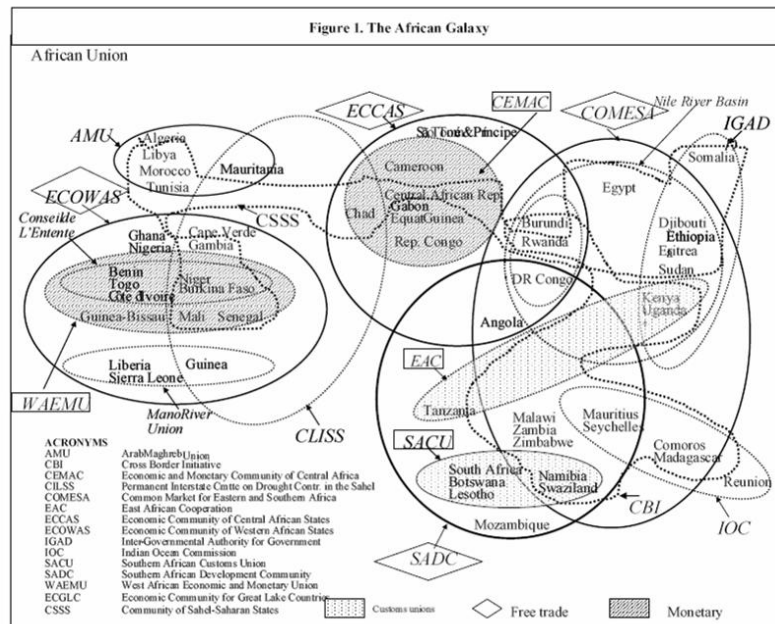
**Angola e São Tomé e Príncipe – CEEAC** (Comunidade Económica dos Estados da África Central). Os restantes países são: Burundi, Camarões, Chade, Congo, Guiné-Equatorial, Gabão, Ruanda, República Centro Africana e República Democrática do Congo.

**Angola e Moçambique – SADC** (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral). Os restantes países são: África do Sul, Botswana, Lesoto, Malawi, Maurícias, Namíbia, República Democrática do Congo, Seycheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

**Guiné-Bissau – UEMOA** (União Económica e Monetária da África Ocidental). Os restantes países são: Bénine, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo.

Neste contexto, a inserção dos PALOP no processo de globalização enquadra-se nas dinâmicas actuais de regionalização em África, isto é, numa tentativa de convergência a nível económico, como se pode ver nos quadros seguintes sobre a estrutura de Integração regional em África.

## As Tecnologias de Informação e Comunicação e a Inclusão dos Jovens no Processo de Globalização



**Fonte: Enes Ferreira – África no Mundo (III) – Aulas de Economia Africana (2009)**

Apesar de os PALOP terem muitos aspectos em comum as suas dinâmicas de desenvolvimento apresentam características distintas, tendo em conta a envolvente

regional, geográfica, económica, social, etc. em que cada um destes países se enquadra. Assim, passamos a apresentar o quadro específico de cada um dos PALOP, com base num conjunto de aspectos que nos permitirão avaliar o contexto em que vivem os jovens destes países e a sua situação em face do processo de Globalização.

## ANGOLA



Fonte: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)

### Geografia, população e composição étnica e linguística

A República de Angola situa-se na Costa Ocidental africana, entre a África Central e a África Austral. Tem uma área de 1 246 700 km<sup>2</sup>, sendo por isso o maior país dos PALOP e, potencialmente, o mais rico em termos de recursos naturais (e.g. petróleo e diamantes).

O território angolano é limitado a norte e a leste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia, e a oeste pelo Oceano Atlântico. Inclui também o enclave de Cabinda, através do qual faz fronteira com a República do Congo a norte.

Do ponto de vista demográfico<sup>23</sup>, a capital, Luanda, é a maior cidade, com 2 783 000 habitantes, seguida do Huambo (173 600 habitantes), de Benguela (134 500 habitantes) e do Lobito (134 400 habitantes), conforme os Censos de 2004.

Com uma diáspora de aproximadamente 3 milhões de angolanos, as estimativas oficiais sobre o número da população residente apontam para 16,4 milhões de habitantes, dos quais cerca de 47% teriam menos de 15 anos (PNUD 2009).

A principal etnia em Angola é a Ovimbundo. Esta corresponde a cerca de 2/5 da população do país e da que fala umbundo. A Mbundo, correspondente a 1/4 da população total, fala quimbundo. Outros grandes grupos étnicos são o Kongo, o Luimbé, o Humbé, o Nyaneka, o Tchokué, o Luéna, o Luchasi, o Lunda, o Nkhumbi e o Ngangela.

A língua oficial é o português, se bem que para além de numerosos dialectos Angola possua várias línguas nacionais.

### **Economia e sociedade**

As principais fontes de receita do país provêm da exploração do petróleo e dos diamantes. Outros recursos minerais significativos são o ferro, o manganésio, o cobre e os fosfatos. O seu potencial hidroeléctrico está entre os maiores de África.

Entre 2004 e 2007, Angola registou elevadas taxas de crescimento económico (em média superiores a 15%) impulsionado pelo sector do petróleo, o qual aumentou a sua produção na sequência da alta dos preços deste produto a nível Internacional. Em conjunto com as actividades relacionadas com este mesmo sector, a produção de petróleo contribuiu com cerca de 85% para o PIB nacional (CIA, 2010). Em contrapartida, com o colapso dos preços do petróleo em 2009, assistiu-se a uma contracção do PIB, tendo mesmo sido registado um crescimento negativo da na ordem dos 0,6% (Agência Financeira, 2010).

Tendo em atenção que a maior parte das infra-estruturas de todo o país foi praticamente destruída durante os 27 anos de guerra civil, com a reconstrução em

---

<sup>23</sup> Estes dados são estimativas, Angola não realiza censo populacional há 30 anos e prevê-se a realização do censo até 2014.

curso e o reassentamento de deslocados assistiu-se também ao aumento das taxas de crescimento no sector da construção e da agricultura.

Ainda assim, ao nível do desenvolvimento social, Angola continua a enfrentar enormes desafios. O flagelo do desemprego atinge mais de 40% da população (Infopédia, 2010). O país tem registado elevadas taxas de inflação nos últimos anos (se bem que a inflação no consumidor tenha declinado de 325% em 2000 para menos de 13% em 2008) (CIA, 2010). Cerca de 50% dos bens de consumo são importados, sendo a agricultura de subsistência o principal meio de sustento para a maioria da população.


Angola experimenta também, actualmente, enormes assimetrias na distribuição da riqueza e um baixo nível de vida entre a maioria da população, com a pobreza urbana a afectar cerca de 66% da população e um massivo êxodo rural, no qual se destacam os deslocados e os mutilados de guerra.

Desde 2005, o governo tem canalizado os fundos provenientes das inúmeras linhas de crédito concedidas pelos principais parceiros comerciais (China, Brasil, Portugal, Espanha, EU, EUA) para a reconstrução das infra-estruturas públicas de Angola. Em face destes investimentos o problema da corrupção tem sido uma grande preocupação, tanto ao nível interno como externo.

### **Principais indicadores**

- PIB: 53.929 mil milhões de dólares (2006 – Gov Angola)
- PIB *per capita*: 4.500 dólares (2006 – Gov. Angola)
- Taxa de inflação: 11.8% (2007, estimativa OCDE)
- Esperança de vida à nascença: 46.5 anos (UNDP, 2007)
- Taxa de natalidade: 44,64 por mil habitantes (Angola Digital 2005)
- Taxa de mortalidade: 25,9 por mil habitantes (Angola Digital 2005)
- População urbana: 58.5% (CIA, 2009)
- Taxa de Alfabetização: 67,4% (CIA, 2008)
- Índice de Desenvolvimento Humano: 143<sup>a</sup> posição em 182 países (PNUD, 2009); incluído no conjunto dos países que detém a classificação de 'Desenvolvimento Humano Médio.

### Utilização de Internet em Angola

 <b>ANGOLA</b>
550,000 Internet users as of Jun/09, 4.3% of the population, per ITU.
15,900 broadband internet subscribers as of Dec/08, 0.1% penetration rate.

Fonte: *Internet World Stats*

## CABO VERDE



Fonte: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)

### Geografia, população e composição étnica e linguística

Situado no oceano Atlântico, a cerca de 620 quilómetros da costa oeste do Senegal, Cabo Verde é um país insular, constituído por 10 ilhas numa área total de 4 033 km<sup>2</sup> e com uma população de 491.575 habitantes (censo 2010). A maior das ilhas é Santiago (991 km<sup>2</sup>), seguindo-se-lhe Santo Antão (779 km<sup>2</sup>), Boavista (620 km<sup>2</sup>), Fogo (476 km<sup>2</sup>), São Nicolau (388 km<sup>2</sup>), Maio (269 km<sup>2</sup>), São Vicente (227 km<sup>2</sup>), Sal (216 km<sup>2</sup>), Brava (67 km<sup>2</sup>) e Santa Luzia (45 km<sup>2</sup>). A capital é a cidade da Praia, na ilha de Santiago, sendo outras cidades importantes o Mindelo e São Filipe.

A população, marcadamente jovem na sua estrutura etária, é composta por 40% de efectivos entre os 0-14 anos (estimativa de 2005) e apenas 6% acima dos 65 anos. Segundo os dados oficiais a média de idades da população cabo-verdiana ronda os 23 anos.

A língua oficial é o português, sendo que a língua nacional de Cabo-Verde é o crioulo.

### **Economia e sociedade**

Sendo uma das democracias mais estável de África, Cabo Verde teve um sólido ritmo de crescimento durante o período 2001-2005, com taxas médias de crescimento económico de cerca de 5,8%. Este movimento foi acompanhado por taxas de inflação baixas e de uma redução da situação de pobreza absoluta.

Contudo, apesar deste desempenho, o país enfrenta enormes desafios de desenvolvimento, essencialmente relacionados com o desemprego e com a pobreza relativa, os quais continuam elevados.

Se bem que pobre em recursos naturais (destaque para a grave escassez de água), a agricultura continua a constituir a principal fonte de rendimento e sustento da sua população, a par das divisas do turismo e das remessas dos emigrantes. O clima árido e os constantes períodos de seca que caracterizaram a segunda metade do século XX, tiveram grande impacto ambiental e no empobrecimento da população. Nomeadamente, as elevadas taxas de desemprego (superiores a 25%) conduziram a um forte movimento emigratório nas últimas décadas.

Com uma economia de serviços em desenvolvimento, as actividades distribuem-se pelos sectores do comércio, transportes, turismo, contabilidade e serviços públicos, correspondendo a cerca de três quartos do PIB. Na indústria, destacam-se a produção de sal e as conservas de peixe seco.

Embora quase 70% da população viva em zonas rurais, a proporção da produção de alimentos no PIB é baixa. Cerca de 82% dos alimentos são importados, o que leva a que Cabo Verde apresente um elevado défice comercial anual, financiado pela ajuda externa e as remessas dos emigrantes que constituem mais de 20% do PIB.

As reformas económicas em curso visam a diversificação da economia através do desenvolvimento do sector privado e da atracção de investimento estrangeiro. As perspectivas futuras dependem fortemente da manutenção dos fluxos de ajuda, do incentivo do turismo, das remessas e da dinâmica do programa de desenvolvimento do governo.

Os principais parceiros comerciais de Cabo Verde são Portugal, Angola, Holanda e Alemanha.



O turismo tem vindo a aumentar consideravelmente, podendo vir a constituir uma das principais fontes de receita do país. Por sua vez, o potencial de pesca, principalmente de lagosta e atum, não é totalmente explorado, pois exige um grande investimento para a obtenção de bons resultados.

### Principais indicadores

- PIB: 1,97 mil milhões de dólares (Gov. CV 2009)
- PIB *per capita*: 3.948 dólares (Gov. CV 2009)
- Taxa de Inflação: 3,5% (Gov. CV 2009)
- Esperança de vida à nascença: 72 anos (Gov. CV 2009)
- Taxa de natalidade: 24,87 por mil habitantes (2006)
- Taxa de mortalidade: 5,6 por mil habitantes (Gov. CV 2009)
- População Urbana: 55% (Gov. CV 2009)
- Taxa de Alfabetização: 76,6 % (CIA, 2008)
- Índice de Desenvolvimento Humano: 121<sup>a</sup> posição em 182 países (PNUD, 2009); detém a classificação de 'Desenvolvimento Humano Médio'.

### Utilização da Internet em Cabo Verde

#### CAPE VERDE

102,800 Internet users as of Jun/09, 23.9% of the population, per ITU.

7,400 broadband internet subscribers as of Dec/09, 1.7% penetration rates

Fonte: *Internet World Stats*

## GUINÉ-BISSAU



Fonte: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)

### Geografia, população e composição étnica e linguística

A Guiné-Bissau é um país da costa ocidental de África, com uma superfície de 36.125 Km<sup>2</sup>. Faz fronteira a norte com o Senegal, a este e sudeste com a Guiné-Conacri e a oeste com o oceano Atlântico. Além do território continental, integra ainda cerca de oitenta ilhas que constituem o Arquipélago dos Bijagós. Organiza-se em nove regiões: Bafatá, Biombo, Bissau, Bolama, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara, Tombali.

De acordo com as estatísticas de 2009, tem uma população de 1.520.830, essencialmente jovem, sendo a idade média de 19 anos (2009, INE GB). A população é marcada por uma forte divisão étnica, em que sobressai principalmente a etnia Balanta (30%). Seguem-se as etnias Fula, com 20%; Manjaca, com 14%; Mandinga, com 13% e Papel, com 7%.

A língua oficial da Guiné-Bissau é o português, sendo a língua nacional o crioulo e um conjunto de dialectos e línguas tradicionais.

### **Economia e sociedade**

Desde a independência de Portugal, em 1974, a Guiné-Bissau tem sido agitada por constantes movimentações político-militares. Com o golpe militar de 1980, estabeleceu-se um regime autoritário comandado pelo presidente João Bernardo Vieira.

Com a realização das primeiras eleições livres e multipartidárias, em 1994, João Bernardo Vieira tornou-se no primeiro presidente eleito da democracia guineense. Todavia, apesar da abertura para a economia de mercado e para um sistema político multipartidário, este regime caracterizou-se essencialmente pela supressão da oposição política.

Em Junho de 1998, a revolta da junta militar despoletou uma guerra civil que culminou na expulsão do então presidente, em Maio de 1999. Desde então, o país mergulhou numa permanente instabilidade política e militar, marcada por sucessivos golpes de estado e a alternância de poderes, tanto presidencial (quatro presidentes entre 2003 e 2009) como governamental. Com o assassinato do presidente João Bernardo Vieira, em Março de 2009, realizou-se uma eleição de emergência em Junho do mesmo ano, na qual se elegeu o actual presidente Malam Bacai Sanhá.

Em consequência deste clima de instabilidade, a Guiné-Bissau tornou-se num dos países mais pobres do mundo (situa-se entre os seis mais pobres), dependendo fortemente da ajuda externa. Padece de uma enorme dependência alimentar e detém um escasso e debilitado tecido industrial: em 1998 registou-se uma queda de 28% do PIB, assistindo-se a uma recuperação parcial a partir de 1999 (CIA, 2010).

Entre 2000 e 2004, o crescimento real do PIB da Guiné-Bissau foi de apenas 1 por cento e, em Dezembro de 2003, o BM, o FMI e o PNUD foram instados a intervir para fornecer apoio orçamental de emergência no montante de 107 milhões de dólares para 2004, o que representa mais de 80% do orçamento nacional total (CIA, 2010).

Os permanentes focos de instabilidade político-militar constituem, claramente, o principal entrave às reformas necessárias para enfrentar os desafios do desenvolvimento, nomeadamente a redução da pobreza e o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), definidos no Programa de Redução da Pobreza Nacional (DENARP). Com a destruição de praticamente todas as infra-estruturas existentes e o colapso da produção agrícola nos últimos 11 anos, o país mergulhou

numa forte crise económica e social, com graves impactos nas condições de vida da população.

Nos últimos anos ocorreram profundas alterações de ordem social, provocadas pelo êxodo rural e por elevados fluxos migratórios. Estes últimos referem-se não apenas a movimentos para fora do país mas, principalmente, à entrada de uma grande massa de imigrantes vindos de países vizinhos: Senegal, Guiné-Conacri, Mauritânia, Nigéria, Serra Leoa.

Ainda, a desigualdade na distribuição do rendimento (uma das mais extremas do mundo), a corrupção, o narcotráfico e a insegurança têm sido os principais factores de preocupação, tanto internamente como ao nível dos parceiros internacionais, que, em conjunto com o actual governo, têm vindo a trabalhar para a estabilização das forças militares e o desenvolvimento económico e social.

Com o aumento dos preços das matérias-primas entre 2007 e 2009, o país retomou o crescimento, impulsionado sobretudo pelo notável aumento das colheitas de cajú nos últimos anos (o país ocupa actualmente o quinto lugar na produção mundial deste produto). Estando a sua economia essencialmente centrada na agricultura e na pesca, a Guiné-Bissau tem exportado peixe e mariscos, a par de pequenas quantias de amendoins, óleo de palma e madeira. O arroz é a sua principal colheita e base alimentar.

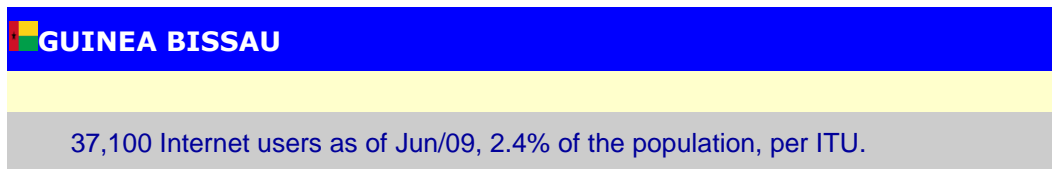
A par das potencialidades turísticas, a pesca e alguns recursos minerais (o petróleo, o fosfato e outros) ainda estão por explorar, em grande parte devido aos elevados custos de exploração. Nomeadamente, a prospecção de petróleo, se bem que encontrando-se já em curso em várias áreas, ainda não deu lugar a depósitos brutos comercialmente viáveis.

### **Principais indicadores**

- PIB: 301 milhões de dólares (2005, BM)
- PIB per capita: 180 dólares (2005, BM)
- Taxa de inflação: 1,9% (2010, INE GB)
- Esperança de vida à nascença: 47,5 anos (UNDP, 2007)
- Taxa de natalidade: 40.9% (2006, IPAD)

- Taxa de mortalidade: 17,3 % (2006, IPAD)
- População Urbana: 34% (2006, IPAD)
- Taxa de Alfabetização: 42, 4% (CIA, 2008)
- Índice de Desenvolvimento Humano: 173<sup>a</sup> posição em 182 países (PNUD, 2007), pertencendo ao grupo de países de 'Desenvolvimento Humano Baixo'.

#### Utilização de Internet na Guiné-Bissau



Fonte: *Internet World Stats*

## MOÇAMBIQUE



Fonte: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)

### **Geografia, população e composição étnica e linguística**

Moçambique situa-se na costa oriental da África Austral, com uma área de 801 590 km<sup>2</sup>. Faz fronteira a norte com a Zâmbia, o Malawi e a Tanzânia, a leste com o Canal de Moçambique e o Oceano Índico, e a sul e a oeste com a África do Sul.

De acordo com dados do INE de Moçambique em 2010 o número de população moçambicana é de 22.416.881 e apresenta uma taxa de crescimento demográfico anual de 1.8, tendo em conta as projecções feitas para o período de 2005 a 2015 (IPAD, 2010). Estas estimativas baseiam-se sobretudo nos efeitos da SIDA na elevação das taxas de mortalidade e na baixa esperança de vida.

Moçambique é um país multirracial, cuja grande maioria da população negra se distribui por diferentes grupos étnicos, sendo os principais os macuas (que representam 46,1% da população), os tsongas, os malavis e os chonas (que, em conjunto, representam 53%), conforme os dados de 1996. No entanto, o principal motivo das tensões sociais deve-se à divisão entre o norte, a região mais pobre e o sul, a mais desenvolvida. A população urbana é de 38% (CIA, 2008), concentrando-se nas principais cidades, nomeadamente Maputo (931 600 habitantes), Beira (298 800) e Nampula (250 500), conforme aos dados de 1991. A estrutura etária é predominantemente jovem, com uma idade média de 17,5 anos.

A língua oficial é o Português mas existem treze dialectos principais: Emakhuwa, Xitsonga, Ciyao, Cisená, Cishona, Echuwabo, Cinyanja, Xironga, Shimaconde, Cinyungue, Cicopi, Bitonga, Kiswahili. A língua inglesa é ensinada nas escolas secundárias.

### **Economia e sociedade**

Depois da independência em 1975, Moçambique foi considerado um dos países mais pobres do mundo. A prolongada e devastadora guerra civil (1977-1992) e a severa seca no interior do país levaram ao aumento da migração da população para as zonas urbanas e costeiras, com consequências ambientais adversas, tais como a desertificação, a poluição das águas superficiais e das águas costeiras, ou a caça furtiva de elefantes para a extracção de marfim.

Em 1987, o governo de Joaquim Chissano iniciou uma série de reformas macroeconómicas, destinadas a estabilizar a economia, seguindo-se depois a elaboração de uma nova constituição, na qual se previam futuras eleições multipartidárias. A assinatura do Acordo de Paz, em 1992, entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), foi o passo decisivo do processo de abertura política que culminou em eleições multipartidárias, em 1994.

O novo clima de estabilidade política, aliado a reformas económicas, conduziu a uma franca melhoria das taxas de crescimento do país (CIA, 2010). Nos três anos anteriores a 2008, Moçambique registou um forte crescimento económico, com uma média de crescimento real do PIB de 7,6% ao ano, sendo que em 2009 atingiu a taxa média anual de 9%, seja a tradução de um dos mais fortes desempenhos económicos em África. Instaurado o clima de confiança, o investimento e a ajuda internacional aumentaram substancialmente, contribuindo para a estabilidade macroeconómica, a transformação socioeconómica e uma significativa redução da pobreza.

Contudo, apesar dos progressos registados, Moçambique continua dependente da ajuda externa para mais de metade do seu orçamento anual, e a maioria da população permanece abaixo do limiar da pobreza, com a agricultura de subsistência a empregar a grande maioria da força de trabalho do país. Note-se que a taxa de desemprego em 2007 era de 17%.

Com a crise económica mundial e a volatilidade dos preços das matérias-primas, o crescimento do PIB moçambicano sofreu uma redução de vários pontos percentuais, nomeadamente devido à queda acentuada dos preços do alumínio que representa cerca de um terço das exportações moçambicanas.

Em Julho de 2007, o Millennium Challenge Corporation assinou um pacto de redução da pobreza com Moçambique; o projecto entrou em vigor em Setembro de 2008 e tem o prazo de cinco anos. Alguns dos tópicos inseridos neste programa de ajuda ao desenvolvimento são, por exemplo, a melhoria do saneamento, a construção de estradas, o investimento na agricultura e na protecção do meio ambiente, e a regulamentação de negócios, de modo a estimular o crescimento económico nas quatro províncias do norte do país.




Para além disso, a estratégia de redução de pobreza a médio prazo em Moçambique (PARPAII), implementada entre 2005 e 2009, pretendia reduzir a pobreza de 54% da população em 2003 para 45% em 2009, e promover o bem-estar humano e o desenvolvimento económico através de um crescimento rápido, inclusivo e de base ampla, baseada em três pilares: a boa governação, o capital humano, o desenvolvimento económico

Assim, as reformas institucionais levadas a cabo pelo governo moçambicano nesse período visaram dotar o país de infra-estruturas económicas e sociais adequadas, com o objectivo de alcançar um crescimento sustentado, tendo previsto um crescimento anual da economia a uma taxa de 5% entre 2006 e 2009.

### Principais indicadores

- PIB: 20.17 mil milhões de dólares (CIA, 2009, estimativa) 172.054.426 (?)
- PIB *per capita*: 802 dólares (PNUD, 2008)
- Taxa de inflação (2009): 3.3% (CIA, estimativa)
- Esperança de vida à nascença: 47 anos (INE Moçambique, 2009)
- Taxa de natalidade: 37,8 % (CIA, 2010, estimativa)
- Taxa de mortalidade: 19,83 % (CIA, 2010, estimativa)
- População Urbana: 38 % (CIA, 2010)
- Taxa de Alfabetização: 47,8% (CIA, 2008)
- Índice de Desenvolvimento Humano: posição 172ª em 182 países (PNUD, 2009); pertencente ao grupo de países com a classificação 'Desenvolvimento Humano Baixo.

### Utilização de Internet em Moçambique

 <b>MOZAMBIQUE</b>
350,000 Internet users as of Jun/09, 1.6% of the population, per ITU.
10,200 broadband internet subscribers as of Dec/09.

Fonte: Fonte: *Internet World Stats*

## SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



Fonte: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)

### Geografia, população e composição étnica e linguística

A república de São Tomé e Príncipe é uma nação insular localizada no Golfo da Guiné, com uma área total de 964 km<sup>2</sup>, composta por duas ilhas principais, a Ilha de São Tomé e a Ilha do Príncipe, para além de várias ilhotas. Sem fronteiras terrestres, este país situa-se relativamente próximo das costas do Gabão, da Guiné Equatorial, dos Camarões e da Nigéria. A Ilha de S. Tomé é constituída por 6 distritos: Água Grande, Cantagalo, Caué, Lembá, Lobata e Mé-Zóchi, e a Região Autónoma do Príncipe (distrito de Pagué).

Estima-se que a população são-tomense seja de 154. 875 habitantes, com uma estrutura etária predominantemente jovem, em média de 17 anos de idade. A população é essencialmente urbana (cerca de 56%) e é constituída por vários grupos étnicos, nomeadamente mestiços, angolares, forros e tongas.

A língua oficial é o português e existem diversos idiomas locais: o forro, o angolano e o lunguê.

### **Economia e sociedade**

Depois da independência, em 1975, São Tomé e Príncipe manteve uma economia centralizada e fortemente intervencionista (controlo de preços e subsídios) até ao final da década de 1980, quando começaram as reformas democráticas e a liberalização económica no país.

As primeiras eleições livres foram realizadas em 1991. Contudo, as frequentes disputas entre os diversos partidos políticos e as tentativas de golpe militar, em 1995 e em 2003, mergulharam o país num clima de recorrente instabilidade política. Embora a ordem democrática tenha sido restabelecida, o funcionamento do Estado tem sido gravemente afectado pelas frequentes remodelações de governo a partir de 2004.

Apesar dos esforços de reforma estrutural realizados, permanecem desequilíbrios macroeconómicos fundamentais. As reformas na área do turismo e da agricultura (com o predomínio da produção de cacau), sejam as principais fontes de receita do PIB, não tiveram grandes efeitos na melhoria das condições de vida da maioria da população. Cerca de 40% da população é considerada pobre, com um rendimento inferior, em média, a um dólar por dia, e com carência de infra-estruturas sanitárias básicas. Ainda, assiste-se a uma grande assimetria de desenvolvimento entre as duas ilhas.

A má gestão e a seca dos últimos anos levaram ao declínio da produção de cacau, afectando com isso o desempenho económico, caracterizado por uma grande dependência das exportações desse produto, e, mais recentemente, à queda das receitas do turismo. Actualmente, São Tomé e Príncipe importa praticamente todos os bens de consumo interno, desde os combustíveis e os produtos manufacturados até a uma quantidade substancial de alimentos. Ao longo dos anos, o país tem tido dificuldade em cumprir com o serviço da dívida externa, dependendo por isso da concessão de ajuda e do reescalonamento da dívida (CIA, 2010).

O crescimento real do PIB (em média de cerca de 6% entre 2006 e 2007) resultou do aumento dos gastos públicos e de investimentos de capital na esfera da produção de petróleo (uma tendência que tem vindo a diminuir nos últimos anos).


Alguns factores como o restrito mercado interno, a pesada dívida pública, o domínio do sector público e a fraca capacidade institucional, têm sido claramente desfavoráveis ao desenvolvimento do sector privado, levando também com isso a uma forte dependência das importações.

A recente descoberta de jazidas de petróleo veio abrir novas perspectivas de desenvolvimento, mas, por outro lado, assistiu-se um aumento das tensões políticas já existentes. A boa governação na gestão das finanças públicas tornou-se, assim, uma das grandes preocupações deste país.

### Principais indicadores

- PIB: 278 mil milhões de dólares (CIA, 2008)
- PIB *per capita*: 1.482 dólares (IPAD, 2009)
- Taxa de Inflação: 19% (IPAD, 2009)
- Esperança de vida à nascença: 65.4 anos (IPAD, 2009)
- Taxa de natalidade: 39,2 % (CIA, 2008)
- Taxa de mortalidade: 5,98 % (CIA, 2008)
- População Urbana: 61% (CIA, 2009)
- Taxa de Alfabetização: 84,9% (CIA, 2008)
- Índice de Desenvolvimento Humano: 0,643; 110<sup>a</sup> posição em 182 países (PNUD, 2007); pertencente ao grupo de países classificado como de 'Desenvolvimento Humano Médio'.

### Utilização de Internet em São Tomé e Príncipe

 <b>SAO TOME AND PRINCIPE</b>
24,800 Internet users as of Jun/09, 11.7% of the population, per ITU.
800 broadband internet subscribers as of Dec/09, 0.4% penetration rate.

Fonte: *Internet World Stats*

## ANEXO IV

### A Organização dos Jovens PALOP

#### **Contexto Institucional: a Carta Africana da Juventude**

A Carta Africana da Juventude foi adoptada na sétima sessão ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e do Governo da União Africana (UA), realizada a 1 de Julho de 2006, em Banjul, capital da Gâmbia, tendo entrado em vigor em 8 de Agosto de 2009.

Este documento constitui o primeiro quadro jurídico-legal internacional de acção para a juventude africana. No entanto, apesar do reconhecimento da sua crucial importância para o desenvolvimento dos jovens nesse continente, muitos países ainda não assinaram nem ratificaram a Carta Africana da Juventude. Segundo os últimos dados da UA, ainda só assinaram 36 países dos 53 estados-membros<sup>24</sup>, entre os quais os PALOP<sup>25</sup>.

Tendo em conta as grandes adversidades com que os jovens se confrontam nesse continente, e dado o facto de este grupo representar 60% da população africana, a adopção da Carta Africana teve como principal objectivo responder às diversas necessidades de ordem económica, social, política e cultural, da juventude africana, através da promoção e protecção dos seus direitos, incumbindo os Estados e a Comissão da União Africana da tarefa da tomada de medidas com vista à sua concretização.

Assim, ao colocar o foco na juventude africana como a base central do desenvolvimento desses países e do continente em geral, este documento insiste na responsabilização dos jovens através da educação e da promoção dos seus talentos nos domínios da ciência e da tecnologia, bem como no acesso a oportunidades de emprego.

A Carta é composta por dois capítulos, nos quais são enfatizados as liberdades, os direitos e os deveres dos jovens, estabelecendo algumas linhas de

---

<sup>24</sup> Ver a lista dos signatários no document “List of countries which have signed, ratified/acceded to the African Youth Charter.

<sup>25</sup> Datas da ratificação da Carta da Juventude Africana nos PALOP: Angola (10/6/2009); Guiné-Bissau (31/07/2008); Cabo Verde (26/02/2010); Moçambique (29/07/2008); São Tomé e Príncipe (01/02/2010).

orientação para o desenvolvimento de programas e planos dos estados-membros, com vista à capacitação dos jovens num conjunto de áreas estratégicas:

- 1) A liderança e a participação;
- 2) A saúde e o bem-estar;
- 3) A educação e o desenvolvimento de competências;
- 4) O emprego;
- 5) Os meios de vida sustentáveis;
- 6) A protecção do meio ambiente;
- 7) A paz e a segurança;
- 8) As responsabilidades dos jovens;
- 9) A erradicação da pobreza e a integração socioeconómica;
- 10) O desenvolvimento sustentável.

Estas estratégias seguem, assim, o objectivo de promover o envolvimento construtivo dos jovens nos programas de desenvolvimento dos seus países e uma participação efectiva nos debates e nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento do continente em geral.

Portanto, aos países que ratificaram a Carta Africana cabe a elaboração de políticas concretas que garantam o apoio e a protecção dos jovens, assim como a sua presença e participação em estruturas governamentais e fóruns ao nível nacional, regional e continental.

No âmbito da execução dos programas ou planos de acção para a juventude, os governos, e as próprias organizações juvenis, têm formado parcerias com as diversas organizações locais e internacionais, como por exemplo as Nações Unidas (através de programas de combate da Sida e da pobreza) e a UNESCO.

Por seu turno, os jovens africanos, por intermédio de diversas organizações associativas, têm participado activamente na divulgação da Carta Africana da Juventude, organizando inúmeros eventos e debates com o objectivo de pressionar os seus líderes políticos a ratificarem ou a porem em prática as directivas previstas nessa carta.

### **Os jovens dos PALOP na sociedade civil**

Segundo Adriano Biza (2007), a década de 1990 foi fortemente marcada pelo surgimento de múltiplas associações juvenis em Moçambique, facto que resultou das transformações políticas, económicas e sociais com que o país se confrontou no limiar do processo de paz e de reconstrução nacional.

Essa “explosão de movimentos juvenis” aconteceu de forma semelhante em muitos países, de entre os quais os PALOP. Sucede que a década de 1990 foi marcada por processos de desregulamentação político-económica, promovidos pelo FMI e o BM através do Programa de Reestruturação Económica, que conduziram à redução de muitas garantias sociais dadas pelos Estados. Um dos principais impactos destas reestruturações foi o surgimento de bolsas de pobreza em várias sociedades, seja o contexto favorável ao surgimento de diversas redes de organizações e associações de carácter humanitário e social visando ajudar as comunidades e as populações mais desfavorecidas.

O contexto moçambicano do surgimento dos movimentos juvenis, conforme à descrição do autor, pode ser considerado semelhante, nesse aspecto, ao dos restantes PALOP, com algumas excepções (nomeadamente Angola, que se encontrava então ainda em guerra<sup>26</sup>).

Segundo Biza (2007), a maior parte das associações juvenis foram ou são concebidas como prestadoras de serviços aos grupos sociais desfavorecidos e como grupos de pressão e de interpelação perante a sociedade e os poderes públicos, no que respeita aos problemas que afectam a juventude. Ainda, embora estas associações tenham uma génese diversificada, são notáveis as referências comuns: nascem normalmente como redes de indivíduos ou pequenos círculos sociais associados a igrejas, escolas e bairros, sendo que, mais tarde se transformam em agrupamentos institucionalizados à procura do reconhecimento e do apoio dos poderes públicos ou de organismos doadores. A institucionalização destes agrupamentos associativos segue sempre o mesmo modelo e é decisiva, já que o apoio do Estado e das ONGs (nomeadamente as estrangeiras) obriga à organização formal (Biza, 2007: 1).

---

<sup>26</sup> O surgimento dos movimentos juvenis em Angola está intimamente relacionado com as filiações político-partidárias no contexto de guerra, facto que também ocorreu noutros países como, por exemplo, a Guiné-Bissau.

Tendo por base o contexto internacional anteriormente descrito, nomeadamente no que respeita aos incentivos dados pelas organizações das Nações Unidas e pela União Africana, a evolução desta dinâmica nos últimos anos conduziu a uma estruturação das organizações dos jovens em sistemas hierárquicos relativamente próximos dos poderes políticos. Assim, os jovens dos PALOP encontram-se organizados de forma semelhante e de acordo com a seguinte estrutura: Conselhos Nacionais da Juventude (CNJ), um órgão central que, por sua vez, se subdivide em órgãos regionais e distritais. Esta estrutura hierárquica tende ainda a organizar-se de acordo com as divisões administrativas de cada país.

Esta estrutura em rede constitui o suporte institucional e, muitas vezes, a fonte de financiamento e de orientação para as múltiplas associações ou organizações juvenis que nela se integram. Também constitui o principal interlocutor das organizações juvenis junto dos governos e de outros parceiros, locais ou internacionais.

Em alguns destes países, sejam os casos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, existem as Redes Nacionais da Juventude e as Federações Nacionais da Juventude, respectivamente. Estes órgãos congregam as diferentes representações dos Conselhos da Juventude nos seus países.

Passamos agora à apresentação de alguns exemplos mais expressivos das estruturas institucionais em que os movimentos e associações de jovens PALOP assentam. No geral, as políticas públicas para o desenvolvimento da juventude são definidas ao nível governamental, sob a tutela dos Ministérios da Juventude e do Desporto de cada um destes países.

No caso de Angola, temos o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) que é o órgão central e o principal interlocutor de centenas de organizações junto do Governo e das demais instituições relevantes. Em cada província, as organizações são representadas pelos Conselhos Provinciais da Juventude que, por sua vez, coordenam centenas de organizações juvenis nas suas actividades comunitárias e de desenvolvimento.

Em Cabo Verde, os jovens têm trabalhado em prol do reconhecimento e da concretização dos seus interesses por intermédio da Federação Cabo-verdiana da



Juventude (FCJ). A federação é uma plataforma que representa todas as associações juvenis de Cabo Verde e que transmite as suas preocupações ao Governo, para que adopte políticas que envolvam a juventude no processo de mudança e desenvolvimento do país. Todos os municípios de Cabo Verde têm ligas juvenis que são membros efectivos da federação. Fundada em 2005, a Federação Cabo-verdiana da Juventude conta com 360 associações juvenis.

O Conselho Nacional da Juventude Guineense (CNJG) representa 249 organizações em todo o país. Fundado em 1994, este órgão, em conjunto com a Rede Nacional da Juventude (RENAJ), tem coordenado as acções das diversas associações e organizações de jovens guineenses, destacando-se na defesa e na promoção dos direitos dos jovens. A sua intervenção na sociedade e nas políticas do governo tem sido fortemente apoiada pelas Nações Unidas, nomeadamente no âmbito de programas relacionados com a formação profissional e o emprego para os jovens e para a consolidação da paz na Guiné-Bissau. Ainda no contexto destas parcerias, o CNJG tem colaborado com o Fundo Global das Nações Unidas na luta contra a SIDA, a malária e a tuberculose.

As políticas públicas moçambicanas para o desenvolvimento da juventude têm sido pautadas pela proximidade entre os jovens e os poderes constituintes. Ainda em Abril de 2010, a Assembleia da Republica, por intermédio do Ministério Moçambicano da Juventude e Desportos, aprovou a criação do Gabinete Parlamentar da Juventude, composto por deputados com a idade máxima de 35 anos. Visando a promoção dos direitos dos jovens, o reforço da cidadania e da participação na tomada de decisões, este Gabinete tem como objectivo garantir a formação, a capacitação e a realização de diversas acções que melhorem o desempenho dos seus membros na Assembleia da República e nas relações de parceria com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, vocacionadas para acções de apoio à juventude.

Na esfera das organizações associativas, os jovens são representados pelo Conselho Nacional da Juventude Moçambicana (CNJM) que se tem empenhado sobretudo no combate à pobreza. No âmbito das províncias, as organizações juvenis integram os Conselhos Provinciais da Juventude (CPJ), sendo que se encontra em curso um projecto do CNJM que visa a participação dos jovens em diversos fóruns de decisão, nomeadamente os conselhos consultivos de saúde e de escola, ao nível das representações distritais. No terreno, destacam-se as parcerias do CNJM com o

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), nomeadamente para a formação de comunicadores de rádios comunitárias no domínio da prevenção do HIV/SIDA.

Para finalizar, apresentamos o caso de São Tomé e Príncipe. Neste, o Ministério da Comunicação Social, Juventude e Desporto assume um papel preponderante na concepção, execução, coordenação e avaliação das políticas da juventude, existindo também um Instituto da Juventude, órgão tutelado por esse mesmo ministério. Também as organizações juvenis são-tomenses se integram num Conselho Nacional da Juventude. De entre estas, destacam-se algumas, nomeadamente a Organização da Juventude Santomense (OJS, abrange todo o país), a Associação dos Jovens do Príncipe (AJP), a Associação de Jovens Santomenses com Iniciativas Empresariais (AJSIE, abrange todo o país).

A análise integrada das principais características destes cinco países e das bases institucionais em que assentam as principais actividades e dinâmicas juvenis dos PALOP permite-nos, agora, apresentar algumas considerações relevantes. Assim, notamos em primeiro lugar que os PALOP apresentam inúmeros factores de proximidade entre si, tais como a experiência colonial, a língua portuguesa e alguns traços culturais comuns, resultantes do facto de partilharem a mesma língua – a base de aquisição e produção de conhecimento científico, histórico e cultural. O mesmo se verifica no que respeita aos principais desafios dos seus processos de desenvolvimento: a pobreza, as desigualdades, a consolidação democrática, etc. (embora se deva sempre atentar nas diferenças de escala ou dimensão destes países).

É certo que pelo facto de estarem geograficamente dispersos e inseridos em diferentes contextos regionais, cada um destes países prossegue a sua própria dinâmica de desenvolvimento. Por essa razão, muitos dos desafios com que estes países se confrontam não são totalmente comparáveis entre si: por exemplo, o impacto da SIDA em Moçambique não tem nada a ver com o que se passa em Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe.

Em segundo lugar, e especialmente com base na análise do contexto institucional em que assentam as dinâmicas dos jovens, constatamos que os jovens dos PALOP ainda se encontram num processo de construção do seu espaço no seio das sociedades e dos principais centros de decisão dos seus países e das organizações internacionais. Em todo o caso, apesar de só há pouco tempo a União

Africana ter adoptado a Carta Africana da Juventude (2009) e de este documento ainda não ser considerado como um instrumento político e base de acção em muitos países de África, os jovens africanos (incluindo os dos PALOP), através das suas organizações e associações, têm pressionado os respectivos governos no sentido de ratificarem este documento e de porem em prática as recomendações e directivas políticas nela inscritas.

Finalmente, é de salientar que após quase duas décadas de experiência democrática nos PALOP (em geral iniciada em meados da década de 1990), estes países ainda se encontram num processo de construção do Estado de Direito e de consolidação e garantia das principais liberdades civis e políticas. Nalguns casos, assistiu-se mesmo a um retrocesso devido aos conflitos militares e às tentativas de golpe de Estado, como ocorre na Guiné-Bissau, em que o constante clima de instabilidade política veio limitar o exercício da cidadania e vários direitos anteriormente conquistados. Contudo, é também de salientar que, entretanto e no caso particular dos jovens, se obtiveram algumas conquistas importantes nestes países.

Com um papel cada vez mais proeminente no seio da sociedade civil actual, os jovens assumem já alguma liderança nos principais centros de decisão política nacional, participando assim na condução do próprio processo de desenvolvimento dos seus países. É assinalável o facto de já deterem alguma responsabilidade na definição das políticas governamentais e de contarem como parceiros junto dos organismos de cooperação internacional, com os quais têm trabalhado na superação de muitos flagelos que afectam as sociedades africanas em geral e os jovens em particular.

## ANEXO V

### **Análise das relações de cooperação entre Portugal e os PALOP**

Portugal mantém relações de cooperação com cada um dos PALOP ao nível bilateral, sendo um natural interlocutor no âmbito das parcerias e da cooperação entre estes países e a União Europeia (UE). Para além de políticas e estratégias específicas de cooperação bilateral estabelecidas com cada um dos países PALOP, nomeadamente ao nível das suas representações diplomáticas, empresariais e institucionais, Portugal mantém também parcerias com os PALOP no âmbito da cooperação multilateral regional, como é o caso da sua relação com estes no seio das Comunidades dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e da UE.

Assim, as relações de cooperação entre Portugal e os PALOP ao nível das acções e políticas para a juventude podem-se caracterizar segundo três eixos principais:

- 1) Cooperação bilateral entre governos, instituições e organizações portuguesas e de cada um dos PALOP, nomeadamente em matéria de formação, estreitamento de laços e intercâmbio entre jovens. Neste tipo de cooperação as diásporas juvenis dos PALOP em Portugal assumem um papel preponderante na dinamização de actividades sociais e culturais, em parceria com as autoridades ou organizações portuguesas locais.
- 2) Cooperação no âmbito das relações externas da UE: por exemplo, no âmbito do programa *Youth in Action*, no qual se prevê o desenvolvimento do intercâmbio e do diálogo intercultural entre os jovens da UE e os jovens dos países vizinhos, nos quais se incluem os PALOP. Esta cooperação constitui, aliás, um dos compromissos firmados na Cimeira da Juventude Europa – África realizada em Lisboa no ano de 2008.
- 3) Cooperação no seio da CPLP que, nos últimos anos, tem vindo a assumir uma importância ímpar na agenda destes países, tendo em conta o contexto da afirmação de potências regionais como Brasil e Angola, a vários níveis. No que se refere às políticas da juventude no seio da CPLP, foi iniciada em 2007 a Conferência de Ministros da Juventude e Desporto

da CPLP, em Cabo Verde, passando a decorrer intercaladamente de dois em dois anos num dos países da CPLP (actualmente a Presidência da Conferência está a cargo do Ministro da Juventude e Desportos de Angola). Como actividades estruturantes da Conferência destacam-se: a Mostra de Jovens Criadores e os Jogos Desportivos da CPLP. Todavia, os Conselhos Nacionais de Juventude da CPLP já se reúnem desde 1996, por intermédio do Fórum da Juventude da CPLP-FJCPLP, criado com o objectivo de acompanhar a agenda das relações multilaterais no âmbito da CPLP na área da Juventude.

## ANEXO VI

### Apresentação do projecto MYTecC

#### *“Mediterranean Youth Technology Club”*

##### PROJECTO MYTecC

##### Origem/Background

##### A Cimeira do Milénio

Assembleia Geral das Nações Unidas, Setembro de 2000

##### Objectivos de Desenvolvimento do Milénio Para 2015

- A erradicação da pobreza extrema e da fome
- A educação primária universal
- A promoção da igualdade entre sexos e reforço do papel da mulher
- A redução da mortalidade infantil
- A melhoria da saúde materna
- O combate ao HIV/SIDA, malária e outras doenças
- Assegurar a sustentabilidade ambiental
- Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

##### PROJECTO MYTecC

##### Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD E A Sociedade Do Conhecimento

Rede de desenvolvimento global da ONU presente em cada região através de uma rede de conhecimento, experiências e recursos na concretização dos objectivos do desenvolvimento de cada país.

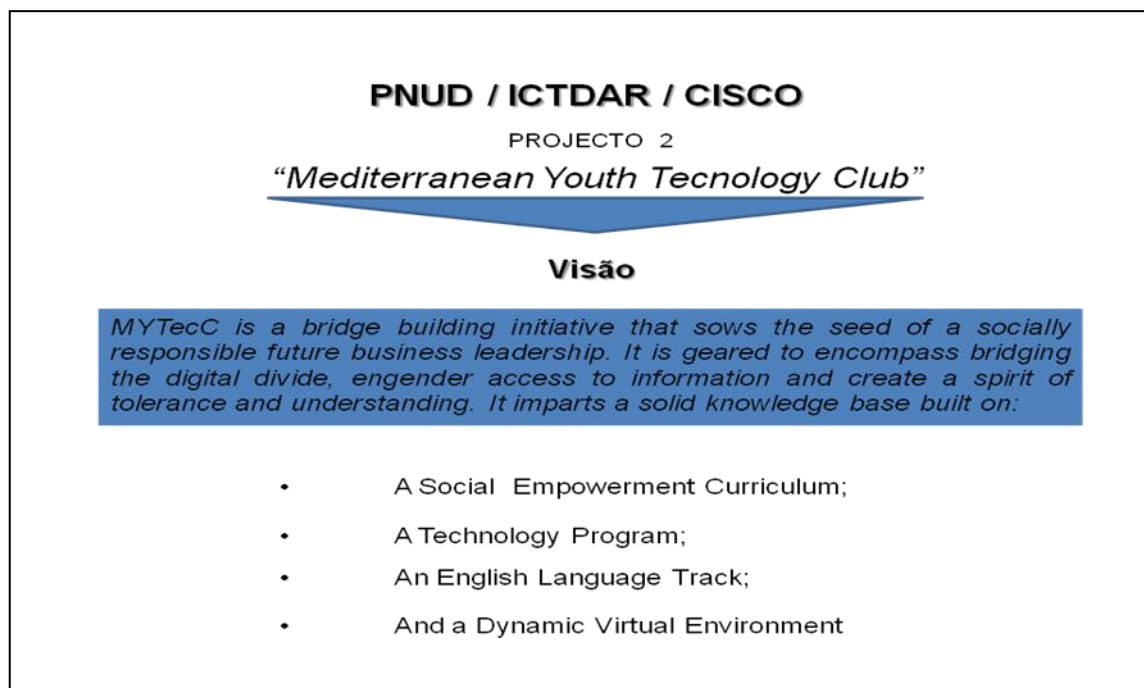
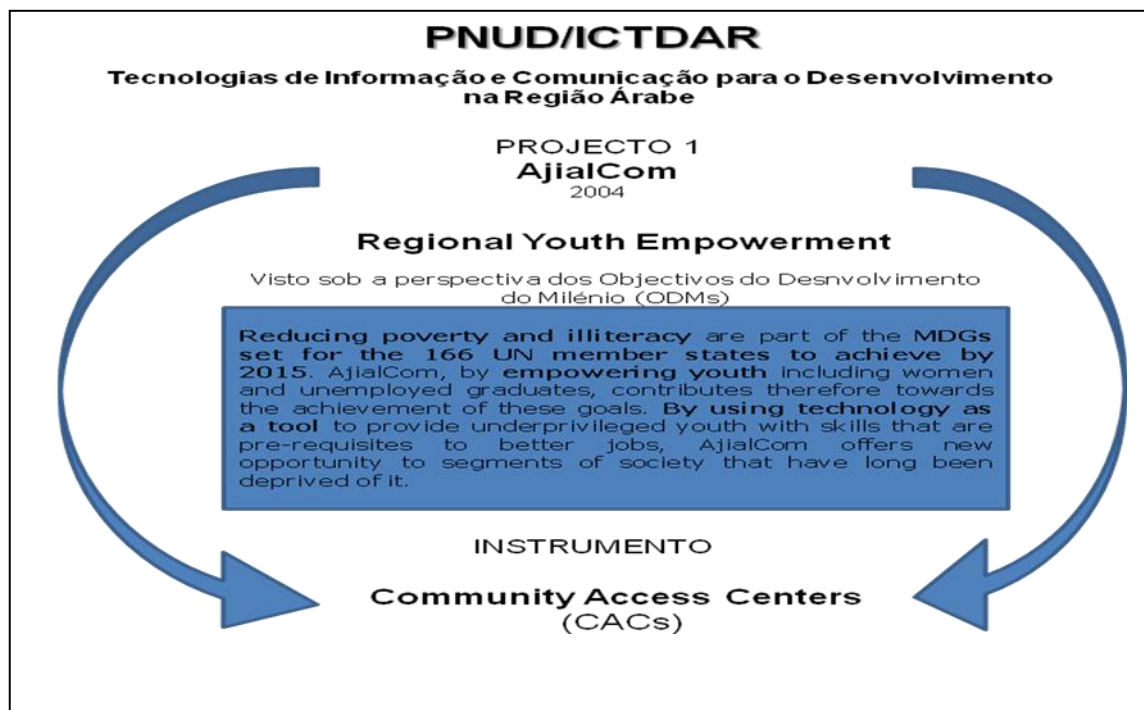


*Um dos objectivo é alcançar os ODMs e criar uma  
sociedade do conhecimento na região Árabe*

*"Knowledge increasingly defines the line between wealth and poverty, between capability and powerlessness and between human fulfilment and frustration. A country able to mobilize and diffuse knowledge can rapidly raise its level of development, help all its citizens to grow and flourish and take its proper place on the 21st century global stage."*

*Rima Khalaf Regional Director, Regional Bureau for Arab States, UNDP ICT for Development In the Arab*

*“Mediterranean Youth Tecnology Club”*



## *“Mediterranean Youth Tecnology Club”*

### PROJECTO 2

#### *“Mediterranean Youth Tecnology Club”*

##### **Objectivo**

“Criação de uma comunidade intercultural baseada na tolerância e entendimento mútuo a base para o desenvolvimento económico durável.”

Proporcionar a jovens entre os 14 e 16 anos uma aprendizagem das novas tecnologias da informação, ampliar os seus conhecimentos da língua inglesa e desenvolver as suas competências pessoais e sociais, criando uma rede de jovens de países e culturas diferentes.

##### **Público alvo**

Jovens, entre 15 e 18 anos, de oito países mediterrânicos: Portugal, Chipre, Turquia, Marrocos, Egipto, Palestina, Israel, Iémen

##### **Espaço/Tempo**

O programa tem a duração de 2 anos

- 1º ciclo de formação entre Palestina e Israel Janeiro de 2008
- Em Setembro de 2008 o projecto iniciou nos países do mediterrânicos

### **PNUD / ICTDAR / CISCO**

#### PROJECTO 2

#### *“Mediterranean Youth Tecnology Club”*

##### **Programa**

Formação de 8 horas por semana em:

- **ITE 1 e 2 (Information Tecnology Essentials 1 & 2);**
- **Em Inglês (English Proficiency and Web Literacy);**

No final, os alunos do MYTecC estarão qualificados a frequentar o exame *CompTIA A+* e serem certificados como Técnicos Profissionais de Informática (*IT Professional Technicians*), que é um diploma dos mais conceituados nesta área

- **Currículo Social (Social Empowerment)**

Baseado no princípio da inclusão social, trabalha-se auto - consciencialização, na consciência comunitária, no voluntarismo e tolerância;

Desenvolvimento de um ambiente virtual que permita aos jovens se comunicarem abertamente entre si e, através de actividades lúdicas, familiarizarem-se uns com os outros num ambiente cada vez mais colaborativo.



## *“Mediterranean Youth Tecnology Club”*

**PNUD / ICTDAR / CISCO**

PROJECTO 2

*“Mediterranean Youth Tecnology Club”*

### **Instituições**

O projecto MYTecC é implementado nos países através das  
Instituições Internacionais Governamentais e ONGs locais

#### **Parcerias Internacionais**

- ICTDAR;
- Teachers without Borders;
- The Peres Centre for Peace;
- Cisco

#### **Parcerias Locais**

O Caso de Portugal  
**ACIDI**

##### **Programa Escolhas**

**Escola Secundária do Monte de Caparica  
(Almada)**

-Envolvendo os projectos Escolhas: “AGIR”;  
“Geração Cool”; “D.A.R. à Costa”; “Outra  
Geração, Outras Escolhas”; “Projecto XL”.

**Colégio de N.ª Sr.ª do Rosário (Porto)**

- Envolvendo os projectos Escolhas: “Terço em  
Movimento”; “Raiz”; “Saber Viver”

The UNDP's Information and Communication Technology for Development in the Arab Region (ICTDAR) owns the initiative in that region. ICTDAR will capitalize on its existing network of NGO's in the Arab Region to provide support for MYTecC. Other NGOs from the other participating countries will also come on board.